ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 708

RESENHA DOS ESTUDOS RECENTES SOBRE RELAÇÕES COMERCIAIS BRASILEIRAS*

Regis Bonelli**
Leda Hahn***

Rio de Janeiro, fevereiro de 2000

* Pesquisa contratada pela Diretoria de Estudos Macroeconômicos do IPEA para a Câmara de Comércio Exterior (Camex). Texto elaborado no marco do Compromisso de Cooperação Técnica Cepal/IPEA. Os autores agradecem os comentários e as sugestões de Eustáquio Reis.
** Pesquisador associado da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do IPEA.
*** Consultora da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Martus Tavares - Ministro
Guilherme Dias - Secretário Executivo

Presidente
Roberto Borges Martins

Diretoria
Eustáquio J. Reis
Gustavo Maia Gomes
Hubimaier Cantuária Santiago
Luís Fernando Tironi
Murilo Lôbo
Ricardo Paes de Barros

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e disponibiliza, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais dos país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir de estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

ISSN 1415-4765

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro – RJ
Av. Presidente Antônio Carlos, 51 – 14º andar – CEP 20020-010
Telefax: (21) 220-5533
E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília – DF
SBS Q. 1 Bl. J, Ed. BNDES – 10º andar – CEP 70076-900
Telefax: (61) 315-5314
E-mail: editbsb@ipea.gov.br

© IPEA, 1998
É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 - APRESENTAÇÃO 1

2 - RESENHA DOS TEMAS PROPOSTOS PARA SEMINÁRIOS 2

2.1 - Barreiras ao Comércio 2
2.2 - Acordos Bilaterais 5
2.3 - Integração e Liberalização 6
2.4 - Competitividade 6
2.5 - Negociações Internacionais 8

3 - RELAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS PARA OS SEMINÁRIOS 10

4 - RESENHAS DE ESTUDOS CONCLUÍDOS 12

5 - RESENHAS DOS ESTUDOS EM ANDAMENTO 58

6 - OUTROS RESUMOS 70

BIBLIOGRAFIA 83

RESUMO

Os objetivos deste trabalho são: *a*) resenhar estudos econômicos recém-concluídos ou mesmo em elaboração sobre problemas atuais das relações comerciais brasileiras, visando subsidiar as atividades da Câmara de Comércio Exterior (Camex); e *b*) selecionar os trabalhos mais importantes e, com base neles, propor um programa de seminários sobre temas relevantes para a elaboração e a avaliação de políticas comerciais.

Com essa finalidade, foram inventariados 78 estudos, dos quais 21 foram selecionados e agrupados em cinco áreas temáticas para a proposta de seminários. As resenhas elaboradas incluem 38 pesquisas concluídas, 18 pesquisas em andamento — que, portanto, foram objeto de apreciação menos cuidadosa que no caso anterior — e, finalmente, 22 pequenos resumos.

A ênfase do levantamento está nas motivações, resultados e implicações para as políticas comerciais brasileiras e as ementas são, na maioria dos casos, compostas de quatro partes sucintas: objetivo, justificativa, metodologia e resultados e conclusões. Na medida do possível, as resenhas foram feitas em linguagem não-técnica.

A resenha inclui os estudos e pesquisas elaborados a partir do começo de 1998, aos quais os autores tiveram acesso, pelo menos, aos Termos de Referência contendo uma descrição de objetivos e métodos. Alguns poucos estudos anteriores incluídos justificam-se por serem linhas de pesquisa ainda em curso.

ABSTRACT

This work has two main objectives: *a*) to survey a sample of recent economic studies on the present conditions of Brazilian foreign trade relations, including works in progress, so as to support the activities of the Brazilian Chamber of Foreign Trade (Camex); and *b*) to select a sub-sample of representative research and, based on that selection, propose seminars on relevant themes related to the design, implementation and evaluation of trade policies.

The survey's emphasis is on the motivation, results and policy implications of Brazilian foreign trade relations. Overall, the survey reviewed 78 studies covering a broad sample of subjects under the general heading of external trade relations. Among these, 21 were selected for the seminars proposed. These 21 studies were the subject of a separate evaluation and were grouped under five headings:

1 - Trade barriers, which includes sections on identification, measurement and impacts of their elimination.

2 - Bilateral agreements.

3 - Economic integration and liberalization.

4 - Competitiveness, which includes sections on diagnosis and public policies proposals.

5 - International negotiations.

1 - APRESENTAÇÃO

A Câmara de Comércio Exterior (Camex), na condição de órgão coordenador da formulação da Política Brasileira de Comércio Exterior, carece de avaliações sistemáticas e atualizadas dos estudos e pesquisas mais importantes da sua área de atuação. Para suprir essa lacuna, solicitou-se ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por intermédio da Diretoria de Estudos Macroeconômicos (Dimac), a elaboração da presente resenha que, além de avaliar os principais resultados e métodos desses estudos, visa identificar os interesses e objetivos, inclusive internacionais, subjacentes às proposições e sugestões de políticas comerciais deles decorrentes.

Os objetivos deste trabalho são: *a*) resenhar estudos econômicos recém-concluídos ou mesmo em elaboração sobre problemas atuais das relações comerciais brasileiras visando subsidiar as atividades da Camex; e *b*) selecionar os trabalhos mais importantes e, com base neles, propor um programa de seminários sobre temas relevantes para a elaboração e a avaliação de políticas comerciais. Com essa finalidade, foram inventariados 78 estudos, dos quais 21 foram selecionados e agrupados em cinco áreas temáticas para a proposta de seminários. As resenhas elaboradas incluem 38 pesquisas concluídas, 18 em andamento — que, portanto, foram objeto de apreciação menos cuidadosa que no caso anterior — e, finalmente, 22 pequenos resumos.

No restante desta seção apresentamos justificativas e critérios de seleção dos estudos resenhados; segue-se, na Seção 2, a resenha dos temas propostos para os seminários; a Seção 3 contém a relação dos estudos selecionados para seminários; a Seção 4 resenha os estudos concluídos, estejam eles divulgados ou não; a Seção 5 apresenta resumos dos termos de referência das pesquisas e estudos em andamento ou propostas; e, por fim, a Seção 6 contém os resumos de textos considerados de interesse menor para a Camex. No final, apresentamos as referências bibliográficas completas dos estudos e pesquisas inventariados.

A resenha inclui os estudos e pesquisas elaborados a partir do começo de 1998, aos quais os autores tiveram acesso, pelo menos, aos Termos de Referência contendo uma descrição de objetivos e métodos. A inclusão de alguns poucos estudos anteriores justifica-se por serem estes linhas de pesquisa ainda em curso, ou por serem objeto de convênio expressamente mencionado na documentação da Camex que motivou a elaboração desta resenha. A maioria dos estudos resenhados é de autoria de pesquisadores e instituições situados no eixo Rio de Janeiro—Brasília, o que se justifica pela maior facilidade de acesso no curto período de tempo em que foi feito o levantamento.

A ênfase do levantamento está nas motivações, resultados e implicações para as políticas comerciais brasileiras e as ementas são, na maioria dos casos, compostas de quatro partes sucintas: objetivo, justificativa, metodologia e resultados e conclusões. Na medida do possível, as resenhas foram feitas em linguagem não-técnica. Em caráter preliminar, apresentam-se os temas propostos para o programa

de seminários (ver Seção 2), bem como a seleção de trabalhos para compor esses seminários (Seção 3). Os textos de maior interesse foram objeto de resenhas mais longas, particularmente nas conclusões (ver Seções 4 e 5). Para pesquisas de menor interesse, incluiu-se apenas um resumo (ver Seção 6), contendo as informações consideradas pertinentes para as relações e políticas comerciais brasileiras. Mencione-se, finalmente que, algumas vezes, optou-se por manter, nas resenhas, enxertos dos textos originais, identificados nas passagens com aspas, em benefício da clareza e da fidelidade às posições dos autores dos textos originais pesquisados.

2 - RESENHA DOS TEMAS PROPOSTOS PARA SEMINÁRIOS

A seleção de textos para compor os seminários foi organizada em cinco temas. O primeiro trata das *barreiras ao comércio*, e foi dividido em três subáreas: identificação, mensuração e impactos da eliminação das barreiras. O segundo tema aborda os *acordos bilaterais*. O terceiro trata da *integração e liberalização*. *Competitividade* é o quarto tema, que se divide em: diagnóstico e sugestões de políticas públicas. Finalmente, o quinto tema trata das *negociações internacionais*.

A escolha dos trabalhos em cada área baseou-se não apenas na qualidade e propriedade do seu conteúdo em relação às preocupações da Camex mas, também, no ineditismo dos temas e conclusões. Por esta última razão, diversos trabalhos foram escolhidos dentre aqueles em fase de elaboração ou revisão/atualização e, portanto, ainda não foram apresentados em forma final para discussão em instâncias governamentais ou junto à comunidade acadêmica. Isso tem a vantagem de tornar os seminários propostos uma oportunidade para difundir o conhecimento que está sendo gerado e trocar informações e sugestões com relação a áreas e trabalhos afins.

Observe-se que há diversos outros trabalhos entre os que foram objeto de ementas nas Seções 2, 3 e 4 deste levantamento, que não foram selecionados para compor essa sugestão de seminários, mas que tratam direta ou indiretamente dos temas aqui apontados. Tais trabalhos serão mencionados sempre que forem de interesse para as áreas temáticas selecionadas.

2.1 - Barreiras ao Comércio

O primeiro tema escolhido para os seminários diz respeito às barreiras ao comércio. Sugerimos sua divisão em três seções — identificação, mensuração e impactos das barreiras ao comércio — de maneira a facilitar a organização dentro do tema maior. A identificação e a mensuração das barreiras ao comércio nos mercados externos dos produtos brasileiros são passos importantes na preparação do país para as negociações de acesso a mercados. Ao longo dos últimos anos, em especial depois das sucessivas rodadas de negociação internacional que resultaram na consolidação de níveis tarifários mais baixos, diversos países vêm adotando instrumentos não-tarifários como forma de proteção à produção local, tornando as

barreiras ao comércio menos transparentes e de difícil identificação e mensuração em termos de equivalente tarifário.

Além disso, o processo de liberalização comercial e de integração comercial por que passou a economia brasileira na década de 90 — com a conseqüente eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio — tem conseqüências sobre a produção e o emprego doméstico, e também sobre os fluxos de comércio, gerando perdas e ganhos de renda e bem-estar. Conseqüentemente, a análise e a quantificação desses impactos são um ponto central para a avaliação das políticas comerciais e de integração que o país está implementando.

Neste sentido, Fonseca *et alii* (1999) fazem, na seção dedicada à identificação, um levantamento exaustivo das barreiras existentes às exportações brasileiras de bens e serviços que dificultam o comércio com 15 dos principais parceiros comerciais do Brasil — excluindo-se os membros do Mercosul. Esses países respondem por 76% das exportações brasileiras para países fora da área do Mercosul.[1] Na mesma linha, porém com ênfase nas características e desempenho das exportações brasileiras de serviços, o trabalho de Ferraz Filho (1999) descreve a estrutura e evolução do comércio brasileiro de serviços e discute as principais barreiras existentes às respectivas exportações. As principais conclusões apresentadas são de que o pequeno dinamismo das exportações brasileiras de serviços está mais vinculado a elementos internos da organização empresarial e à ausência de instrumentos adequados de política comercial do que às barreiras externas vigentes.[2]

A seção dedicada à mensuração das barreiras é representada por pesquisa em andamento financiada pelo International Development Research Center (IDRC) e desenvolvida por Berlinski *et alii* (1999). Os autores identificam barreiras ainda remanescentes ao comércio intra-Mercosul e avaliam os impactos regionais dessas barreiras, classificadas em três grupos: procedimentos aduaneiros, requisitos técnicos (sanitários, de qualidade etc.) e tratamento fiscal. A parte referente ao Brasil é desenvolvida por Kume e Piani (1999*b*).

Quanto à seção referente aos impactos, foram escolhidos quatro trabalhos que tratam dos resultados da eliminação de barreiras sobre o comércio regional e mundial. Dois deles se referem a impactos gerados pela liberalização comercial brasileira sobre o nível de emprego; um terceiro está relacionado ao comércio no Mercosul; e o quarto trata dos efeitos decorrentes da constituição da Área de Livre Comércio das América (Alca).[3]

[1] O trabalho utiliza, dentre outras fontes de informação, o Trade Analysis and Information System (Trains), banco de dados elaborado pela United Nation Conference on Trade and Development (Unctad), com informações atualizadas.

[2] Ver também, a respeito da identificação de barreiras ao acesso de produtos e serviços brasileiros nos Estados Unidos, Embaixada do Brasil (1998).

[3] Adicionalmente, o trabalho de Kume e Piani (1999*b*) faz estimativas do impacto das barreiras às importações existentes nos Estados Unidos, Japão e União Européia sobre as exportações brasileiras.

Moreira e Najberg (1998) discutem em seu texto a teoria e algumas evidências quanto às relações entre regimes comerciais e nível de emprego, e medem o impacto da abertura comercial sobre a estrutura e o nível de emprego no Brasil no período 1990/97. Os resultados do trabalho confirmam o argumento de que a abertura comercial tem efeitos indesejáveis a curto prazo, em termos de redução dos postos de trabalho. No entanto, esse custo tende a ser compensado no longo prazo por um *mix* de produção mais intensivo em mão-de-obra e pelo crescimento da produtividade. Embora pouco se conheça em termos de resultados quanto ao primeiro destes efeitos, a evidência no que toca à evolução da produtividade parece confirmar as predições dos autores.

Barros *et alii* (1999) também avaliaram quantitativamente os impactos diretos e indiretos da abertura comercial sobre o desempenho do mercado de trabalho, com ênfase nas implicações em termos de nível e estrutura do emprego e dos salários. Os autores utilizaram um modelo de equilíbrio geral computável (CGE), que trata a mão-de-obra como um fator heterogêneo composto de trabalhadores qualificados e não-qualificados. Os exercícios efetuados com o uso do modelo simulam o que teria ocorrido com algumas variáveis-chave se os níveis tarifários anteriores à abertura tivessem permanecido em 1995 — isto é, se a abertura comercial brasileira não tivesse acontecido.[4] Os resultados obtidos mostram que, quando se consideram unicamente os efeitos da abertura comercial, o nível de emprego diminui. No entanto, quando se conjugam as hipóteses de abertura com o ingresso de capitais, há aumento de emprego. Quanto à diferenciação entre trabalhadores qualificados e não-qualificados, os primeiros são mais beneficiados pela abertura comercial no que diz respeito ao nível de emprego e salários. Nas simulações em que há ingresso de capitais, os não-qualificados passam a ser mais beneficiados do que os qualificados. Aqui também, à semelhança do trabalho anterior, as previsões parecem ter sido respaldadas pelos fatos. Os autores concluem ainda que a abertura comercial teria implicado pequenos aumentos do PIB brasileiro em 1995, comparativamente ao observado de fato: entre 0,5% e 4%, dependendo das hipóteses adotadas para as (cinco) diferentes simulações executadas.

Piani (1999) utiliza equações *cross-section* de um modelo gravitacional para avaliar os fluxos de comércio no Mercosul no período 1985/97, como parte dos fluxos internacionais. Leva em conta a importância de outros blocos regionais, com o objetivo de testar se a expansão do comércio devido à liberalização comercial regional estaria ocorrendo em detrimento de fontes mais eficientes, excluídas do acordo.

Finalmente, Carvalho e Parente (1998) avaliam os impactos comerciais de uma futura área de livre comércio das Américas. A partir de um modelo de equilíbrio parcial, estático, os autores utilizam simulações para avaliar as mudanças de comportamento dos fluxos comerciais brasileiros decorrentes da (hipotética)

[4] Os exercícios se diferenciam de diversos modos: por exemplo, na forma de fechamento do modelo quanto à causalidade poupança-investimento.

criação da Alca. A relevância das simulações está no fato de que elas indicam os setores mais atraentes para o Brasil, em que o país poderia alcançar maior penetração de suas exportações. Este trabalho, aliás, poderia também estar selecionado na Subseção 2.3, referente à integração e liberalização.[5]

2.2 - Acordos Bilaterais

O segundo tema proposto diz respeito aos acordos bilaterais de comércio em que o Brasil vem se envolvendo, sejam eles em forma embrionária ou já em estado avançado de negociações, quer individualmente ou como membro do Mercosul. Selecionamos três trabalhos representativos desta área de estudo, referentes a acordos (potenciais) com o México, Venezuela e Grupo Andino. Os três trabalhos têm, essencialmente, a mesma preocupação — embora utilizem metodologias diferentes: identificar produtos/setores e quantificar possíveis ganhos de comércio para o Brasil por linhas de produtos.

Batista (1999*a*) analisa as relações comerciais entre Brasil e México, identificando e quantificando os mercados potenciais das exportações brasileiras para o México e os principais interesses mexicanos no Brasil, na hipótese de que venha a se constituir um acordo comercial entre esses dois países. A conclusão principal é que existe espaço para uma expansão substancial do comércio entre os dois países, mas que, à diferença do México, o Brasil tem estado malposicionado no comércio bilateral, dada sua participação decrescente nos setores importadores mexicanos mais dinâmicos. Essa conclusão nos remete diretamente às questões relacionadas à competitividade da produção nacional, objeto da Subseção 2.4.

Seguindo a mesma vertente, Guimarães e Alves Jr. (1997) fizeram uma avaliação para o caso de um eventual acordo comercial Brasil-Venezuela, analisando as relações comerciais entre os dois países no período recente (até 1996) e procurando aferir os ganhos de um acordo de livre comércio. Dentre as conclusões dos autores, destaca-se a de que a existência de ganhos mútuos com o acordo só será reforçada com o crescimento da renda e com a diversificação produtiva nos dois países. Os autores relacionam alguns mercados de produtos nos quais, potencialmente, pode haver aumento das exportações brasileiras.

O trabalho de Valls Pereira (1999) tem como objetivo construir um quadro de referência para a análise de um acordo Mercosul-Comunidade Andina, identificando os mercados em expansão e declínio nos fluxos comerciais entre o Brasil e essa Comunidade, e avaliando os possíveis efeitos da liberalização em relação ao Brasil de um tal acordo. Constitui, neste sentido, uma ligação com a Subseção 2.3 — o que mostra, uma vez mais, as inter-relações entre as áreas selecionadas.

[5] Ver também Hinojosa-Ojeda e Robinson (1998), que utilizam um modelo de equilíbrio geral computável para avaliar os benefícios potenciais da liberalização comercial Brasil-Estados Unidos. Os resultados deste trabalho destacam-se dos demais pela franca e decidida defesa dos benefícios da liberalização. A ênfase nos efeitos positivos é até mesmo algo repetitiva.

2.3 - Integração e Liberalização

O terceiro tema proposto refere-se à integração e à liberalização, além da alcançada até o presente. O tema se justifica pela tendência de ampliação dos acordos de livre comércio regionais (como o Mercosul) para acordos mais amplos, hemisféricos ou não. Este é o caso das negociações já iniciadas entre o Mercosul e os demais países do continente americano para a formação da Alca e das discussões em torno do estabelecimento de uma área de livre comércio com a União Européia.

A escolha de textos representativos recaiu sobre dois trabalhos,[6] ambos tratando dos efeitos da integração Mercosul-União Européia, e ambos em andamento. O primeiro, de Castilho (1999), avalia as perspectivas de crescimento das exportações do Mercosul para a União Européia na hipótese de mudanças na estrutura de proteção européia a partir de um acordo entre os dois blocos regionais.

O segundo, da equipe da Fundação Getulio Vargas (1999*b*), do Rio de Janeiro, analisa os processos de liberalização tarifária no âmbito do acordo regional Mercosul-União Européia a partir da utilização de um modelo de equilíbrio geral computável. Dois cenários são considerados: um de total liberalização tarifária e outro de liberalização parcial. As principais conclusões, apresentadas em relatório parcial objeto de ementa na Seção 3 deste levantamento, dizem respeito às pequenas diferenças de resultado que os cenários alternativos — com liberalização total ou excluindo produtos agrícolas — têm sobre as diversas variáveis consideradas no caso europeu (saldo comercial, produção doméstica, exportações, importações. No entender dos autores, isso demonstra que na Europa a questão agrícola é levantada mais por questões políticas do que por motivos econômicos. A principal recomendação do relatório parcial resenhado é que os países do Mercosul só acatem negociações que incluam o setor agrícola.

2.4 - Competitividade

O quarto tema sugerido trata da competitividade da produção brasileira, notadamente a industrial. Foram selecionados cinco trabalhos dentre os que podem ser classificados dentro deste tema. Nossa taxonomia divide os trabalhos desta área em duas seções, tratando, respectivamente, de questões de diagnóstico e de sugestões de políticas públicas.

A questão da competitividade da indústria tem, como se sabe, importância crucial no momento atual. Desde meados dos anos 80, o Brasil vem perdendo

[6] Outros documentos de interesse sobre coordenação macroeconômica e integração são os de Eichengreen (1998) e a pesquisa em andamento de Cedes, Cinve e IE/UFRJ (1999). O texto de Eichengreen lida principalmente com a questão da necessidade de uma moeda comum para áreas integradas como o Mercosul. Escrito provavelmente antes da crise russa de 1998, trata-se de texto com interessantes *insights* sobre as dificuldades atuais Brasil-Argentina. Por essa razão, a ementa respectiva é um pouco maior do que as demais.

participação nas exportações mundiais, claramente como resultado da perda de competitividade internacional de seus produtos. A agenda relevante sobre o tema inclui a identificação dos fatores[7] que causam essa perda de competitividade e o desenho de políticas para mudar esse quadro.[8] Por essa razão, selecionamos um trabalho — em fase de atualização — que apresenta uma medida comparativa de competitividade (custo relativo entre a produção do Brasil e de outros países); um estudo — em andamento — de caracterização das empresas exportadoras; um conjunto de estudos — igualmente em andamento — que farão um diagnóstico da competitividade brasileira em alguns setores industriais de modo a subsidiar as negociações comerciais de acesso a mercados. Além desses, selecionamos dois documentos de cunho mais nitidamente normativo, que contêm sugestões de medidas e orientações de políticas públicas para aumentar as exportações de manufaturados.

Bonelli e Fonseca (1998) analisam a evolução da competitividade da indústria brasileira nos anos 90 utilizando um indicador de competitividade-custo — o custo unitário da mão-de-obra (ULC) — e as implicações dessa evolução para o comércio de produtos manufaturados.[9] Os autores concluem que na primeira metade da atual década a indústria brasileira acumulou perdas de competitividade em relação aos principais parceiros comerciais, com reflexos diretos sobre as exportações de manufaturados. A partir de 1996, essa perda se estabilizou em conseqüência da evolução mais favorável do câmbio, com impacto sobre o salário real em dólar e, principalmente, da continuidade dos ganhos de produtividade da mão-de-obra.

Miranda (1999) analisa as exportações brasileiras — a partir do potencial exportador das 500 maiores empresas industriais — objetivando estabelecer uma tipologia de comportamento do desempenho exportador que possa servir de base para a tomada de decisão que vise aumentar e diversificar a inserção brasileira no comércio internacional. Seu trabalho inclui a construção de um banco de dados sobre exportações, por empresa e (se possível) por produto, a montagem de uma tipologia das principais estratégias produtivas e exportadoras das 500 empresas que mais exportam no Brasil e uma avaliação da inserção competitiva das empresas nacionais ou internacionais instaladas no Brasil.

A CNI (1999*b*), por sua vez, está dando início a uma série de estudos setoriais visando subsidiar as negociações de acesso a mercados na Organização Mundial do Comércio (OMC), na Alca e nas relações Mercosul-União Européia. Os objetivos apresentados nos termos de referência dos estudos dizem respeito: *a*) ao

[7] Outros textos que tratam da identificação de fatores que limitam a competitividade das exportações brasileiras são os trabalhos em andamento desenvolvidos por Batista (1999*b*, *c* e *d*), além dos de Rossi e Ferreira (1999) e Nonnenberg (1998).

[8] Ver, a este respeito, CNI (1998*a* e *b*); Motta Veiga e Markwald (1998), e Motta Veiga, Machado e Carvalho Jr. (1998*b*).

[9] O ULC, para o Brasil e outros países, foi calculado como a relação entre o salário médio em dólares pago na indústria e a produtividade da mão-de-obra. A relação entre esse quociente para o Brasil e para outros países fornece o custo unitário *relativo* da mão-de-obra.

diagnóstico da competitividade dos diferentes setores a serem analisados; *b*) a sua capacidade de absorver os impactos da liberalização do acesso ao mercado doméstico; e *c*) a sua capacidade de beneficiar-se desse processo pelo lado do crescimento das exportações e da atração de novos investimentos. Os estudos se propõem também a elaborar um diagnóstico da competitividade internacional de cada setor, analisando sua estrutura e desempenho recente, no Brasil e no mundo, e apontando os pontos fortes e fracos da produção brasileira em relação a outros países. Para isso, deverão ser considerados separadamente fatores relacionados a características empresarias do setor, da estrutura setorial e regulatórias.

Com relação ao desenho de políticas, o texto de Frischtak e Pessoa (1999) parte da constatação de que a participação das exportações do Brasil no total mundial vem caindo desde 1984 para, em seguida, identificar ações prioritárias no sentido de aumentar a competitividade do país, a saber: oferta de infra-estrutura que permita a integração logística com os mercados globais, regime tributário compatível com o crescimento das vendas externas e instrumentos eficazes de promoção comercial. Dentre as recomendações feitas pelo documento, duas se referem ao aumento do valor unitário dos produtos vendidos, incluindo a venda de serviços associados ao produto exportado.

Já Markwald e Machado (1998*b*) utilizam uma análise dos padrões de comércio intrabloco e extrabloco dos países do Mercosul para destacar a importância de uma política industrial regional que permita explorar as vantagens dinâmicas trazidas pela integração. Ao partir da constatação de que, apesar do aumento significativo dos fluxos comerciais entre os países membros, o padrão das exportações pouco se alterou — além do fato de as exportações extrabloco não haverem mostrado melhora em termos qualitativos, e registrando, inclusive, taxas de crescimento inferiores às do comércio internacional —, os autores exploram as bases sobre as quais deveria ser construída uma política industrial comum do Mercosul: a preservação das vantagens comparativas naqueles setores que caracterizam o padrão de inserção internacional das economias do Mercosul; e a introdução de políticas de reestruturação ou reconversão industrial, contando para esta finalidade com a criação de um fundo regional de reestruturação produtiva.

2.5 - Negociações Internacionais

A quinta área sugerida para apresentação de trabalhos trata de negociações internacionais. No momento atual, o Brasil participa de negociações na OMC e, como país-membro do Mercosul, das negociações em torno da Alca e de uma área de livre comércio com a União Européia. É fundamental, portanto, que seja devidamente identificada a agenda de interesses do país em cada uma dessas instâncias para que se construa uma posição negociadora a partir da avaliação das vantagens e desvantagens de cada questão a ser negociada. A importância do resultado final dessas negociações para o setor produtivo da economia faz com que entidades de classe e associações de empresários procurem obter informações e fornecer subsídios para os negociadores brasileiros. De certa forma, os estudos sobre competitividade também servem a esses mesmos propósitos.

Foram selecionados quatro trabalhos para essa área: um trata das negociações Brasil-Estados Unidos para o estabelecimento da Alca; dois referem-se às negociações Brasil-Mercosul com a União Européia; e outro versa sobre os vários fóruns internacionais em que o país vem atuando.

Abreu (1998) discute os caminhos seguidos até agora pela diplomacia norte-americana e brasileira nas discussões em torno da criação da Alca, destacando os pontos de conflito e de convergência de interesse (bem menos numerosos que os primeiros) dos dois países. O autor aponta as dificuldades internas que os Estados Unidos têm para fazer avançar seu projeto para esta área de livre comércio e destaca que, se boa parte dos benefícios com a integração hemisférica depende da concordância do Brasil, isso significa que nosso país tem significativo poder de barganha quanto a formato, prazo e abrangência do processo de integração nas negociações futuras. Nas conclusões, recomenda que, se não for de todo possível chegar a um consenso com os Estados Unidos na constituição da Alca, o Brasil avance em negociações bilaterais com outros parceiros do hemisfério e imprima às negociações para a criação da Alca o ritmo e a escala de prioridades que lhe pareçam mais convenientes.[10]

O documento elaborado por Fernandes e Rios (1999) apresenta elementos para a formação de uma estratégia negociadora para o Brasil na Alca e na União Européia. Os autores comparam o perfil das relações econômicas Brasil-Alca e Brasil-União Européia, descrevendo as características das demandas de cada parceiro e as oportunidades existentes nestes blocos para o Brasil, além de analisar o crescimento do investimento direto europeu no Brasil. A partir de análises dos fluxos comerciais e da natureza das barreiras atualmente existentes, os autores apresentam conclusões sobre o caráter das negociações que visam eliminar essas barreiras. Dentre essas conclusões destaca-se o fato de que o Brasil tem claros interesses multilaterais, de que o caminho das negociações sob o guarda-chuva da OMC é natural para o país e de que a qualidade da formação das estratégias negociais do Brasil exige que o setor privado esteja capacitado a contribuir com informações cada vez mais precisas sobre os impactos e interesses setoriais. Novamente, essa preocupação se encaixa com a subjacente aos estudos sobre competitividade da produção brasileira.

Rodrigues e Lopes (1999) apresentam uma descrição e análise dos artigos do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a União Européia e o Mercosul que representam um avanço nas relações comerciais entre os dois blocos, em especial o que trata das normas de conformidade nos setores agroalimentares e agroindustriais. Discutem ainda questões referentes à política agrícola comum (PAC) da União Européia, a partir da mudança estabelecida pelos países europeus de que o pagamento de subsídios crescerá nos próximos anos —

[10] Outra análise dos obstáculos para a integração hemisférica a partir das relações Brasil-Estados Unidos é a desenvolvida por Guilhon Albuquerque (1998). Ainda sobre a Alca e a posição norte-americana nas negociações, ver Lavagna (1998).

mas deverá ser feito na forma de garantia mínima de renda e não mais na forma de subsídios específicos a produtos — e do fato de que as tarifas no mercado europeu continuam extremamente elevadas para vários produtos agrícolas de exportação do Brasil. Dentre as recomendações, destacam-se as referentes ao modelo de organização e preparação para a negociação com a União Européia, que deverá seguir o modelo europeu em que as reivindicações do setor, no caso o *agribusiness*, são unificadas e as negociações feitas por blocos de países e não individualmente.

Finalmente, Motta Veiga (1999) desenvolve subsídios para a elaboração de cenários para a evolução das negociações comerciais do Brasil em diversos níveis e foros (como as negociações multilaterais na OMC e as negociações internas e externas no Mercosul e na Alca). Apesar de essas negociações se encontrarem em diferentes estágios de desenvolvimento — e de o peso do Brasil não ser idêntico em todos os processos em curso —, existe uma certa convergência em relação aos temas negociados, já que em todos os casos trata-se de agendas amplas, que incluem acesso a mercados de bens e serviços, regras para políticas que afetam os fluxos de comércio e mecanismos institucionais de gerenciamento de acordos e controvérsias.[11]

3 - RELAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS PARA OS SEMINÁRIOS

Barreiras ao comércio

Identificação

Galeno Tinoco Ferraz Filho (1999): *Barreiras externas às exportações de serviços: definições e conceitos, modalidades de classificação, críticas dos registros estatísticos e resultados de entrevistas a setores selecionados.*

Renato Fonseca *et alii* (1999): *Barreiras externas às exportações brasileiras.*

Mensuração

Julio Berlinski, Marcel Vaillant, Honório Kume e Guida Piani (1999): *Os benefícios da integração plena no Mercosul: uma avaliação econômica das restrições ao comércio interno e seus impactos regionais.*

[11] Sobre a busca simultânea, por parte dos membros do Mercosul, de um acordo de livre comércio com os Estados Unidos e com a União Européia, ver também Graça Lima (1999).

Impactos da eliminação de barreiras

Alexandre Carvalho e Andreia Parente (1998): *Impactos comerciais da área de livre comércio das Américas.*

Maurício Mesquita Moreira e Sheila Najberg (1998): *O impacto da abertura comercial sobre o emprego: 1990/97.*

Ricardo Paes de Barros *et alii* (1999): *Os efeitos da liberalização da balança de pagamentos sobre emprego e salários no Brasil.*

Guida Piani (1999): *Comércio no Mercosul: uma aplicação do modelo gravitacional.*

Acordos bilaterais

Edson Peterli Guimarães e Antonio José Alves Jr. (1997): *Impactos para o Brasil de um acordo de livre comércio com a Venezuela.*

Jorge Chami Batista (1999*a*): *Relações comerciais entre o Brasil e o México.*

Lia Valls Pereira (1999): *Análise do potencial de relações econômicas entre o Mercosul e o Grupo Andino.*

Integração e liberalização

Fundação Getulio Vargas (1999*b*) *Estudo sobre linhas estruturais da posição brasileira nos principais setores produtivos de interesse do Brasil, no âmbito das negociações do Mercosul com a União Européia* (*Estudo A*).

Marta Reis Castilho (1999): *Perspectivas de um acordo Mercosul-União Européia para as exportações latino-americanas.*

Competitividade

Claudio R. Frischtak e Cristina M. S. Pessoa (1999): *Política industrial e expansão das exportações: uma proposta de ação*.

CNI — Confederação Nacional da Indústria (1998*b*): *Estudos setoriais para subsidiar as negociações comerciais de acesso a mercados.*

José Carlos Miranda (1999): *Desempenho exportador das 500 maiores empresas no Brasil.*

Regis Bonelli e Renato Fonseca (1998): *Evolução da competitividade da produção manufatureira no Brasil*.

Ricardo Markwald e João Bosco Machado (1998*b*): *Padrões de comércio intra e extra-Mercosul: alvos para uma política industrial do Mercosul.*

Negociações internacionais

José Augusto Coelho Fernandes e Sandra Maria Polónia Rios (1999): *Alca e UE: elementos para a formação de uma estratégia negociadora.*

Marcelo de Paiva Abreu (1998): *O Brasil e a Alca: interesses e alternativas.*

Pedro da Motta Veiga (1999): *Cenários de evolução das negociações e dos acordos comerciais e seus impactos sobre o Brasil.*

Roberto Rodrigues e Mauro de Rezende Lopes (1999): *As negociações do Brasil e o Mercosul com a União Européia.*

4 - RESENHAS DE ESTUDOS CONCLUÍDOS

O Brasil e a Alca: interesses e alternativas, de Abreu (1998)

Objetivo/conteúdo: O autor apresenta de forma esquemática a história das negociações para a constituição da Alca antes da reunião de maio de 1997 em Belo Horizonte. Na sua avaliação, os Estados Unidos vêm convivendo internamente desde a reunião de cúpula de Miami, em fins de 1994, com duas forças: de um lado, uma reversão da idéia de um cronograma mais rápido de implantação da Alca; de outro, sinais de fraqueza de sua posição negociadora decorrentes da falta de apoio interno ao programa de negociações proposto pelo Executivo (incluído aí a negativa por parte do Congresso em conceder o *fast track*). Mesmo assim, foram criados, depois de Miami, 11 grupos temáticos para tratar de aspectos específicos da integração hemisférica, mas sem capacidade negociadora. O conteúdo dos temas tratados nesses grupos mostra que, para os Estados Unidos, a Alca seria uma iniciativa muito mais abrangente do que as iniciativas sub-regionais existentes.

Em seguida, o texto recupera as principais posições divergentes, do Brasil e dos Estados Unidos, tais como expressas nas propostas de negociação do Mercosul e dos Estados Unidos, antes e depois da reunião de Belo Horizonte: o Brasil prefere a integração mais lenta, com liberalização tarifária a partir de 2005 (data de referência acordada na Cúpula de Miami para o término das negociações para a constituição da Alca); além disso, os Estados Unidos privilegiam a negociação entre países, enquanto o Mercosul prevê a negociação entre blocos. O seqüenciamento defendido por cada uma das partes também é diferente. Enquanto o Mercosul enfatiza a importância de iniciar negociações com temas como normas técnicas, subsídios agrícolas e solução de controvérsias (deixando para o final o acesso a mercados de bens e serviços, a propriedade intelectual e a compras governamentais), os Estados Unidos defendem uma ordem inversa de prioridades.

O autor lembra que depois de três reuniões de ministros e quatro de vice-ministros após a Cúpula de Miami, as diferenças de visão permaneceram, especialmente entre Brasil e Estados Unidos.

Em relação aos impactos da Alca sobre o comércio hemisférico, o texto menciona estimativas obtidas a partir de modelos de equilíbrio geral computável que "apontam que o impacto da Alca sobre o Brasil seria equivalente a um aumento da ordem de 2,1% da renda, comparados a 4,2% no caso do Mercosul e 4,5% no caso de uma zona de comércio preferencial com a União Européia".

Nesse texto, chama-se a atenção para o fato de que boa parte dos ganhos do comércio brasileiro no mercado americano estaria associada a produtos sensíveis como suco de laranja, têxteis e produtos siderúrgicos e que, a julgar pelo precedente do Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (Nafta), serão objeto de difíceis negociações.[12] O autor afirma que "o avanço rápido das negociações hemisféricas obrigaria o Mercosul a tentar prematuramente dar substância aos entendimentos com a União Européia, com o objetivo de 'multilateralizar' a abertura de seu mercado e extrair contrapartidas de acesso no mercado europeu". Nota-se ainda que "parte da reserva brasileira (à Alca) tem raízes de natureza política, já que a integração hemisférica poderá envolver restrições à política brasileira extra-hemisfério".

Conclusão/recomendação: As principais conclusões e recomendações se referem aos interesses e dificuldades dos Estados Unidos e ao poder de barganha do Brasil nas negociações para a criação da Alca. Do lado dos Estados Unidos: *a*) o Mercosul representa mais de 50% das exportações norte-americanas para o hemisfério, excluído o Nafta (e o que importa, dadas as negociações de longo prazo, não é o grau de abertura das economias, mas o seu tamanho); *b*) a forte posição negociadora dos Estados Unidos é enfraquecida pelas dificuldades enfrentadas pelo Executivo em obter a autorização negociadora necessária (*fast track*); e *c*) é patente a dificuldade do governo dos Estados Unidos em reconhecer que a atratividade da Alca não é homogênea entre os países do hemisfério, tanto por questões econômicas quanto políticas. O Brasil tem sido visto pela burocracia americana, e também pelos círculos acadêmicos, como um país "desconhecido" que põe em risco um projeto político importante para o governo dos Estados Unidos.

[12] O texto faz ainda considerações sobre a Alca no contexto abrangente da política comercial brasileira e sobre as virtudes da liberalização em bases multilaterais para economias com a estrutura de comércio característica do Brasil. O autor relembra as dificuldades recentes que o país enfrentou a partir da crise mexicana de 1995 e a incapacidade de manter tarifas reduzidas e ausência de controles quantitativos às importações, e afirma que um "cronograma conservador para a integração hemisférica parece, portanto, ser capaz de merecer o apoio de amplo espectro da opinião pública no Brasil". Além disso, cerca de 56% da corrente de comércio do Brasil são realizados com outros países do mundo que não aqueles que comporão a Alca. Isso significa que a União Européia e outras regiões têm grande importância econômica e política para o Brasil, tornando "difícil mostrar as vantagens de uma zona preferencial de comércio como a Alca, em relação à liberalização multilateral".

Do lado do Brasil: *a*) não se deve enfatizar excessivamente o fato de que a negativa ao *fast track* enfraquece a posição norte-americana, pois pode "prosperar indevidamente em Washington a idéia de que, uma vez aprovado o *fast track*, o Brasil tenderia a adotar posição conciliadora em relação às propostas norte-americanas"; *b*) se boa parte dos benefícios com a integração hemisférica depende da concordância do Brasil, isso significa que "o país tem significativo poder de barganha quanto ao formato, prazo e abrangência do processo de integração nas negociações futuras (...)" e "não parece haver razão evidente para que o governo brasileiro deixe de usar o poder de barganha de que dispõe"; e *c*) finalmente, caso um acordo se mostre impossível, o autor recomenda a alternativa de avançar acordos com alguns parceiros hemisféricos em prazo relativamente curto e prolongar "as negociações com os Estados Unidos de forma compatível com o cronograma de liberalização que mais interesse ao governo brasileiro".

***Relações comerciais entre o Brasil e o México*, de Batista (1999*a*)**

Objetivo: Identificar e quantificar os mercados potenciais para as exportações brasileiras no México e identificar os principais interesses mexicanos no Brasil no caso de constituir-se um acordo comercial entre esses países.

Justificativa: Reunir elementos para subsidiar a formação de acordo Brasil-México e expor suas características.

Metodologia: Análise das características setoriais do comércio bilateral entre Brasil e México, a partir do *market share* de cada país por grupo de produtos na década de 90, até 1996 (em alguns casos/produtos, 1997).

Conclusões/resultados: Há espaço para substancial expansão do comércio entre os dois países. As exportações do Brasil poderiam triplicar de valor, passando de 0,9% para 2,7% das importações mexicanas. Em geral, os ganhos são pequenos nos produtos primários ou intensivos em recursos naturais. Já no setor automobilístico (inclusive autopeças), eles seriam expressivos. Dentre os demais, destacam-se os setores de máquinas e equipamentos mecânicos e máquinas, equipamentos e materiais elétricos.

O México esteve bem posicionado em relação ao Brasil, dada a presença crescente nos setores importadores brasileiros mais dinâmicos, o oposto ocorrendo com o Brasil, fenômeno atribuído à evolução da paridade cambial.

***Brazil dependence in Mercosur: is it real?*, de Bevilaqua, Talvi e Blanco (1999)**

Objetivo: Avaliar a vulnerabilidade dos demais parceiros do Mercosul a uma desvalorização real da taxa cambial brasileira e quais seriam os canais comerciais e financeiros de transmissão desse impacto.

Justificativa: A concentração do comércio dos demais países do Mercosul com o Brasil presumivelmente faz com que esses países sejam bastante vulneráveis a

uma desvalorização da taxa cambial brasileira. Ao longo de todo o estudo, enfatiza-se a proposição de que, dada a grande dimensão do Brasil no Mercosul, a vulnerabilidade macroeconômica de qualquer país da região a choques no Brasil será tanto maior quanto maiores forem seus fluxos de comércio em bens "regionais" — bens amplamente comercializados dentro da região mas pouco comercializados com o resto do mundo. Logo, o importante não é o volume de comércio mas a *natureza* desse comércio.

Metodologia: Calcula a concentração da renda e do comércio entre os países da região, em comparação com outros blocos, e a magnitude do comércio em bens "regionais", com apresentação de indicadores especialmente construídos e extensão para os serviços. A vulnerabilidade dos demais países a choques originados no Brasil é medida em função da magnitude do impacto macroeconômico desses choques sobre o ajuste requerido: *a*) no produto, emprego e taxas de retorno do capital no setor de bens regionais; *b*) nos salários reais de equilíbrio; *c*) no consumo agregado; e *d*) na composição da balança comercial.

Conclusões/resultados: A principal conclusão é, sobretudo, sensata: se mudanças bruscas no câmbio brasileiro afetam a taxa de câmbio real nos demais países do Mercosul, estes devem "procurar arranjos monetários para o Mercosul que reduzam a probabilidade desses eventos". Isso poderia ser obtido por meio de um acordo entre os países, limitando a faixa de variação cambial permitida ao Brasil. Os autores concedem que, de "uma forma extrema, isso poderia ser alcançado pelo estabelecimento de uma moeda comum na região". O modelo do trabalho oferece uma *rationale* para as proposições argentinas nessa direção, bem como para a pouco entusiástica reação brasileira (até o presente) às propostas de adoção de uma moeda comum. Além disso, o texto argumenta que os demais países não deveriam concentrar suas exportações para o Brasil em bens "regionais" — algo que poderia ser obtido: "(...) pela eliminação de regimes especiais e da imposição seletiva, por parte do Brasil, de uma tarifa externa alta para determinadas categorias de bens. Embora esses regimes possam beneficiar setores específicos, eles são socialmente subótimos por duas razões: induzem ineficiências alocativas e, ao regionalizar determinadas categorias de bens e serviços, aumentam a vulnerabilidade macroeconômica da economia a choques com origem no Brasil."

As principais implicações de política econômica do trabalho vão ao encontro de uma proposição que vem ganhando corpo entre os analistas que defendem uma "solução cambial" para o Mercosul, qual seja: a adoção de uma moeda comum em um futuro não muito distante — sob o risco de rompimento do acordo do mercado comum antes disso. Uma nova administração na Argentina a partir do próximo ano pode facilitar este arranjo, se conseguir implementar uma nova paridade cambial entre aquele país e os demais sócios do Mercosul. Também algo bizantinamente, é forçoso concluir que a atual paridade cambial entre Brasil e Argentina (meados de 1999) torna o Mercosul inviável a médio prazo, a menos que se façam penosas negociações setoriais e/ou por produto, caso a caso.

Evolução da competitividade da produção manufatureira no Brasil, de Bonelli e Fonseca (1998)

Objetivo: Analisar a evolução da competitividade da produção industrial brasileira na atual década, por meio do uso de um indicador de competitividade-custo — o custo unitário da mão-de-obra (ULC) — e as implicações dessa evolução para o comércio de produtos industrializados.

Justificativa: O ULC é uma *proxy* para os custos totais por unidade de produção — e, portanto, da competitividade-preço — se se aceita que os demais custos (matérias-primas e remuneração do capital, especialmente) não aumentam mais do que os da mão-de-obra. A experiência brasileira no período 1990/98 confirma essa hipótese.[13]

Metodologia: O ULC é o custo da mão-de-obra necessária para a produção de uma unidade do produto. Dada a necessidade de efetuar comparações com outros países, estimou-se também o ULC em dólares, isto é, os custos salariais deflacionados pela variação do dólar norte-americano por unidade de produção. O custo unitário relativo da mão-de-obra (RULC), usado para comparações com outros países, foi definido como a razão entre o custo no Brasil e nesses países. O ULC pode ser escrito como o quociente entre o salário médio em dólares e a produtividade da mão-de-obra. Isso possibilita fazer decomposições da sua variação.

Resultados e conclusões: A comparação da competitividade da indústria brasileira com a de alguns de nossos principais parceiros comerciais mostrou que, na primeira metade da década de 90, a indústria brasileira acumulou perdas significativas de competitividade, com claros reflexos sobre as exportações de manufaturados.[14] Quanto à relação entre o ULC e o desempenho comercial brasileiro, o texto comparou a evolução do saldo do comércio de produtos manufaturados com o RULC. Constatou-se uma influência significativa do RULC sobre o desempenho do saldo comercial de manufaturas.

Na decomposição do ULC para o total da indústria, o trabalho conclui que, a partir de 1992, houve crescimento do salário médio (medido em dólares) acima do aumento da produtividade. O aumento do salário em dólar deveu-se, por sua vez, a um aumento gradual do salário real, reforçado pela apreciação do câmbio em alguns anos do período. Esse comportamento continuou até o começo de 1996. A

[13] Uma das características da abertura comercial foi a substituição de matérias-primas nacionais por importadas, daí resultando redução de custos pelos menores preços das importações em moeda nacional. Além disso, as importações de bens de capital, máquinas e componentes também foram caracterizadas por reduções de preços em nossa moeda. Há também indicações de que as margens de lucros industriais teriam diminuído desde o começo da fase de estabilização, a partir de meados de 1994.

[14] Paradoxalmente, essa perda de competitividade da indústria brasileira veio acompanhada de um crescimento sem precedentes da produtividade da mão-de-obra no país: entre 1990 e 1996, a produtividade no Brasil cresceu, em média, 40% com relação à produtividade industrial de nossos principais parceiros comerciais.

partir de então nota-se estabilidade do ULC, com tendência decrescente em 1997. Essa nova tendência foi possível pela reversão das tendências prévias de duas das variáveis cruciais na determinação da competitividade — evolução do câmbio e do salário real — e, principalmente, pela continuidade da tendência do terceiro determinante: os ganhos de produtividade da mão-de-obra.

Isso permite concluir que a competitividade da indústria não apenas tem melhorado desde 1996 como, também, a desvalorização cambial do começo de 1999 aprofundou essa melhoria. A implicação disso é que se deve esperar, como resultado dos ganhos de competitividade, um crescimento das vendas de manufaturados para a América Latina e a reversão da evolução negativa que as vendas para os Estados Unidos e Europa vinham apresentando. Obviamente, o desempenho das exportações de produtos industrializados dependerá, também e crucialmente, da recuperação do crescimento na América Latina.

Impactos comerciais da área de livre comércio das Américas, de Carvalho e Parente (1999)

Objetivo: Discutir, recorrendo a simulações, impactos comerciais totais e setoriais que a implementação da Alca ocasionaria ao Brasil. A importância das simulações realizadas está no fato de indicarem os setores que devem merecer atenção quando de negociações comerciais, dado seu potencial de crescimento de mercado para os países membros do bloco. De modo similar, o texto aponta os setores mais atraentes para o Brasil (onde será possível alcançar maior penetração) dada a competitividade do país nestes segmentos.

Justificativa: As bem-sucedidas negociações no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) para reduzir barreiras não-tarifárias não implicaram avanços substanciais nos acordos para uma liberalização multilateral. Um resultado disso foram os acordos comerciais regionais entre diversos países. No continente americano, apesar dos avanços para o estabelecimento da Alca, ainda há divergências quanto a prazos, prioridades e impactos setoriais.

Metodologia: Simulações a partir de modelo de equilíbrio parcial, estático, para avaliar mudanças de comportamento dos fluxos comerciais brasileiros. O modelo calcula os dois efeitos clássicos de reduções de tarifas: criação de comércio (decorrente da redução dos preços percebidos pelos importadores e do aumento dos preços percebidos pelos exportadores); e desvio de comércio (devido ao barateamento dos produtos provenientes dos parceiros em relação aos produtos provenientes de terceiros).

Resultados/conclusões: O trabalho desenvolve três cenários sob os quais a Alca poderia ser estabelecida:[15] o primeiro postula uma liberalização tarifária total; os dois seguintes uma liberalização tarifária parcial.

[15] As simulações para cada cenário foram feitas com base em uma elasticidade de substituição de importações de –1,5%. Uma análise de sensibilidade aplicou hipóteses de –1% e –2% para os valores da referida elasticidade.

No primeiro cenário, o modelo calcula que as exportações brasileiras com destino ao continente americano sofreriam aumento de 7% (US$ 1,5 bilhão), enquanto as importações provenientes da Alca registrariam um aumento de aproximadamente 18% (US$ 4,3 bilhões) — uma *piora no saldo comercial*. O impacto do desvio de comércio é muito mais significativo, em termos de percentagem do efeito total, no caso das exportações: quase 40% do aumento das exportações brasileiras. Logo, boa parte do aumento das exportações não ocorre devido à competitividade dos produtos brasileiros, *mas sim à vantagem de comercializá-los dentro do continente sem a incidência de tarifas*.

A desagregação setorial mostra que o setor de pérolas, pedras, materiais preciosos etc. (Seção XIV) seria o mais beneficiado com a integração (as exportações com destino ao mercado americano crescem 33%). Em termos do valor exportado, porém, os setores com maior crescimento seriam os de instrumentos mecânicos e máquinas e equipamentos elétricos etc. (Seção XVI) e calçados, chapéus, guarda-chuvas etc. (Seção XII), que seriam também os maiores beneficiados, tanto pelo efeito de criação quanto pelo efeito de desvio de comércio. Pelo lado das importações, cerca de 60% do aumento correspondem a produtos classificados como pertencentes aos setores de instrumentos mecânicos e máquinas e equipamentos elétricos etc. (Seção XVI) e veículos, aeronaves e outros equipamentos de transporte (Seção XVII).

A decomposição do efeito de desvio de comércio para as importações brasileiras mostra de que forma esses efeitos são divididos entre os países, que sofreriam uma retração no total exportado para o Brasil. O setor mais prejudicado é o de instrumentos mecânicos e máquinas e equipamentos elétricos etc. (Seção XVI), que responde por quase 50% das perdas totais de exportações da União Européia e China, e por aproximadamente 70% da retração das exportações observadas no Japão e nos Tigres Asiáticos.

Entretanto, não é apenas nos países extrabloco que se observa uma redução no total das exportações para o mercado brasileiro. Tendo em vista que a implementação da Alca se dará em um território já marcado pela existência de blocos comerciais, as composições de comércio dentro destes blocos também sofrerão modificações. Tomando como exemplo o Mercosul, uma parte do comércio realizado pelos países sócios — que havia sido estimulada pelo relativo barateamento das mercadorias decorrente da eliminação das barreiras existentes — deixa de existir, uma vez que esta redução tarifária passa a ocorrer para uma gama maior de países.

A análise dos dados mostra que, para a Argentina, cabe ao setor de veículos, aeronaves e outros equipamentos de transporte (Seção XVII) a maior retração no volume exportado (com valores que representam 37% da perda total das exportações do país para o Brasil). No caso do Uruguai, tem-se que o setor de plásticos e borrachas (Seção VII) é o responsável por aproximadamente 21% do total das perdas de exportação do país e, para o Paraguai, a maior retração é verificada no setor de produtos vegetais (Seção II), que apresenta uma diminuição

de exportações correspondente a 79% do total de perdas observadas para o país. Pelo lado brasileiro, observa-se que as nossas exportações com destino ao Mercosul sofrem uma retração de aproximadamente US$ 86 milhões, ou seja, 1,2% do total atualmente exportado. Os setores que apresentaram maiores perdas de exportação foram os de instrumentos mecânicos e máquinas e equipamentos elétricos etc. (Seção XVI), e o de veículos, aeronaves e outros instrumentos de transporte (Seção XVII), cujos montantes correspondem a cerca de 24% e 21% da perda total das exportações brasileiras com destino ao bloco, respectivamente.

Nos cenários de liberalização parcial, os autores postularam que os países iriam impor restrições à liberalização total em alguns setores. No caso das importações do Brasil consideraram apenas um cenário alternativo, em que se simula uma redução tarifária total, com exceção dos itens pertencentes à lista de exceção à Tarifa Externa Comum (TEC) (para os quais as tarifas seriam mantidas integralmente). Desse cenário, resultou um decréscimo de 20% na criação total de comércio. Além disso, constatou-se que grande parte dos setores mais sensíveis, em termos de aumento percentual do valor importado devido à criação de comércio, consta da lista brasileira de exceção à TEC. Essas constatações foram extrapoladas, possibilitando a construção dos dois cenários alternativos para a redução tarifária nos demais países da Alca.

No primeiro (Cenário 2), escolheram-se como setores sensíveis, para cada um dos parceiros do Brasil, aqueles com maior aumento relativo das importações devido à criação de comércio, até completar os 20% da criação total de comércio referente à liberalização total. Nesse cenário foram mantidas inalteradas as tarifas desses setores sensíveis, enquanto as dos demais produtos foram anuladas. A simulação revela, em relação ao anterior, que enquanto nossas exportações crescem US$ 1,28 bilhão (ou seja, apenas US$ 196 milhões a menos que no caso de uma liberalização total), as importações sofrem queda de aproximadamente US$ 870 milhões, com melhora na balança comercial.[16]

Para a construção do segundo cenário de liberalização parcial, considerou-se que todos os países membros do Mercosul, excluindo-se o Paraguai, manteriam as suas listas de exceções à TEC, de tal modo que todos os setores aí compreendidos teriam suas estruturas tarifárias inalteradas. No caso dos Estados Unidos, os setores considerados sensíveis foram escolhidos a partir de dois critérios: setores nos quais o país aplica qualquer tipo de barreira não-tarifária e setores selecionados (em outros trabalhos) como os mais prejudicados no caso de uma liberalização total. Para os demais países, utilizou-se o mesmo critério adotado anteriormente: os setores considerados sensíveis foram os que apresentaram, após

[16] Assim como no cenário anterior, a União Européia continuaria sendo a maior prejudicada com a implementação de uma área de livre comércio no continente americano: suas exportações para o mercado brasileiro sofreriam uma retração superior a US$ 420 milhões. A análise mais detalhada desses resultados revela que, assim como no cenário anterior, os setores de instrumentos mecânicos e máquinas e equipamentos elétricos (Seção XVI) são os que apresentam maiores retrações nos valores exportados para todos os países. O impacto deste setor dentro do Mercosul seria menor.

a liberalização total, os maiores incrementos relativos do valor importado devido à criação de comércio.

Os resultados, no que diz respeito às importações brasileiras, são iguais aos obtidos no cenário anterior, ou seja, continuou-se escolhendo como setores sensíveis aqueles constantes da lista de exceção à TEC. O crescimento das exportações brasileiras com destino ao continente americano é pouco abaixo do verificado no cenário anterior.[17]

Os resultados mostram, portanto, que um acordo de integração como a Alca traria para o Brasil um aumento muito maior das importações do que das exportações. Isso não é difícil de entender, quando se considera que uma boa parte do comércio entre as Américas — que poderia ser aproveitada em benefício brasileiro — já o foi quando do estabelecimento do Mercosul. A participação dos Estados Unidos em um bloco comercial, por sua vez, reduz os ganhos dos demais parceiros, por ser o país com os mais altos níveis de competitividade no hemisfério.

Outro ponto importante a ser observado na explicação da piora da balança comercial brasileira diante de uma hipotética integração hemisférica relaciona-se à estrutura tarifária dos parceiros. Os países que apresentam uma tarifa média acima da média brasileira absorvem apenas 21% das nossas exportações para a Alca, excluindo-se o Mercosul. Ou seja, enquanto as importações brasileiras seriam beneficiadas pela redução de uma tarifa média da ordem de 9%, quase 80% das exportações seriam beneficiados pela redução de uma tarifa média abaixo de 5,7%. Além disso, os fluxos de comércio atuais, que são as bases para as criações de comércio, também atuam desfavorecendo a balança comercial do Brasil: suas exportações para a Alca (excluindo-se o Mercosul) são de US$ 14 bilhões, enquanto as importações são de US$ 16 bilhões.

***Pequenos lotes na exportação: estrutura de custos e estratégias de distribuição física internacional,* de Carvalho Jr., Lima e Markwald (1998)**

Objetivos/conteúdo: Descrever e estimar os custos envolvidos na exportação de pequenos lotes, definidos como qualquer carga solta, encaixotada, engradada, em sacaria, em fardos, em *pallets* ou pré-lingada, cujo volume é insuficiente para preencher todo o espaço físico de um contêiner. Como *proxy*, foram utilizadas informações sobre operações de exportação de valores inferiores a US$ 50 mil. Além da introdução, o documento faz uma caracterização das exportações de pequenos valores/lotes e uma descrição da estrutura de custos vigente no Brasil para o transporte de carga geral. Em seguida "compara os custos envolvidos na exportação de pequenos lotes com aqueles que resultam da exportação de um contêiner cheio do mesmo produto". A seção seguinte, elaborada com base em entrevistas junto a exportadores, examina estratégias de distribuição internacional de produtos exportados em pequenos lotes.

[17] Essa retração é explicada pelo fato de que os produtos escolhidos como sensíveis para as importações americanas afetam principalmente as exportações brasileiras. Pode-se então considerar esse cenário extremamente pessimista.

Metodologia: Comparação de custos da exportação de pequenos lotes com os da exportação de contêiner cheio, feita a partir de dados coletados diretamente junto aos exportadores.

Conclusões: *a*) a exportação brasileira de pequenos lotes é bastante expressiva, em termos quantitativos e qualitativos, principalmente no que diz respeito às vendas externas de produtos industrializados para o mercado latino-americano; *b*) em entrevistas realizadas com exportadores efetivos e potenciais de pequenos lotes, constata-se tendência de expansão desse tipo de carga; e *c*) os custos de movimentação são muito maiores do que no caso de movimentação de um contêiner estufado, em razão dos custos diretos da distribuição física internacional (DFI), que oneram mais os pequenos lotes que os grandes; a movimentação de cargas é deficiente e pouco confiável; os exportadores não gerenciam eficazmente a cadeia de DFI, pois desconhecem as alternativas de logística disponíveis. São apresentadas também três medidas que podem reduzir os custos diretos incidentes sobre a DFI das exportações de pequenos lotes.

***Custo Brasil: o que foi feito, o que ainda precisa ser feito*, da CNI (1998*a*)**

Objetivo: Documento elaborado para dar prosseguimento à proposição de ações para a redução do Custo Brasil (CB). A primeira fase, conceitual, está exposta em documento de 1995 (*Cartilha do Custo Brasil*), em que foram definidos os principais componentes do CB. Na segunda fase, consolidada no documento em epígrafe, a CNI oferece sugestões para o equacionamento das questões levantadas no documento anterior.

Justificativa: O CB é representado por distorções que impedem ganhos de competitividade da produção doméstica e a atratividade do investimento industrial. A iniciativa do órgão patronal com este documento é no sentido de propor sugestões para sua redução.

Metodologia: O documento apresenta uma decomposição do CB em seis elementos principais, avaliando o impacto de cada um deles sobre a produção: sistema tributário; encargos sociais e legislação trabalhista; infra-estrutura; custo e disponibilidade de financiamento; custo de regulamentação excessiva; educação e saúde.

Resultados/conclusões: Para cada um dos elementos citados (à exceção de educação e Saúde), apresenta-se uma avaliação do que foi feito — em termos da legislação implementada ao longo dos últimos quatro anos — e do que ainda precisa ser feito, com sugestões de legislação fora do âmbito da reforma constitucional, para reduzir os entraves às transações econômicas. Cada bloco de apresentação tem referências quanto aos impactos sobre o setor externo das medidas de redução do CB já adotadas (desoneração fiscal de exportações, custo e

disponibilidade de financiamentos à exportação etc.) e aquelas que a CNI recomenda como necessárias para a redução adicional deste custo.[18]

***Desempenho exportador da indústria brasileira: elementos para a formação de estratégia exportadora*, de Fonseca e Velloso (1998)**

Objetivo/conteúdo: Analisar o desempenho exportador brasileiro comparativamente ao de outras economias e identificar setores com possibilidades de crescimento das exportações. O texto identifica a participação brasileira nos produtos dinâmicos e analisa o argumento segundo o qual o desempenho exportador brasileiro tem sido fraco devido à pouca presença das exportações nos mercados dinâmicos. Compara o desempenho exportador com o dos demais países no período 1989/95. Identifica os produtos e/ou setores nos quais o Brasil apresenta vantagem comparativa e que, devidamente estimulados, poderão gerar resultados positivos mais imediatos no que concerne à recuperação das exportações de manufaturados.

Justificativa: O desempenho exportador e a deterioração do saldo comercial após 1994.

Metodologia: O estudo baseia-se "nas estatísticas produzidas pelo CAN-Plus, *software* de análise de competitividade desenvolvido pela Cepal", e compara o desempenho das exportações de produtos industrializados para os países membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) às vendas dos competidores do Brasil.[19] Dois períodos são analisados: 1989/95 e 1992/95.[20]

Conclusões: *a*) a ausência do Brasil nos mercados dinâmicos não foi necessariamente o fator decisivo do fraco desempenho exportador do país; *b*) o Brasil vem perdendo mercado numa gama bastante variada de produtos, sugerindo falta de competitividade quase que generalizada dos produtos brasileiros diante das demais economias; *c*) assim sendo, a recuperação das exportações brasileiras depende, em grande medida, do aumento da competitividade em caráter geral; e *d*) os produtos selecionados, por apresentarem vantagens comparativas, devem ser

[18] O documento apresenta, em anexo, um balanço do projeto de desregulamentação proposto pela entidade. "O projeto partiu da percepção de que, embora a redução efetiva do Custo Brasil requeresse uma série de mudanças na Constituição Federal, alguns entraves poderiam ser corrigidos com alterações na legislação infraconstitucional." No anexo também são listados, para cada área temática — sendo o comércio exterior uma delas —, os problemas, as soluções sugeridas, a posição do governo e comentários da CNI sobre o resultado final.

[19] "O banco de dados permite analisar as vendas de 85 países para a OCDE, com produtos classificados ao nível de três dígitos da Classificação Uniforme de Comércio Internacional, resultando em 239 grupos."

[20] Como o CAN-Plus não apresenta os valores exportados e importados, mas sim as participações nas pautas de importação dos países membros da OCDE, em conjunto, e de exportação dos países selecionados para a OCDE, a análise está baseada na evolução relativa do comércio entre os países selecionados e os países membros da OCDE. Na comparação do desempenho do Brasil com os demais países exportadores foram excluídos os países da OCDE, pois estes compõem o universo demandante.

devidamente estimulados, de modo a produzir resultados mais imediatos na balança comercial.

Some economic and strategic issues in the face of the emerging FTAA, de Devlin, Estevadeordal e Garay (1998)

Objetivo/conteúdo: O estudo contém reflexões sobre: *a*) o novo regionalismo e a Alca; *b*) a definição e listagem dos custos e benefícios potenciais que a Alca pode trazer; *c*) questões de política nacional e coletiva que podem ajudar a maximizar os benefícios e minimizar os custos desta iniciativa. O estudo reforça a importância das formas de articulação que a Alca desenvolverá com os blocos regionais existentes no hemisfério para o sucesso da iniciativa.

Conclusões: 1 — quanto às vantagens associadas ao estabelecimento da Alca: *a*) acesso mais garantido ao mercado do hemisfério; *b*) incentivos para a transformação das economias e preparação para a globalização; *c*) atração de investimento direto estrangeiro; *d*) racionalização das estratégias existentes de integração regional; *e*) sinergias que contribuirão para um sistema multilateral mais forte; e *f*) externalidades que ajudarão a garantir reformas de política;

2 — quanto às questões que afetam o desempenho de iniciativas como a Alca em nível nacional: *a*) a estabilidade macroeconômica é condição *sine qua non* para uma participação efetiva na Alca; *b*) os fluxos de capital de curto prazo têm impacto não-desprezível sobre as economias em desenvolvimento, e estas economias devem estabelecer uma política de defesa contra aumentos excessivos dos fluxos de capital de curto prazo; e *c*) é necessário compatibilizar a participação nesta área de livre comércio com as estratégias de política comercial em relação ao resto do mundo; e

3 — quanto às questões supranacionais que afetam o desempenho da Alca: *a*) é necessário o desenvolvimento de uma rede institucional hemisférica que direta ou indiretamente apóie a Alca; e *b*) é necessária a definição de uma agenda estratégica a ser discutida em fóruns internacionais como a OMC, e para a discussão que possa surgir com organizações como o G-7 para a solução de problemas como a alta volatilidade dos fluxos internacionais de financiamento. Nesse contexto, reafirma-se a importância que a ameaça de turbulências no mercado financeiro internacional tem para o sucesso de iniciativas ambiciosas de integração comercial como a Alca.

O sucesso da criação de um mercado hemisférico dependerá do progresso alcançado na adaptação e racionalização dos acordos de integração existentes nas Américas, bem como de que as regras e disciplinas definidas para o estabelecimento da Alca sejam consistentes com aquelas definidas pelos grupos regionais, os países membros dos grupos, os demais países das Américas e os acordos extra-hemisféricos. Isso permitirá, entre outros, uma adaptação mais eficiente entre a "nova" Alca e os acordos de integração anteriormente existentes, aprofundando o "regionalismo aberto" no hemisfério e gerando condições mais

favoráveis para encarar o progresso futuro na liberalização da competição em nível multilateral.

***Does Mercosur need a single currency?*, de Eichengreen (1998)**

Objetivo: Apresentar e avaliar argumentos para responder à pergunta do título.

Justificativa, conteúdo e conclusões: Em seus primeros anos, o processo de integração do Mercosul enfrentou enormes turbulências relacionadas às estabilizações argentina e brasileira. No entanto, apesar disso (e das medidas de restrição comercial que foram adotadas em alguns momentos), a integração avançou bastante até o final de 1998. Uma conclusão possível desse sucesso é a de que as políticas macroeconômicas e o desempenho dos países têm, ou tiveram, pouca importância para a integração. A outra é a de que o Mercosul só pode sobreviver devido à conjunção de condições excepcionalmente favoráveis: o comércio Brasil-Argentina partiu de níveis muito baixos; a expansão de importações nos dois países ocorreu junto com o rápido crescimento do nível de atividade; o meio ambiente internacional foi bastante favorável, em vários sentidos.

Essa visão sugere que políticas macro não coordenadas e flutuações cambiais poderão, no futuro, ter efeitos bem mais perversos do que no passado, o que coloca na agenda a necessidade de harmonização macroeconômica e de um acordo de estabilização cambial ou, no limite, de uma moeda comum — tema em relação ao qual parecia existir algum apoio antes da desvalorização brasileira:[21] na Argentina, como uma estratégia de saída para o Plano de Convertibilidade; no Brasil, como uma possível salvação para os grandes déficits externos e para os perigos de uma desvalorização desordenada. Mas, além disso, há uma lógica de economia política que explica por que interessaria aos países membros a adoção de uma moeda única — embora com importantes precondições para todos os países.

Existem, segundo o autor, três possíveis explicações para a necessidade de uma taxa cambial estável entre os países como requisito para uma integração bem-sucedida. A primeira é que a variabilidade cambial prejudica o comércio regional porque, além de dificultar as comparações de preços, obriga os agentes a fazerem operações de *hedge* e, obviamente, reduz o volume de comércio intra-regional. A segunda é que variações cambiais bruscas ocasionam surtos de importações que geram reações por parte dos setores mais atingidos, os quais procuram impor medidas protecionistas. Uma terceira possibilidade é que tudo isso é bobagem, pois não há nenhuma incompatibilidade entre integração e taxas cambiais flutuantes.

[21] O fato de que em nenhum ponto do artigo o autor faça referência à crise russa leva a supor que o texto tenha sido elaborado antes de agosto de 1998.

Eichengreen (1998) argumenta que não há incompatibilidade entre essas alternativas. As ameaças da variabilidade cambial à integração regional dependem de duas coisas: da profundidade da integração e da origem dos distúrbios que motivam os movimentos das taxas de câmbio. Obviamente, quanto mais integrada for a região, maiores os efeitos de variações cambiais devido a maiores elasticidades-preço cruzadas e a pressões políticas mais intensas. Uma união aduaneira como o Mercosul representa uma situação em que o risco é menor. Quanto à natureza do distúrbio, se o movimento cambial for uma resposta à deterioração da competitividade dos produtores (devido à inflação, por exemplo) e o ajuste for gradual, a reação política será mínima. Mas na realidade as coisas não são tão simples. Se o câmbio for fixado como um objetivo de política, um ajuste brusco poderá gerar um choque de confiança (como ocorreu no Brasil recentemente), o que exigirá aumento da taxa de juros até que a confiança dos investidores volte. A recessão que se segue forçará o país a aumentar as exportações, o que não será visto pelos parceiros regionais como uma transição suave para um novo equilíbrio, mas sim como uma desvalorização contracionária com severas conseqüências no exterior (em que os produtores ficarão ameaçados pela competição mais intensa dos importados).

No caso do Mercosul, tudo depende, portanto, da extensão da integração e do tamanho relativo dos parceiros. Considerando que o Brasil não domina o Mercosul (como os Estados Unidos fazem com o Nafta) nem tem uma história de estabilidade monetária comparável à dos Estados Unidos, flutuações cambiais excessivas têm papel importante no sucesso da integração.

Mas o que é uma variação cambial "excessiva"? Que características nacionais devem ser levadas em conta para estimar sua magnitude? A literatura destaca alguns fatores que induzem a maior ou menor estabilidade cambial (e integração). Entre elas destacam-se: *a*) quanto maior a assimetria de variações no produto, maior o peso de mudanças no câmbio como um instrumento de ajuste dos preços relativos; *b*) quando a composição da produção e do comércio é muito diferente, choques setoriais vão afetá-los diferentemente, induzindo a variabilidade; *c*) quanto mais intensos os fluxos comerciais, maior o valor atribuído à estabilidade cambial; *e d*) tamanho (países pequenos tendem a optar por câmbio fixo).

Para analisar em que medida os países do Mercosul se conformariam ao padrão teórico previsto pelos fatores acima, Eichengneen construiu e testou um modelo (*cross section*). Seu resultado principal é que, para pares de países do Mercosul, existe uma variabilidade cambial maior do que a sugerida pelo padrão teórico ajustado pelo modelo.

Em seguida, o autor discorre brevemente sobre os diferentes regimes cambiais existentes, opondo o caso argentino ao dos Estados Unidos como modelos polares. A maior parte dos países segue regimes híbridos, em que há intervenção governamental em maior ou menor grau. No entanto, com o avanço da liberalização das transações internacionais, estes se tornaram cada vez mais difíceis de ser operados:

> "The growth of private capital markets has exposed the small scale of official reserves relative to private liquidity. Meanwhile, the revolution of information and communications technologies has made it very much more difficult to stop capital inflows and outflows at the border. For both reasons, private markets immensely complicate the task of seeking to operate pegged but adjustable exchange rates, target zones, crawling bands, and similar compromise arrangements. In the presence of internationally mobile capital and liquid markets, a nascent overvaluation is quicker to give rise to a capital outflow. Periodic realignments become problematic, since currency traders will seek to anticipate the government's actions; the merest hint that the authorities are contemplating a realignment may therefore prompt a speculative attack" (p. 19). "The implication is that countries are increasingly forced to choose between rigidly fixed currency pegs on the one hand a greater exchange rate flexibility on the other" (p. 20).

O autor avalia que nada do gênero das bandas cambiais do sistema monetário europeu, por exemplo, daria bom resultado no Mercosul, porque as condições políticas e econômicas (inclusive o *timing* de implantação) são muito diferentes. Isso abre três possibilidades. A primeira é simplesmente deixar que cada país escolha seu regime e torcer para que a variabilidade cambial entre eles não seja excessiva.[22]

A segunda é uma "solução Cavallo": *currency boards* em todos os países com o câmbio fixo em relação a algum *numéraire* internacional. Eichengreen pensa que esta é uma alternativa que só tem apelo em condições excepcionais:

> "This is such a byzantine solution to Mercosur's exchange-rate problem that we can safely ignore it" (p. 23).

A terceira via, preferida pelo autor, é a de taxas cambiais com flutuação livre em uma moeda única para a união aduaneira, que ele chama de "regime Delors",[23] alertando porém que esta não é uma opção para o curto prazo, mas que poderia ser atingida em 15 anos. Finalmente, alerta que a união monetária só seria uma solução para a questão cambial no Mercosul se fizesse parte de um projeto mais profundo de integração. Isso aparece resumido na seguinte passagem, ao término do artigo:

> "If Mercosur ends with a customs union, then it will be hard to create the exit barriers necessary for that monetary union to operate smoothly. And, if integration stops at the border, there is no reason why some exchange rate variability should be a dire threat to political support for that customs union.

[22] "Inevitably, it is uncertain whether the degree of exchange-rate stability that might be obtained in this way would be consistent with political support for regional integration. To repeat, that will depend on how deep that integration is designed to go" (p. 21).

[23] "This is a logically consistent option, monetary union being at the other end of the spectrum connecting fixed and freely floating exchange rates" (p. 22).

> If, on the other hand, there develops a readiness to transform Mercosur into a more far-reaching integration initiative, involving the creation of a true single, integrated South American market, then exchange rate swings will become more politically disruptive, and monetary unification becomes not only feasible but essential" (p. 26).

***Estudo sobre barreiras ao acesso de produtos e serviços brasileiros no mercado norte-americano*, da Embaixada do Brasil (1998)**

Objetivo/conteúdo: Identificar e descrever os principais obstáculos às exportações brasileiras para os Estados Unidos, apresentados por setores, produtos ou temas avulsos. Reconhece "dificuldades sistêmicas" para que o governo brasileiro consiga eliminar os impedimentos existentes nos Estados Unidos ao equilíbrio da balança comercial dos dois países.

O documento se divide em três partes. Na primeira, são descritas as barreiras tarifárias e não-tarifárias para os seguintes setores: financeiro (companhias de seguros, investimentos, sistema bancário); telecomunicações; transportes (aéreos, marítimos). Na segunda, são listadas as mercadorias sujeitas a quotas tarifárias impostas pelo governo norte-americano e administradas pela aduana dos Estados Unidos, além de serem detalhadas as medidas como "subsídios, restrições sanitárias a plantas e animais, quotas tarifárias, altas tarifas aduaneiras, aumentos sazonais em tarifas e apoio financeiro aos produtores domésticos para manter produtos estrangeiros fora do mercado norte-americano" para uma série de produtos como açúcar, arroz, camarão, carnes de ruminantes e suínos, frango, frutas e legumes, madeiras tropicais, soja e tabaco. Também estão descritos no documento as restrições tarifárias e não-tarifárias aplicadas a produtos industriais como calçados, etanol, laticínios, pele de jacaré, suco de laranja e têxteis. A terceira parte trata de outros tipos de barreiras ao acesso de produtos brasileiros ao mercado norte-americano como processos *antidumping* e direitos compensatórios, principalmente no caso das exportações de produtos siderúrgicos e ferros-ligas; descreve as restrições contidas na legislação norte-americana de compras governamentais; legislação extraterritorial; normas ambientais; normas técnicas; normas trabalhistas; propriedade intelectual e subsídios à exportação.

***Alca e UE: elementos para a formação de uma estratégia negociadora*, de Fernandes e Rios (1999)**

Justificativa: A interdependência das iniciativas que compõem a agenda externa de negociações do Mercosul faz com que as negociações da OMC tenham efeitos sobre o tempo, conteúdo e ambição das iniciativas associadas à Alca e ao acordo com a União Européia, sendo que o processo está mais avançado quanto à Alca. O aumento do investimento direto de países europeus no Mercosul, com as privatizações e fim de monopólios, faz com que a forte presença européia venha criando diversos interesses nas áreas industrial e de serviços, os quais influenciarão decisivamente a agenda européia em relação à região.

Objetivo/conteúdo: Comparar o perfil das relações econômicas Brasil-Alca e Brasil-União Européia, descrevendo as características das demandas comerciais de cada parceiro e as oportunidades existentes nestes blocos para o Brasil, além de analisar o crescimento do investimento direto de origem européia no Brasil. A partir da análise dos fluxos comerciais e da natureza das barreiras atualmente existentes, são tiradas conclusões sobre o caráter das negociações que visam eliminar essas barreiras. Os autores também examinam os desenvolvimentos recentes nos dois blocos, com efeitos sobre a posição brasileira, os possíveis ganhos do país nestas iniciativas de integração, o estágio das negociações nos dois *fronts* e o impacto que a Rodada do Milênio terá sobre o avanços das iniciativas Alca e União Européia. O anexo lista as principais barreiras tarifárias e não-tarifárias que afetam as exportações de produtos brasileiros para a União Européia e para os Estados Unidos.

Conclusões selecionadas: *a*) a qualidade da inserção internacional do Mercosul está relacionada à sua capacidade de avançar na consolidação e no aprofundamento do bloco; *b*) o Brasil tem claros interesses multilaterais, e o caminho das negociações sob o guarda-chuva da OMC é natural para o país; *c*) o lançamento da Rodada do Milênio terá forte impacto sobre o avanço das iniciativas regionais; *d*) os interesses na Alca são mais abrangentes nos setores que poderiam se beneficiar do processo de integração — há perspectivas de ganhos para produtos agrícolas e agroindustriais, além de produtos industrializados de maior valor agregado; *e*) os ganhos nas negociações com a União Européia são mais localizados nos setores agrícolas, enquanto o setor industrial deverá enfrentar um aumento de competição no mercado doméstico sem ganhos expressivos em termos de acesso a mercados; e *f*) a qualidade da formação das estratégias negociais do Brasil exige que o setor privado esteja capacitado a contribuir com informações cada vez mais precisas sobre os impactos e interesses setoriais.

Essa última conclusão tem motivado as associações patronais e instituições de pesquisa a promoverem a realização de estudos setoriais para aprofundar o conhecimento e fortalecer as posições negociais brasileiras [ver CNI (1998*b*)].

O comércio internacional de serviços: conceitos, barreiras e acordos, de Ferraz Filho (1998)

Objetivo: Analisar as principais iniciativas relacionadas à liberalização dos serviços nos acordos internacionais.

Justificativa: O crescimento do setor de serviços na geração da riqueza e emprego, as revoluções tecnológicas que têm caracterizado o setor, a inter-relação entre as atividades de serviços e industrial, o aumento do comércio internacional de serviços e o processo de globalização da economia destacam a importância recente da "economia dos serviços" no desenvolvimento econômico.

Metodologia: Exame da natureza dos serviços, dos esquemas utilizados na sua classificação e dos critérios de medição e avaliação estatística de seu produto; das

principais barreiras incidentes sobre o comércio internacional de serviços; dos principais acordos — multilateral (GATS) e plurilaterais (União Européia, Nafta, Mercosul).

Conclusões/resultados: Existe algum consenso em torno de características gerais que os processos de liberalização devem alcançar para aumentar a eficiência econômica: *a*) o processo deve seguir uma estratégia gradual, setor a setor, começando por aqueles em que a liberalização seja politicamente exeqüível e capaz de demonstrar ganhos econômicos inequívocos; *b*) na presença de constrangimentos rígidos, deve-se contemplar a possibilidade de liberalização parcial, caso em que a escolha dos instrumentos de proteção mais eficientes assume enorme importância; *c*) a liberalização do comércio de serviços deve inserir-se num programa de liberalização abrangente, envolvendo seus elementos conexos; *d*) deve-se preservar a distinção entre liberalização e desregulamentação, visto que em determinados setores o fortalecimento de regulações domésticas pode ser uma precondição para a liberalização; e *e*) a liberalização na área de serviços demanda um tempo de implementação maior do que o exigido na liberalização do comércio de mercadorias, por requerer, freqüentemente, reformas administrativas e institucionais.

A tendência atual quanto à liberalização do comércio de serviços privilegia um modelo misto que combina um tratado multilateral e multissetorial com acordos regionais de integração econômica e com acordos setoriais de caráter técnico, na área de alguns serviços específicos. O texto conclui que:

> "O GATS, ao propor um processo de liberalização do comércio de serviços gradual, preservou a possibilidade de se compatibilizar níveis de discriminação distintos em termos multilateral e regional (não-universalização do princípio da NMF quando da presença de acordos regionais, por exemplo). Tal concepção deve ser estendida para negociações multilaterais (Alca, por exemplo) onde haja a presença de acordos sub-regionais de integração econômica (Mercosul, por exemplo). Esse é um instrumento que possibilita compatibilizar, no tempo, níveis de abertura distintos e incluir nos processos de liberalização, processos correlatos de capacitação competitiva das empresas nacionais. Não deve, por outro lado, constituir-se em mecanismo de proteção comercial permanente."

***Barreiras externas às exportações de serviços: definições e conceitos, modalidades de classificação, críticas dos registros estatísticos e resultados de entrevistas a setores selecionados,* de Ferraz Filho (1999)**

Objetivos/conteúdo: O documento: *a*) "analisa as modalidades de prestação e os critérios de classificação internacional de serviços"; *b*) "examina a avaliação estatística dos serviços na contabilidade internacional e na contabilidade brasileira"; *c*) "identifica as principais diferenças existentes entre elas e sugere a necessidade de se aperfeiçoar a metodologia utilizada na produção das informações estatísticas brasileiras sobre o tema"; *d*) "avalia o comportamento

recente do comércio de serviços do país, a partir das contas de balanço de pagamentos"; e *e*) "resume as principais barreiras incidentes sobre o comércio internacional de serviços, discutindo, de forma preliminar, a natureza das barreiras enfrentadas pelo comércio brasileiro de serviços".

Conclusões: As principais conclusões são: *a*) os fatores de explicação do pequeno dinamismo das exportações brasileiras de serviços estão menos ligados a barreiras externas e mais vinculados a elementos internos à organização empresarial, fatores sistêmicos e ausência de instrumentos de política comercial adequados; e *b*) existe a necessidade de se aperfeiçoar os registros de comércio de serviços existentes no Banco Central para tornar possível a identificação de dois elementos centrais ao tema: os registros bilaterais de comércio e a produção de registros passíveis de serem organizados segundo segmentos prestadores de serviços específicos.

A experiência exportadora do setor de software *brasileiro: o caso da Softex*, de Ferraz Filho *et alii* (1998)

Objetivo/conteúdo: Avaliar a experiência exportadora do setor de *software* e examinar a eficácia dos instrumentos da respectiva política de fomento. O texto contém uma discussão sobre as características gerais da indústria de *software* e destaca seu potencial para as empresas oriundas de países em desenvolvimento; examina o desempenho exportador recente do setor de *software* brasileiro, utilizando indicadores como faturamento, número de empresas exportadoras, destino das exportações etc.; discute também questões relativas a acesso a mercados, a história da implementação da política para o setor, incluindo o modelo de gestão e a natureza dos processos decisórios adotados pelo programa Softex, as fontes de financiamento utilizadas como suporte ao programa e os principais mecanismos de incentivo fiscal à disposição das empresas brasileiras.

Conclusões selecionadas: *a*) as vendas aos Estados Unidos e à Alemanha perderam participação nas exportações totais, enquanto para o Mercosul e para a América Latina cresceram substancialmente depois de 1994; *b*) as exportações ainda são pouco importantes na composição do faturamento das empresas brasileiras; *c*) as instituições públicas e entidades privadas desempenham papel de relevo na consolidação de um setor exportador internacionalmente competitivo; *d*) a participação em feiras internacionais é um elemento importante na estratégia de tornar a empresa visível e ampliar a sua base de clientes; *e*) embora poucas empresas tenham solicitado financiamento, existe grande demanda potencial por recursos, especialmente de capital de risco e de giro; e *f*) a política praticada tem contribuído para o desenvolvimento do setor de *software* no Brasil.

Telecommunications systems, the FTAA and the Mercosur: issues and questions, de Flôres (1998)

Objetivo: Avaliar o enorme diferencial de interesses entre Alca e Mercosul e suas conseqüências, caso prevaleça uma negociação apressada que não leve em devida conta esses interesses, a partir do exemplo do setor de telecomunicações.

Justificativa: A pressão para negociar uma Alca faz *tabula rasa* da diversidade dos países membros, da assimetria causada pela presença dos Estados Unidos neste arranjo e dos diversos interesses comuns. Sob este aspecto, o setor de telecomunicações é um caso extremamente interessante.

Resultados/conclusões: A principal conclusão do ensaio é a de que, no contexto de uma liberalização comercial multilateral, não há ganhos a serem auferidos nos serviços de telecomunicações quanto às negociações de entrada na Alca. Ao contrário, o resultado líquido pode ser danoso aos interesses do Mercosul. Mas, caso este seja forçado a entrar em negociações nesse sentido, deveria seguir dois princípios gerais e um guia de ação.

Primeiro, o texto destaca que uma posição contrária à Alca em *telecoms* não implica desconsiderar a experiência dos Estados Unidos neste setor. O segundo princípio refere-se à recomendação de retardar o mais possível as negociações, contrabalançando a urgência das iniciativas dos Estados Unidos. Neste sentido, o ano de 2005 deve ser adotado como limite mínimo para finalizar as negociações.

Quanto à linha negociadora, a análise do autor é de que essa deve ser tão rígida quanto possível. Aceita-se que as intenções dos Estados Unidos na Alca quanto às *telecoms* objetivem um tipo de arranjo tendo como mínimo o negociado na OMC. Em *telecoms* deve-se adotar a posição forte de não avançar além dos *schedules* da OMC.

***A orientação externa da indústria de transformação brasileira após a liberalização comercial*, de Fonseca, Carvalho e Pourchet (1998)**

Objetivo/conteúdo: Construir indicadores de orientação externa, levando em conta a utilização de insumos importados na produção doméstica; analisar as mudanças na orientação externa dos setores produtivos da economia brasileira, enfatizando o grau de exposição dos diferentes setores de atividade aos choques externos.

Metodologia: Além dos coeficientes tradicionais de exportação e de penetração de importações calcula-se um coeficiente de insumos importados que mede o impacto de choques externos pelo lado do custo da produção, e não pelo lado da receita. Os autores supõem que a distribuição dos insumos importados entre os diversos setores e o consumo final têm uma estrutura idêntica à da matriz de insumo-produto brasileira (o que é uma proposição altamente questionável). Calcula-se, a partir destes coeficientes, o coeficiente de orientação externa líquida, que é igual à diferença entre os coeficientes de exportação e de insumos importados, sendo esta uma medida mais precisa da vulnerabilidade de uma indústria a choques externos do que o coeficiente de exportação. A análise abrange o período 1989/1996.

Conclusões: Os resultados obtidos são bastante similares aos alcançados em pesquisa da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) realizada em 1997 (por utilizar a mesma base de dados originais), e bastante diferentes dos

apresentados no trabalho pioneiro de M. M. Moreira e P. G. Correia. Isso se deve às diferenças tanto nas séries de valor (em dólares) quanto na forma de compatibilização das classificações industriais do IBGE e de comércio exterior (NBM). Destaca: "Embora as exportações brasileiras continuem a responder, em média, por cerca de 10% da receita das firmas industriais brasileiras, o significativo aumento no uso de insumos importados vem compensar, ainda que parcialmente, os efeitos decorrentes dos choques externos. Ou seja, o efeito líquido de um choque externo será de fato a metade do que nos mostraria o coeficiente tradicionalmente utilizado." São também apresentados e discutidos coeficientes de orientação externa para 28 setores da indústria de transformação, destacando os mais e menos afetados pela abertura comercial e aqueles que sofrem com maior ou menor intensidade os efeitos de choques cambiais.

Seria interessante obter dos autores uma apreciação desses impactos depois da desvalorização cambial brasileira, para verificar a robustez dos indicadores e as implicações do choque cambial sobre os custos das empresas.

***Barreiras externas às exportações brasileiras,* de Fonseca *et alii* (1999)**

Objetivo/conteúdo: Identificar as barreiras às exportações brasileiras de bens e serviços que dificultam o comércio com 15 dos principais parceiros internacionais do Brasil (excluídos os países membros do Mercosul).[24] Identificar as barreiras de maior relevância para os exportadores brasileiros. No tocante às barreiras relativas ao comércio de bens, são apresentados os principais entraves relativos aos três grupos mais comuns: *a*) barreiras tarifárias (tarifas de importação, outras taxas e valoração aduaneira); *b*) barreiras não-tarifárias (restrições quantitativas, licenciamento de importações, procedimentos alfandegários, medidas *antidumping* e compensatórias); e *c*) barreiras técnicas (normas e regulamentos técnicos, regulamentos sanitários e fitossanitários e de saúde animal). Além de identificar as barreiras impostas pelos principais parceiros comerciais do Brasil, o relatório ilustra as estruturas de proteção dos países selecionados e, mais especificamente, sua incidência sobre as exportações brasileiras.[25]

Metodologia: As informações sobre as estruturas de proteção dos países selecionados provêm do banco de dados da Unctad, o Trains 1998/99. Para cada país, com exceção da Nigéria, são apresentadas as tarifas e barreiras não-tarifárias referentes ao último ano para o qual as informações da Unctad estão disponíveis. Além dessa fonte, foram utilizadas várias outras: Cepal, Comissão Européia, Organização dos Estados Americanos (OEA), OMC, Secex/MIDC, Usdoc, USTR, Ministério das Relações Exteriores e departamentos ou secretarias de aduana e de comércio exterior de vários dos países selecionados.

[24] Os mercados selecionados respondem por 76% das exportações brasileiras destinadas a países fora do Mercosul.

[25] Os países selecionados foram: África do Sul, Canadá, Chile, China, Cingapura, Colômbia, Coréia do Sul, Estados Unidos, Índia, Indonésia, Japão, México, Nigéria, Tailândia e União Européia.

Política industrial e expansão das exportações: uma proposta de ação, de Frischtak e Pessoa (1999)

Resumo: Os autores analisam o desempenho recente das exportações brasileiras, a partir da constatação de que o *market share* do país nas exportações mundiais tem caído de forma continuada desde 1984. Alegam que a atividade exportadora não é de fato prioritária, tendo ficado em segundo plano ações imprescindíveis para a competitividade da economia nacional, que incluem oferta de uma infra-estrutura que permita a integração logística do país com os mercados globais; um regime tributário compatível com os requisitos de expansão das vendas externas; e instrumentos eficazes de promoção.

Analisando a atual política de promoção de exportações, os autores destacam que "a fragilidade da atual política advém do fato de que a expansão das exportações depende tanto de ações voltadas para a competitividade sistêmica da indústria, como de uma política transformadora da estrutura produtiva do país. A essência desse esforço é, portanto, de política industrial, uma vez que implica, além da realização de ações de natureza horizontal, o reforço das condições de competitividade de setores específicos, a criação de novos segmentos aptos a competir globalmente e a reestruturação de setores com peso específico e capacidade exportadora".

Os autores identificam como objetivos básicos da política de exportação "o crescimento do volume de produção direcionado para o mercado externo, alavancado por investimento de natureza irreversível em capacidade produtiva direcionada para as exportações (...), o aumento do valor unitário da pauta, pela diferenciação e agregação de valor exportado e a mudança de sua composição, pela introdução de novos produtos a partir de plataformas de exportação em setores tecnologicamente avançados e, a mais longo prazo, pela criação de plataformas de inovação".

Em seguida apresentam recomendações de política, a partir das deficiências diagnosticadas: *a*) estruturação de programa de estímulo à criação de capacidade de produção destinada ao mercado externo; *b*) trabalho sistemático de remoção de barreiras externas às exportações do país; *c*) esforço de diferenciação do produto exportado, acompanhado de estímulo às empresas exportadoras para investir em pesquisa e desenvolvimento, integrando as iniciativas já existentes e focalizando a ação sobre segmentos em que a diferenciação tenha impacto importante no valor unitário exportado; *d*) aumento do valor agregado dos produtos exportados por meio do alongamento da seqüência de valor ex-fábrica, incluindo a venda de serviços associados ao produto.

Análise comparativa dos ganhos de integração: Alca e União Européia, da Fundação Getulio Vargas (1997)

Objetivo/conteúdo: Analisar o impacto de uma liberalização comercial hemisférica (Alca) e de uma liberalização com a União Européia sobre a economia brasileira por meio de um modelo de equilíbrio geral do comércio mundial.
Justificativa: Após as reuniões ministeriais de Denver, Cartagena e Belo Horizonte e a de 1994 da Cúpula das Américas, em Miami, quando se definiu um cronograma de negociações até 2005 para a formação da Alca, foram criados 12 grupos de trabalho para estudar diferentes temas, entre os quais o acesso aos mercados.

Metodologia (principais aspectos): "O GTAP (*Global Trade Analysis Project*) é um modelo mundial de equilíbrio geral, que na versão utilizada contempla 24 regiões e 37 mercadorias/setores que podem ser agregadas de acordo com os interesses do pesquisador. (...) A estrutura de produção do modelo é bastante convencional. Admite-se elasticidade de substituição constante entre os fatores de produção e entre os insumos domésticos e importados. Além disso, se supõe que não há substituição entre fatores primários e insumos. Os insumos importados são diferenciados por origem e também são discriminados bens importados dos bens domésticos. O valor adicionado é obtido através de uma função de produção com elasticidade de substituição constante."

São adotadas as seguintes hipóteses em relação aos fatores de produção: capital e trabalho são plenamente móveis e, logo, seus preços não variam entre os setores; o fator terra é usado somente em dois setores, agricultura e pecuária. E não é móvel. "Esse fenômeno é capturado no modelo através de uma função de receita de elasticidade de transformação constante, que mostra o custo de redirecionar o uso da terra da produção de grão, por exemplo, para a pecuária. O grau de mobilidade do fator terra é, portanto, determinado pelo valor da elasticidade de transformação entre setores. O modelo permite simulações de política através de variações no produto, insumos, fatores de produção, tarifas e impostos de exportações e importações e subsídios ao comércio exterior." Dois pontos merecem ainda ser ressaltados. O primeiro se refere ao tratamento do investimento e o segundo aos resultados do modelo para avaliação de processos de integração.[26]

Conclusões/recomendações: As principais conclusões e recomendações de política são: *a*) o efeito líquido sobre a economia brasileira em termos de aumento da renda é maior na hipótese Mercosul/União Européia do que na da Alca; *b*) existem distinções básicas entre os resultados em nível desagregado: setores do complexo

[26] "Quanto ao investimento, o modelo admite dois tratamentos. No primeiro, a alocação regional do capital é inalterada, o que equivale a manter fixo o saldo da conta corrente do balanço de pagamentos. No segundo, a taxa de retorno do capital varia entre as regiões, o que se traduz em mudanças na alocação dos fluxos de capitais.(...) Por último, cabe apontar que o GTAP gera uma série de estimativas usualmente utilizadas na avaliação dos efeitos dos processos de liberalização ou de acordos de integração. Destacam-se, entre outras: variações equivalentes de renda; termos de troca; e mudança na utilidade dos agregados regional das unidades familiares."

agropecuário ganham mais com a integração com a União Européia, enquanto setores industriais ganham com a Alca; *c*) os resultados sobre os produtos manufaturados decorrentes da criação da Alca, apontam para a existência de vantagens comparativas dos setores manufaturados brasileiros, num cenário estático de mudanças de preços relativos; *d*) de forma geral, a análise tanto de produtos do complexo agropecuário como de produtos manufaturados revela que a escolha de uma das áreas de preferências para a realização de um acordo de livre comércio implica perda de mercado exportador em relação a outras regiões.

Em decorrência dessa última conclusão, somada ao fato de que os ganhos, em termos de bem-estar, não são tão expressivos, os autores concluem que "para a economia brasileira, a melhor estratégia permanece sendo a de fortalecimento do sistema multilateral".

***Estudo sobre linhas estruturais da posição brasileira nos principais setores produtivos de interesse do Brasil, no âmbito das negociações do Mercosul com a União Européia*, da Fundação Getulio Vargas (1999*b*)**

Objetivo/conteúdo: Analisar os processos de liberalização tarifária no âmbito do acordo regional Mercosul-União Européia, considerando dois cenários alternativos — um de total liberalização tarifária e outro de liberalização parcial, excluindo-se o setor agrícola — e utilizando um modelo CGE.

O projeto analisa quatro diferentes agregações de setores da economia. A primeira privilegia a análise desagregada dos setores tradicionais da indústria (como vestuário, alimentos, bebidas e tabaco). A segunda seleciona os setores de maior valor adicionado (como veículos a motor, químico, máquinas e equipamentos). A terceira e quarta agregações visam estudar impactos sobre produtos agrícolas.

Em termos de regiões geográficas, foi definida uma agregação que permite destacar experimentos de interesse da agenda de integração brasileira. Nesse sentido, estão descritos os principais países da América Latina contidos no modelo, a América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e a União Européia. Os países da Ásia e outras regiões detalhadas no modelo foram considerados de forma agregada. Apesar de o modelo gerar resultados para todas as regiões, o relatório apresenta apenas os referentes ao Mercosul e à União Européia.

Justificativa: A utilização de modelos computacionais não esgota os diferentes aspectos e abordagens alternativas para o estudo de acordos de integração, mas é um instrumento importante para a construção de quadros referenciais básicos, a partir dos quais se pode pensar os efeitos diretos e indiretos de mudanças de preços relativos em economias expostas a um processo de liberalização — plena ou parcial — da proteção comercial.

Metodologia: Utiliza-se o GTAP, um modelo computacional de equilíbrio geral, em cuja base de dados os produtos representam agregados da Standard

International Trade Classification (SITC). [Sobre as características do modelo, ver Fundação Getulio Vargas (1997), incluído no presente inventário].

Conclusões/recomendações: O presente relatório (segundo relatório para o MDIC) apresenta dois experimentos em que se analisam os seguintes setores: produtos químicos, de borracha e de plástico; produtos de metais; veículos a motor e partes; outros equipamentos de transporte; equipamentos eletrônicos; máquinas e equipamentos; outros produtos manufaturados; produtos agrícolas e florestais; serviços.

O primeiro experimento refere-se a uma plena liberalização entre o Mercosul e a União Européia; o segundo lida com uma liberalização excluindo o setor agrícola. Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais resultados do relatório: *a*) quanto aos impactos sobre o bem-estar: as variações nos indicadores de bem-estar mostram impactos diferenciados em termos de magnitude para os países do Mercosul, mas sugerem que a plena liberalização é a melhor alternativa; *b*) quanto à variação no valor exportado, os resultados sugerem que o cenário de liberalização parcial seria preferível para as exportações dos setores não-agrícolas dos países do Mercosul. O GTAP é um modelo de equilíbrio geral estático. Concentrando-se as liberalizações tarifárias no setor não-agrícola, mostra a possibilidade de incremento de comércio nesses setores, pois seriam deslocados recursos para eles. No entanto, o exercício mostra que o efeito líquido sobre a variação nas exportações é maior na hipótese de liberalização plena; *c*) quanto à variação no valor importado, os dados de importações mostram menores variações, e até mesmo variações negativas no cenário de liberalização parcial,[27] *d*) quanto ao saldo da balança comercial, os resultados mostram que menores déficits comerciais são obtidos para todos os países do Mercosul, na hipótese de uma liberalização parcial. No Uruguai há uma inversão do saldo, que passa de deficitário para superavitário, entre a liberalização total e a parcial. A União Européia registra um menor saldo positivo na hipótese de liberalização parcial; e *c*) outro resultado relevante é que, tanto no caso da liberalização total quanto no da parcial, a produção doméstica da indústria, em todos os países do Mercosul, se reduz. Uma recomendação relevante, apontada pelos autores, é a importância de os gestores de política encontrarem formas de reduzir os custos de ajustamento do setor industrial.

Como frisam os autores, "a posição dos países do Mercosul tem sido a de apenas acatar negociações caso seja incluído o setor agrícola. Os resultados mostram que essa posição é consistente". De forma geral, o aumento do PIB do Mercosul é maior no caso da liberalização plena. Por outro lado, os resultados da União Européia comprovam que a questão agrícola é suscitada mais por razões políticas do que econômicas, dado que as diferenças nos resultados para essa região, entre um e outro cenário, são muito pequenas.

[27] Salienta-se que esse resultado deriva em grande medida da variação negativa apresentada pela renda nos países do Mercosul.

***Caracterización, estructura y racionalidad de las normas de origen del G-3 y de la Aladi. Su relevancia en el caso de Colombia*, de Garay e Quintero (1998)**

Objetivo/conteúdo: Resumir argumentos sobre o papel, os efeitos e os critérios de qualificação das normas de origem em um acordo de livre comércio (ALC). Para tanto, realiza uma caracterização dos regimes de origem da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e do Grupo dos Três (G-3), por serem representativos dos regimes de ALC das chamadas "primeira" e "nova" gerações. Desenvolve também uma análise sobre a racionalidade econômica e a economia política das regras de origem do G-3, especialmente em relação à hipótese de desvio de comércio. Finalmente, faz uma análise dos padrões de adequação das normas de origem da Aladi e do G-3 por parte da produção industrial na Colômbia.

Justificativa: Segundo os autores, um dos temas mais controversos relacionados à integração econômica diz respeito à "racionalidade" e à "bondade" econômica de certas políticas regulatórias, que permitem o acesso preferencial ao mercado entre os países associados — especialmente a observância de requisitos para a qualificação da origem dos bens transacionados — como condição para a outorga de vantagens preferenciais. A falta de clareza sobre a racionalidade de certas políticas regulatórias do acesso preferencial entre países participantes de um ALC decorre da própria natureza da política de regra de origem: é uma política considerada "subótima" na perspectiva da teoria do bem-estar. Aí reside a razão essencial das limitações que restringem o desenvolvimento teórico dos impactos derivados da aplicação de uma política de regras de origem em termos, por exemplo, de bem-estar, alocação de recursos e padrões de especialização, tanto entre os países membros quanto entre estes e o resto do mundo. Existem também dificuldades para se elaborar estudos empíricos sobre a "bondade" e os impactos das normas de origem na prática real, não apenas pela complexidade do problema como também pelas restrições ao acesso à informação no nível de desagregação e detalhes necessários.

Metodologia: Comparações entre os regimes de origem do G-3 e da Aladi e entre o G-3 e outros regimes da "nova geração".

Conclusões: As principais conclusões estão divididas em três grandes grupos. O primeiro trata da caracterização do regime de origem do G-3 que, segundo os autores, pode ser caracterizado como de "nova geração".

O segundo grupo trata da economia política do regime de origem do G-3. Os autores afirmam que, a partir da análise estatística e econométrica realizada, não é possível comprovar a hipótese de desvio de comércio nem para a região do G-3 nem para a do Tratado de Livre Comércio Andino (TLCAN). Resumidamente, seriam estas as características da economia política da proteção nas regras de origem do G-3: *a*) a existência de menores requerimentos de origem para que bens colombianos industriais, de maior valor agregado, possam usufruir de acesso preferencial ao mercado mexicano — já que o México dispõe de menor proteção

que a Colômbia com relação à concorrência externa para este tipo de bens; *b*) a existência de requerimentos de origem mais restritiva para alguns bens colombianos mais intensivos em mão-de-obra não-qualificada, tendendo a dificultar, *a priori*, seu acesso preferencial ao mercado mexicano que, por sua vez, já apresenta nível maior de proteção para este tipo de bens do que a Colômbia; e *c*) a imposição de requerimentos de origem menos restritivas para a média dos produtos claramente exportáveis da Colômbia, mas que já estão de fato menos protegidos no mercado mexicano do que no colombiano, em relação à concorrência internacional.

O terceiro grupo de conclusões trata dos padrões de adequação, por parte da produção industrial colombiana, às regras de origem do G-3 e da Aladi.[28] O regime de origem do G-3 corresponde ao tipo característico de regimes de "nova geração", cuja estruturação não apenas responde ao propósito essencial de evitar o desvio de comércio, mas tende a propiciar comportamentos diferenciados/ discriminatórios entre certas atividades produtivas e classes de empresas. Nesse sentido, destaca-se a natureza distintiva (seletiva-estratégica) da política de origem do G-3, o que, guardadas as devidas proporções, também é o caso do TLCAN, de acordo com a análise inicial realizada no artigo e com a crença de amplos círculos especializados nos Estados Unidos.

Ainda que o regime da Aladi tampouco responda ao simples propósito de impedir o desvio de comércio, ele se diferencia do regime do G-3 por não reproduzir comportamentos tão distintos entre as atividades e os grupos de empresas. A evidência apresentada mostra que o caráter do regime da Aladi é propriamente de "primeira geração", com uma natureza não-estratégica, no sentido estrito de política econômica.

O processo de associação Mercosul-União Européia, de Graça Lima (1999)

Objetivos/conteúdo: O artigo faz uma síntese das razões pelas quais o Brasil e demais países do Mercosul buscam ao mesmo tempo um acordo de livre comércio com a União Européia e com os Estados Unidos, por intermédio da Alca. Entretanto, alguns países da União Européia não demonstram ter dúvidas quanto à "oportunidade de uma decisão que só pode ser tomada com base em mandato negociador aprovado pelo Conselho de Ministros por recomendação da Comissão". Os argumentos contrários são de três tipos: receio de invasão de produtos agrícolas provenientes do Mercosul; interferência na revisão de políticas internas à União Européia, tais como a PAC; e interferência nas negociações multilaterais do próximo ano, a chamada Rodada do Milênio.

[28] Resumidamente: *a*) na média, o grau de adequação sob o regime da Aladi supera o do G-3 em mais de 10 pontos percentuais em termos de valor da produção; *b*) a adequação ao regime do G-3 tende a ser inferior para a pequena empresa em relação à grande empresa, tanto no nível geral quanto no setorial; no caso da Aladi, não é possível identificar esta diferenciação; e *c*) a aplicação da cláusula *de minimis* ajuda a flexibilizar, significativamente, o rigor dos requisitos de origem, melhorando o grau de adequação em até 10 pontos percentuais do valor da produção.

O autor refuta cada um dos três tipos de argumentos apresentados contra a construção da Associação Inter-Regional Mercosul-União Européia: em primeiro lugar, a respeito da política agrícola comum, apresenta o argumento do embaixador do Uruguai junto às Comunidades de que o inimigo da PAC são os novos padrões do comércio internacional, e que seu antagonista não é o Mercosul, mas sua obsolescência, que se torna cada vez mais aguda. Em segundo lugar, o autor afirma que o lançamento de uma nova rodada de negociações multilaterais no âmbito da OMC não constitui um obstáculo à construção da Associação, já que:

> "A proposta de ampliar a *built-in* agenda emanada dos Acordos de Marrakesh partiu da própria União Européia, que, por reconhecer a importância central que viria a ter a reforma das políticas agrícolas nos trabalhos da OMC a partir do ano 2000 e as novas obrigações que inevitavelmente terá de assumir como resultado de tais trabalhos, apressou-se em retomar a concepção negociadora adotada em Tóquio (...) e tornar mais aceitáveis ou palatáveis as concessões a serem feitas na agricultura."

Conclusões/recomendações: *a*) nada impede que o processo de negociação para a Associação Inter-Regional Mercosul-União Européia progrida em paralelo à Rodada do Milênio; *b*) com exceção da questão agrícola, há mais pontos em comum do que discordância entre a União Européia e o Mercosul a respeito dos temas que devem fazer parte da Rodada do Milênio; e *c*) "apesar de estar em campos separados nas negociações agrícolas multilaterais que se aproximam, não faltam razões de peso para que uma associação, inclusive na forma de uma zona de livre comércio, entre os dois agrupamentos nasça, se desenvolva e se constitua em novo baluarte na defesa do sistema multilateral de comércio".

Brazil and the United States at the gateway of the FTAA: a CGE modeling approach to challenges and options, **de Hinojosa-Ojeda e Robinson (1998)**

Objetivos/conteúdo: Os autores utilizam um modelo de equilíbrio geral computável (CGE) para avaliar os benefícios potenciais e os desafios envolvidos na liberalização das relações comerciais Brasil-Estados Unidos tanto em comparação com o Nafta e o Mercosul quanto em comparação com a Alca. O modelo inclui os Estados Unidos e o Brasil, bem como todos os principais países da América Latina e os blocos sub-regionais de comércio. Quatro cenários são construídos para explorar os impactos dos diferentes arranjos de livre comércio: *a*) somente o Nafta; *b*) somente o Mercosul; *c*) Nafta, Mercosul e uma área de livre comércio Brasil-Estados Unidos; e *d*) Alca.

Justificativa: Com o lançamento das negociações para a constituição da Alca, em setembro de 1998, o futuro das relações Brasil-Estados Unidos aparece como a principal questão relacionada ao formato final da nova ordem hemisférica. Algumas questões importantes, nesse contexto, são: como o livre comércio entre Brasil e Estados Unidos se compara com o Nafta e o Mercosul? E como a

liberalização comercial entre as duas principais economias do hemisfério alteraria o impacto a ser provocado pela Alca?

Ao mesmo tempo que a relação Brasil-Estados Unidos desperta interesse por suas oportunidades potenciais, ela também provoca apreensão justamente por seu potencial de crescimento e impacto. Nos Estados Unidos e no Brasil surgem questões sobre a habilidade de cada país absorver os ajustes a um novo acordo de comércio com um parceiro grande, com nível de renda muito diferente, e em seguida a acordos regionais como o Nafta e o Mercosul. Nos Estados Unidos, o espectro de "vários Naftas" provoca cautela em relação a uma área de livre comércio com o Brasil. Neste último país há segmentos que consideram melhor liberalizar com outros parceiros regionais do que estabelecer uma área de livre comércio com os Estados Unidos. Também existem questões, em todos os países do hemisfério, sobre qual seria o impacto relativo de arranjos comerciais sub-regionais alternativos, tanto para as pequenas quanto para as grandes economias da região.

Metodologia: Utiliza-se um modelo CGE para analisar a integração regional do hemisfério. O modelo Brasil-Estados Unidos-Alca segue a tradição dos modelos CGE com múltiplos países, utilizados para analisar o impacto da Rodada do Uruguai, os impactos do Nafta e de sua potencial expansão para incluir a América Central e o Caribe.[29] Esse modelo incorpora inovações em relação a versões anteriores de modelos CGE aplicados ao comércio.[30]

Conclusões: As principais conclusões, segundo os cenários, são:

Cenário 1: Nafta — *a*) o modelo confirma os resultados de estudos anteriores, que indicam um impacto ligeiramente positivo sobre o crescimento do PIB dos países participantes; enquanto o impacto estático é pequeno para as economias do Nafta, o crescimento do PIB é maior quando se incorporam as externalidades geradas pelo comércio; *b*) embora os resultados estáticos demonstrem declínio nas exportações intra-regionais do Brasil e da Argentina, os dinâmicos mostram uma reversão no sentido do crescimento das exportações intra-regionais, decorrente do

[29] O modelo é composto por 11 setores e 11 países e segue o marco de referência desenvolvido por Hinojosa-Ojeda, Lewis e Robinson em outros trabalhos. O modelo consiste em 10 modelos CGE para sub-regiões ou países (Argentina, Brasil, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, México e Estados Unidos), interligados por fluxos de comércio. O modelo de cada país segue de perto o que se tornou a especificação teórica padrão para modelos CGE de comércio. Adicionalmente aos 11 setores, o modelo utiliza seis fatores de produção para cada país. Para cada setor, o modelo especifica equações de oferta de produto e demanda de insumos. O resto do mundo é representado de forma simplificada (é a 11ª região) e modelado como um fornecedor de importações e um demandante de exportações de cada uma das regiões, a preços internacionais fixos.

[30] Destacam-se: *a*) a demanda de importações é modelada utilizando-se uma especificação Almost Ideal Demand System (Aids), que permite medir as mudanças no nível do gasto para manter o mesmo nível de utilidade (a elasticidade de substituição não é constante); e *b*) a fim de capturar os efeitos dinâmicos da liberalização comercial, o modelo pode simular o impacto de externalidades positivas geradas pela expansão das exportações, ou pela importação de bens de capital que incorporem novas tecnologias.

crescimento do PIB norte-americano e mexicano; *c*) a queda das exportações do Brasil, no cenário estático, está concentrada na agricultura e alimentos, especialmente para os Estados Unidos; e *d*) em concordância com estudos anteriores, os resultados demonstram que essa integração gera mais criação do que desvio de comércio, tanto na versão estática quanto na versão com externalidades.

Cenário 2: Mercosul — *a*) os resultados são pequenos aumentos do PIB no Brasil e na Argentina no caso estático, mas aumentos muito mais significativos (4,5% no caso do Brasil e 2,9% na Argentina) quando se consideram externalidades positivas do comércio; *b*) os ganhos estáticos em termos de crescimento do PIB no Brasil e Argentina derivados do Mercosul são menores do que os decorrentes do Nafta no México; *c*) o Mercosul tem fraco impacto negativo sobre o México, mas nenhum impacto sobre outros países latino-americanos; previsivelmente, seu impacto sobre os Estados Unidos também é insignificante; *d*) considerando as externalidades, as exportações brasileiras crescem bastante (quase 5%), com a maior parte do crescimento dirigida para fora do Mercosul; e *e*) tal como no Cenário 1, esse cenário de integração resulta em mais criação do que desvio de comércio: no caso estático, há uma pequena queda das exportações do Brasil para os Estados Unidos (–0,9%), mas no caso com externalidades o crescimento é positivo (+3%).

Cenário 3: Nafta + Mercosul + área de livre comércio Brasil-Estados Unidos (admite que Nafta e Mercosul já estão estabelecidos, e simula a eliminação de todas as barreiras tarifárias entre o Brasil e os Estados Unidos) — *a*) o impacto adicional da área de comércio Brasil-Estados Unidos sobre o PIB norte-americano é desprezível (0,001% no caso estático e 0,016% no caso dinâmico); *b*) o impacto adicional sobre o PIB brasileiro é desprezível no caso estático (0,015%), mas bastante mais significativo no caso com externalidades (+1,17%); *c*) o impacto relativo sobre as exportações norte-americanas é o mesmo verificado no Cenário 2, no caso com externalidades; *d*) as exportações brasileiras para os Estados Unidos e para outros países aumentam a uma taxa maior dada a liberalização comercial com os Estados Unidos, tanto no caso estático quanto no que incorpora externalidades; e *e*) nos dois países, o crescimento do PIB e das exportações decorrentes da área de livre comércio é acompanhado por aumentos mais do que proporcionais na remuneração dos fatores.

Cenário 4: Alca — *a*) *para o Brasil, o crescimento do PIB é maior no caso de uma liberalização hemisférica do que no caso de uma liberalização bilateral Brasil-Estados Unidos*; *b*) todos os demais países apresentam crescimento positivo do PIB com a zona de livre comércio hemisférica; e *c*) as exportações hemisféricas totais cresceriam 0,75% adicionais com a Alca.

As principais conclusões dos autores são:

a) Tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos a melhor opção é o compromisso de liberalização hemisférica. Os benefícios relativamente maiores da liberalização Brasil-Estados Unidos compensam de longe a opção de os dois

países estabelecerem acordos bilaterais. Essa conclusão reforça as de estudos anteriores, que mostram que um cenário de liberalização ampla como a Alca é melhor tanto para os países pequenos quanto para os países grandes do hemisfério.

b) Qualquer padrão de integração Estados Unidos-América Latina terá poucas implicações positivas para os Estados Unidos — mas terá conseqüências importantes para os outros países do hemisfério.

c) As alternativas, por ordem decrescente de prioridade, seriam: a liberalização integral em um arranjo como a Alca é preferível a novos acordos bilaterais de comércio; a Alca é melhor para os Estados Unidos do que um conjunto incompleto de acordos no estilo do Nafta, tanto com países individuais quanto com grupos de países; o desvio de comércio em relação ao resto do mundo torna-se uma questão mais importante quando se avança para um arranjo como a Alca, mas mesmo assim é desprezível em comparação ao impacto positivo sobre o crescimento de produtividade que deve acompanhar a liberalização regional.

d) O sucesso das negociações em torno da Alca depende do progresso da negociação em um certo número de áreas estratégicas: *i*) os Estados Unidos precisam ultrapassar o debate doméstico atual sobre custos e benefícios de aumentar o comércio externo, a fim de assumir o papel de liderança na região; *ii*) os países da região precisam resolver o "dilema do prisioneiro" em que se encontram, que desencoraja a cooperação necessária para acelerar o processo de maior integração e que tem levado os países a um comportamento não-cooperativo.

e) Dentre todas as opções de arranjos regionais, a Alca é a que gera o resultado mais positivo para a mão-de-obra nos Estados Unidos. Isto se deve tanto à redução dos preços de importação de bens-salário quanto ao redirecionamento da produção para atividades de exportação com produtividade do trabalho mais alta.

f) A Alca também traria resultados positivos para o Brasil, que ganharia em termos absolutos com o livre comércio com os Estados Unidos. A qualidade desses ganhos é alta. O objetivo do país de se tornar um *global trader* é reforçado pelo livre comércio com os Estados Unidos, o qual também teria como conseqüência um crescimento adicional na remuneração do fator trabalho e aceleraria a reestruturação da especialização no comércio.

***Efeitos regionais do Mercosul: uma análise diferencial-estrutural para o período 1990/95*, de Kume e Piani (1999*a*)**

Objetivo: Avaliar o impacto dos fluxos de comércio com o Mercosul sobre a produção regional brasileira no período 1990/95.

Justificativa: Poucos estudos avaliaram o efeito das mudanças na política comercial brasileira nessa década sobre a produção industrial, com destaque para os efeitos sobre a produção regional.

Metodologia: Estimação e análise dos coeficientes de exportação e importação para oito unidades da Federação e 20 gêneros da indústria de transformação; aplicação do modelo de análise diferencial-estrutural (*shift and share*), expandido pela identificação das exportações e importações, para avaliar os impactos dos fluxos de comércio sobre o valor da produção industrial.

Resultados/conclusões: O coeficiente exportado aumentou relativamente pouco entre 1990 e 1995: de 7,3% para 9,3% em 1995.[31] Em cinco estados esse coeficiente era superior à média do país: Rio Grande do Sul (13%), Santa Catarina (12%), Paraná (11%), Bahia (11%) e Minas Gerais (10%). O coeficiente importado, por sua vez, mais do que dobrou no mesmo período: de 3,9% para 8,6%. Os maiores ganhos estiveram localizados em Pernambuco e na Bahia. O mercado dos países do Mercosul era pouco importante para as exportações brasileiras até 1990, mas em 1995 já tinha relevância regional para São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, com 20%, 17% e 16% das exportações industriais desses estados. Já as importações do Mercosul estiveram concentradas no Sul, com pouco mais de 30% do total importado.[32]

Os resultados da decomposição com o método diferencial-estrutural destacam o papel do componente regional:

> "Assim, um desempenho das exportações superior ao esperado caracteriza os estados do Sul e a Bahia. Com relação às importações, os mais expostos à competição foram a Bahia, o Sul e Minas Gerais, o oposto ocorrendo com o Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Isso mostra que a região Sul e a Bahia estão mais integrados ao comércio internacional do que os demais estados."

Na avaliação da importância do comércio internacional em sua contribuição à variação total da produção, nota-se que as exportações foram importantes para o crescimento na Bahia e no Paraná. São Paulo e Minas Gerais possuíam uma demanda menos dependente do setor externo. Bahia e Rio de Janeiro, por outro lado, foram mais afetados pela concorrência das importações, enquanto a região Sul foi menos exposta.

Em relação ao Mercosul, os estados mais favorecidos pelos aumentos de exportações foram Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Pelo lado das importações, os mais afetados foram Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os maiores ganhos líquidos foram obtidos por Bahia e, em menor escala, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. As perdas concentraram-se em Pernambuco, Paraná e Santa Catarina.

[31] Ainda assim, as exportações são relativamente importantes para os estados do Sul quanto as indústrias de material elétrico, papel, química, e têxtil. Isso vale também para a média do Nordeste e do Sudeste, com destaque para as indústrias do fumo, têxtil e de perfumaria.

[32] Em 1995, alguns setores na região Sul apresentavam alto nível de dependência das importações do Mercosul (têxtil, couros, borracha, material de transporte).

***Barreiras às importações nos EUA, Japão e União Européia: estimativas do impacto sobre as exportações brasileiras*, de Kume e Piani (1999*b*)**

Objetivo/conteúdo: Estimar o aumento nas exportações brasileiras que resultaria da remoção, pelos Estados Unidos, Japão e União Européia, de todas as restrições tarifárias e não-tarifárias incidentes sobre um conjunto de produtos escolhidos.[33]

Metodologia: Modelo CGE (equilíbrio *parcial* computável), que supõe mercados competitivos e repassagem integral da redução da tarifa (ou do equivalente tarifário, no caso de barreiras não-tarifárias) ao preço do produto importado, o que acarreta aumento das importações.[34]

Conclusões/resultados: Entre as conclusões destacam-se: *a*) o aumento das exportações brasileiras para o mercado norte-americano seria, para o total dos produtos analisados, da ordem de US$ 831 milhões em 1997/98; de US$ 94,3 milhões no caso do Japão e de US$ 585,1 milhões no caso da União Européia; *b*) essas estimativas mostram que, nas condições de livre comércio como as que vigoram entre México e Estados Unidos, as exportações brasileiras para o mercado norte-americano teriam alcançado US$ 33,9 bilhões em 1995 e no sentido oposto, US$ 23,6 bilhões. *O comércio bilateral Brasil-Estados Unidos teria sido pouco mais de três vezes maior do que o que efetivamente ocorreu*. Esse resultado ilustra o enorme potencial de liberalização entre esses dois países.

***Especificidades do padrão de comércio Brasil-União Européia e Brasil-Estados Unidos*, de Markwald e Machado (1998*a*)**

Objetivo/conteúdo: Para analisar comparativamente as pautas de exportação Brasil-União Europeia e Brasil-Estados Unidos os autores selecionaram "um conjunto relevante de linhas tarifárias que melhor explicitasse as dificuldades de penetração das vendas brasileiras de produtos manufaturados no mercado comunitário, relativamente ao mercado norte-americano".

Foram identificados "164 produtos industrializados cuja exportação rende perto de US$ 4 bilhões a mais no mercado dos Estados Unidos do que no mercado da União Européia. Mais de 70% desse diferencial é explicado pelas vendas externas de 80 produtos, cuja produção concentra-se em apenas cinco setores exportadores: calçados, siderurgia, peças e outros veículos, equipamentos eletrônicos e

[33] No caso dos Estados Unidos, esses produtos são: calçados, fumo, suco de laranja, açúcar demerara, gasolina, álcool etílico, óleo de soja em bruto, camarão e produtos siderúrgicos. No caso do Japão: frango congelado, suco de laranja, café solúvel e álcool etílico. No caso da União Européia: suco de laranja, automóveis, alumínio não-ligado, fumo, couros e peles, cigarros, carne bovina congelada, conserva de carne bovina, carne de frango, calçados, madeira, outros silícios, peças de bovino, café solúvel e ligas de alumínio.

[34] "No mercado de bens domésticos que concorrem com o produto importado, a queda no preço do importado eleva o preço relativo do bem doméstico e reduz sua demanda. Essa diminuição na demanda provoca uma queda no preço doméstico." O resultado final é "um aumento nas importações, uma queda na produção do bem doméstico e uma diminuição dos preços de ambos os bens".

máquinas e tratores. A amostra selecionada forneceu um ponto de partida adequado para a investigação dos fatores capazes de explicar as diferenças no padrão da exportação brasileira de produtos industrializados para os Estados Unidos e a União Européia".

Metodologia: O trabalho examina a demanda de importação e as estruturas de proteção e concessão de preferências tarifárias em vigor nos mercados da União Européia e dos Estados Unidos para os produtos selecionados e analisa o padrão de inserção das empresas multinacionais estabelecidas no Brasil no comércio internacional, segundo os mercados de destino das exportações. A análise foi complementada por entrevistas com empresas de alguns dos setores analisados.

Conclusões: As diferenças de desempenho entre Brasil-União Européia e Brasil-Estados Unidos têm pouca relação com diferenças agregadas ou setoriais nos níveis de proteção (tarifária e não-tarifária), na concessão de preferências a terceiros ou no perfil de atuação das empresas multinacionais (européias e norte-americanas). Elas resultam, em vez disso, de especificidades setoriais relacionadas com: *a*) o tamanho dos mercados de importação; *b*) a prática de níveis de preços que possam garantir remuneração adequada ao exportador no mercado de destino; *c*) o papel desempenhado por determinadas empresas (inclusive as filiais de matrizes sediadas nos mercados de destino) como fornecedores preferenciais; e *d*) a existência de mecanismos informais de regulação da oferta estrangeira, estabelecidos com base na formulação de acordos de participação da oferta importada no mercado local.

***Padrões de comércio intra e extra-Mercosul: alvos para uma política industrial do Mercosul*, de Markwald e Machado (1998*b*)**

Objetivos/conteúdo: O documento mostra as diferenças nos padrões de comércio das exportações intra e extrabloco, examina sua evolução após a constituição do Mercosul e destaca a importância de uma política industrial regional para melhor explorar as vantagens dinâmicas permitidas pelo processo de integração.

Justificativa: A partir das críticas feitas pelo estudo de Yeats para o Banco Mundial em 1997, os autores discutem dois problemas por ele identificados: *a*) a existência de importantes diferenças nos padrões de comércio intra e extrabloco; e *b*) a necessidade de acompanhamento mais sistemático e rigoroso das supostas vantagens dinâmicas propiciadas pelo processo de integração.

Principais conclusões: Inicialmente, conclui-se que:

> "(...) as preferências tarifárias e as políticas setoriais discriminatórias, fatores destacados por Yeats para contrapor o perfil das exportações intra e extrabloco, mostram-se explicações claramente insuficientes". "As vantagens dinâmicas que o processo de integração deveria supostamente propiciar ocorrem muito lentamente, ou simplesmente não ocorrem. O padrão das exportações intrabloco pouco mudou nos últimos quatro anos,

> a despeito do vigoroso incremento no volume dos fluxos; de outro lado, inexistem sinais de melhor inserção do Mercosul na economia mundial, seja no aspecto quantitativo, em virtude do baixo crescimento dos fluxos extrabloco, seja no aspecto qualitativo, haja vista a ligeira deterioração observada no perfil dessas exportações."

A evolução do comércio intra-indústria também confirma que "a instituição do Mercosul e os avanços verificados no processo de integração regional não promoveram, ainda, nenhuma mudança mais significativa no padrão de inserção internacional dos países do bloco". Na última seção do texto os autores apresentam bases para uma política industrial do Mercosul.

***Uma nota sobre a solução de controvérsias na Alca*, de Motta Veiga (1998*a*)**

Objetivo: Propor questões que são importantes para o Brasil na solução de controvérsias, dada a perspectiva de negociação da Alca.

Justificativa: "Todos os acordos comerciais recentes têm mecanismos de solução de controvérsias entre os Estados-parte. Os acordos de proteção e promoção de investimento (bilaterais, Nafta, Mercosul) prevêem, ainda, regras para solucionar conflitos entre um investidor e um Estado-parte, recorrendo-se a mecanismos de arbitragem internacional. Os mecanismos e as instituições de solução de controvérsias recebem cada vez maior atenção por parte de países envolvidos em processos de liberalização preferencial e de integração regional. Os avanços obtidos pela Rodada Uruguai no plano multilateral nesta área foram considerados por diversos autores uma das maiores conquistas da Rodada."

Esses mecanismos desempenham basicamente duas funções: *a*) gerenciar e solucionar conflitos na interpretação de acordos, dado que, com o aumento da exposição recíproca das economias nacionais e o crescimento da interdependência entre estas, amplia-se o escopo dos acordos comerciais — mas também as áreas (de política) que podem dar origem a controvérsias;[35] e *b*) implicitamente, traduzem a emergência e consolidação de uma instância de regulação das relações comerciais entre os Estados-parte (multilateral, regional ou sub-regional) que atua como "poder moderador" do unilateralismo e da pressão bilateral e como mecanismo de resolução de conflitos entre eles — função especialmente importante para países com menor peso nas negociações comerciais.

Conclusões: "No caso do Acordo do Nafta, ficou estabelecido que as controvérsias entre os parceiros, em relação aos dispositivos do Acordo ou a dispositivos mais gerais no âmbito da OMC, pudessem ser encaminhadas através de qualquer dos dois foros (Nafta ou OMC), a critério da parte reclamante. O Mercosul tem mecanismos de solução de controvérsias explicitamente definidos,

[35] No caso da OMC, os mecanismos de solução de controvérsias podem ser convocados por um Estado-parte, caso se considere que as regras multilaterais foram violadas, ou que uma medida adotada (ou situação mantida) por outra parte torne nula determinada concessão feita nas negociações.

prevendo etapas de negociação, mediação e arbitragem. Além do mecanismo oficialmente estabelecido para esse fim no Protocolo de Brasília, cujo acesso parece difícil e oneroso para as partes (como demonstrado pelo fato de ter sido acionado apenas uma vez), o Mercosul tenta resolver conflitos de ordem administrativa ou relacionados a problemas de informação em sua Comissão de Comércio.

Nesse contexto, algumas questões centrais para o Brasil quanto a solução de controvérsias seriam *a*) assegurar que os três fatores que condicionam a eficácia de um mecanismo de solução de controvérsias estejam presentes: procedimentos detalhados, acesso rápido e pequeno "risco de bloqueio"; abrangência do mecanismo a todas as áreas do Acordo; mecanismos reforçados de *enforcement*. Dada a tradição unilateralista dos Estados Unidos, em suas relações com os demais países do continente, esse é o requisito fundamental para que o mecanismo de resolução de controvérsias da Alca possa desempenhar sua função; *b*) garantir plena compatibilidade entre os mecanismos da Alca e da OMC, autorizando a parte reclamante a optar pelo foro de encaminhamento da questão; *c*) reforçar a capacidade de assegurar o cumprimento do mecanismo, definindo instrumentos para impor custos aos países que não cumprem as decisões do órgão de resolução de controvérsias *d*) obter, como medida de *confidence building*, a suspensão da aplicação de Super 301 dos Estados Unidos aos países que negociam a Alca.

***O Brasil e os investimentos na agenda de negociações internacionais*, de Motta Veiga (1998*b*)**

Objetivo: Analisar o surgimento do tema dos investimentos internacionais como componente importante da agenda de negociações comerciais, com referência ao seu papel atual e em relação às condições que favoreceram seu surgimento nas agendas de negociações.

Justificativa: "Em meados da década de 80, os investimentos internacionais apareciam, juntamente com o comércio de serviços e os direitos de propriedade intelectual (DPI), como um dos 'novos temas' da agenda de negociações comerciais internacionais a ser tratada pela Rodada Uruguai. Desde então, o tema adquiriu uma posição central na agenda das negociações econômicas internacionais, em que pese os limites do acordo firmado na Rodada Uruguai, relativo às 'medidas de investimento relacionadas com o comércio' [*trade-related investment measures* (TRIMs)]."

Metodologia: Apresenta e analisa os principais componentes dos acordos internacionais de investimentos, com ênfase "no acordo sobre Trims da OMC, no capítulo de investimentos no NAFTA, nos protocolos do Mercosul e, especialmente, no *multilateral agreement on investment* (o MAI) da OCDE".

Conclusões/resultados: A análise das estratégias de negociação do tema investimento permite que sejam identificados diversos condicionantes, que, uma vez dados, possibilitam que as estratégias alternativas para o Brasil envolvam dois

componentes: "o primeiro refere-se a medidas e iniciativas que independem do cenário de 'multilateralização' dos acordos de investimento, e que deveriam ser tomadas para que o país se beneficiasse plenamente dos Acordos já assinados. O segundo envolve as iniciativas relacionadas com a 'multilateralização' dos acordos, onde a variável-chave é a conclusão bem-sucedida (ou não) do *Multilateral Agreement on Investment*".

No que diz respeito ao primeiro componente da estratégia, este envolve ações de cunho doméstico e sub-regional: *a*) *ações domésticas*: ratificação dos acordos bilaterais de promoção e proteção dos investimentos e adesão do Brasil a instituições de arbitragem internacional. A regulamentação do art. 192 da Constituição, em bases pouco restritivas em relação ao capital externo, e a alteração dos três artigos finais da Lei 4.131 seriam, também, medidas relevantes nesse contexto; *b*) *ações sub-regionais, no âmbito do Mercosul*: ratificação dos acordos negociados e pressão sobre os demais membros para que os dois protocolos entrem em vigor. Além disso, seria importante conceder prioridade, na agenda sub-regional, aos temas que apresentam maiores interfaces com os investimentos (serviços, compras governamentais, entre outros) e à harmonização dos regimes regulatórios que distorcem as condições de investimento na sub-região (regime automotivo, essencialmente). Ademais, o Brasil teria interesse em discutir, no âmbito do Mercosul, o tema dos incentivos ao investimento, buscando alguma regulação que, a exemplo do Código de Subsídios da OMC, ao menos distinguisse entre incentivos admissíveis, acionáveis e proibidos. Essa iniciativa poderia ser benéfica, inclusive para impor limites à "guerra fiscal" entre estados brasileiros para atrair investimentos.

O segundo componente da estratégia envolve o posicionamento brasileiro diante de iniciativas com vocação multilateral, ou em que a participação brasileira gere efeitos assimiláveis ao de compromissos multilaterais para o país. Há, deste ponto de vista, três iniciativas que são simultaneamente complementares e concorrentes: a Alca, o MAI da OCDE e as negociações na OMC. Indiscutivelmente, o avanço das negociações na OCDE determina um quadro em que, como já se observou, a conclusão bem-sucedida do MAI é a variável-chave para definir as alternativas que se colocam para o Brasil diante das três iniciativas citadas. Aprovado o MAI, esse fato deixará o Brasil diante da alternativa de aderir ao acordo, dando continuidade às negociações nos outros foros, ou não aderir e investir em outros foros (nos dois ou somente na OMC).

Há, portanto, dois cenários desenhados para o Brasil: *a*) conclusão do MAI e continuidade da negociação na Alca e OMC, fortemente influenciadas pelos padrões e disciplinas acordados no MAI; e *b*) não-conclusão do MAI e negociações nos dois outros foros, com menor influência da "herança negociadora" do MAI.

As chances de concretização do primeiro cenário parecem muito superiores àquelas vinculadas ao segundo, razão pela qual se trabalhará com a hipótese de conclusão do MAI. Nesse caso, parece haver poucas razões para o Brasil não

aderir ao acordo. Isso porque: *a*) o MAI pode funcionar como fator de garantia suplementar para os novos fluxos de IDI dirigidos ao Brasil, especialmente aqueles oriundos de empresas de menor porte ou dirigidos a projetos infra-estruturais com longo prazo de retorno e riscos comerciais e políticos não desprezíveis; *b*) o Brasil tem liberalizado cada vez mais seus regimes de investimento, assinando acordos que sancionam sua adesão ao novo paradigma de tratamento dos IDEs, e não tendo, portanto, divergências significativas em relação às regras do MAI; e *c*) a adesão ao MAI não implicará perdas significativas nas margens de liberdade do país em matéria de política industrial, podendo, antes, incentivar uma mudança na concepção e implementação desta política, em direção a formas menos discriminatórias e mais intensivas em coordenação e conhecimento.

Além disso, a adesão ao MAI poderia representar, para o Brasil, uma garantia contra eventuais esforços dos Estados Unidos para, no âmbito da Alca, buscar acordos de investimentos mais restritivos em termos de incentivos ao investimento e de requisitos de desempenho e/ou defender regras e mecanismos comerciais (em sentido amplo) distorcivos — como por exemplo regras de origem setoriais, que, na prática, poderiam reservar o mercado do continente para produtos daquele país, discriminando os investimentos extrazona.

A perspectiva do Brasil se tornar negociador pleno do MAI, vinculada à condição de apresentar sua lista de reservas, levou a um aprofundamento da discussão sobre o acordo dentro do governo brasileiro. Uma avaliação muito sucinta das discussões recentes sobre o tema revela que, dado o teor genérico das referências a temas ambientais e de trabalho, que deverão fazer parte do acordo, e a inclusão de cláusula de salvaguarda macroeconômica (vinculada a dificuldades de balanço de pagamentos), as principais resistências internas ao governo brasileiro em relação à assinatura do acordo parecem se concentrar na eventual perda de margem de liberdade do governo federal no desenho e implementação de políticas industriais e regionais para atrair investimentos externos, e na negociação caso a caso de "pacotes" de incentivos com investidores estrangeiros. Nesse sentido, a estratégia de alguns setores governamentais tem sido defender reservas amplas, que não restrinjam modificações futuras nas políticas hoje adotadas. A reserva relacionada com as obrigações aplicáveis aos requisitos de desempenho (que deverá ser apresentada pelo Brasil) pode ser vista como uma expressão desse tipo de preocupação.

***Micro, pequenas e médias empresas na exportação: desempenho no Brasil e lições da experiência internacional*, de Motta Veiga e Markwald (1998)**

Objetivos/conteúdo: O documento analisa a participação das micro, pequenas e médias empresas (PMEs) nas exportações e apresenta um balanço das políticas públicas que buscam maximizar essa participação. Apresenta as experiências internacionais em políticas públicas para as PMEs e extrai lições da (nem sempre bem-sucedida) experiência internacional em matéria de promoção de exportações de PMEs. Analisa o desempenho exportador das PMEs brasileiras na década de

90, identificando traços distintivos do desempenho em relação a um conjunto de variáveis.

Conclusões: O capítulo de conclusões relaciona tópicos de orientação para uma política de promoção de exportações de PMEs no Brasil, classificados em aspectos destacados pela experiência internacional, aspectos evidenciados pelo desempenho exportador das PMEs e ainda em aspectos institucionais. Dentre eles destacam-se: *a*) a retenção e consolidação dos *newcomers* na atividade exportadora afigura-se como um objetivo tão ou mais importante que a atração de novas firmas ao negócio exportador; *b*) os produtos exportados pelas PMEs caracterizam-se pelo baixo índice de transformação industrial, existindo espaço para políticas que promovam o *upgrading* tecnológico das PMEs; e *c*) a diversificação de produtos e de mercados parece constituir um indicador robusto de um desempenho exportador promissor. As políticas de promoção e assistência à exportação de PMEs, cujo caráter deve ser sempre seletivo, devem levar em consideração esse aspecto quando da identificação de sua clientela potencial.

***Desempenho e potencial exportador das micro e pequenas empresas paulistas,* de Motta Veiga, Machado e Carvalho Jr. (1998*a*)**

Objetivos/conteúdo: O documento é um relatório parcial do estudo sobre o desempenho e o potencial exportador das micro e pequenas empresas (MPEs) paulistas feito pela Funcex a partir de encomenda do Sebrae-SP. Contempla a análise do desempenho exportador das MPEs de São Paulo e uma identificação preliminar de oportunidades comerciais para estas empresas nos principais mercados de destino das exportações brasileiras.

O texto tem quatro capítulos, incluindo uma introdução. No Capítulo 2, "analisa-se o desempenho exportador das MPEs sob a ótica da oferta, destacando as principais características horizontais, setoriais e empresariais" da amostra pesquisada. O Capítulo 3 "integra ao estudo a dimensão da demanda, captada através do exame do dinamismo das importações dos principais produtos exportados pelas MPEs de São Paulo, nos principais mercados de destino". Ao final são apresntadas as conclusões e identificados os desafios de política mais relevantes, decorrentes de tais conclusões. A definição do universo das empresas a serem investigadas respeitou os seguintes critérios: *a*) empresas com até 99 empregados e, simultaneamente, *b*) empresas que tenham exportado, em 1996, até US$ 3 milhões.

Conclusões/recomendações: *a*) a pauta de exportação das MPEs de São Paulo é intensiva em manufaturados, relativamente à do conjunto de exportações do estado; *b*) o setor de destaque é o segmento de máquinas e tratores, que em 1996 respondeu por 20% das vendas externas das MPEs paulistas; e *c*) as exportações de MPEs paulistas se destinam majoritariamente aos países das Américas. Algumas recomendações do estudo: *a*) embora haja um ambiente pouco favorável às exportações, o desempenho e o potencial exportador constatados sugerem a existência de espaço para políticas de apoio às exportações das MPEs de São

Paulo, desde que focadas de acordo com os seguintes critérios: setoriais/grupo de produtos, destino das exportações, grau de envolvimento das empresas com a atividade exportadora.

***Diretrizes para o desenvolvimento do potencial exportador das micro e pequenas empresas paulistas*, de Motta Veiga, Machado e Carvalho Jr. (1998*b*)**

Objetivos/conteúdo: O relatório contém os resultados da pesquisa de campo realizada junto a 200 MPEs paulistas e a definição de diretrizes para uma estratégia de promoção comercial para as MPEs do Estado de São Paulo, constituindo-se no relatório final do estudo sobre o desempenho e o potencial exportador das micro e pequenas empresas (MPEs) paulistas feito pela Funcex a partir de encomenda do Sebrae/SP. São apresentadas as "análises dos dados da pesquisa de campo efetuada junto a empresas exportadoras e não exportadoras, buscando identificar as características e tendências mais consistentes e relevantes do ponto de vista da definição de objetivos e diretrizes de uma estratégia de desenvolvimento das exportações especificamente direcionada às MPEs do estado". O texto também apresenta uma "discussão sumária da experiência internacional na área de promoção de exportações de MPEs, com o objetivo de pôr em evidência as principais lições de uma história em que os processos e as dificuldades parecem haver superado amplamente os casos de sucesso. A partir desses elementos, definem-se os principais componentes (condicionantes, objetivos e diretrizes) de uma estratégia de desenvolvimento de exportações da MPEs paulistas".

Conclusões/recomendações: No capítulo final, os autores discutem os condicionantes da estratégia para as MPEs de São Paulo, além dos objetivos e diretrizes da estratégia. Os objetivos centrais da estratégia de apoio às exportações de MPEs em São Paulo seriam: *a*) consolidar a oferta exportadora, tanto através do crescente envolvimento das exportadores contínuas com o mercado internacional quanto por meio da estabilização da inserção das empresas iniciantes e assíduas; *b*) reduzir o custos de informação e de transação que afetam especificamente a atividade de exportação das MPEs, em todas as suas etapas; *c*) atuar sobre os fatores específicos que condicionam o desempenho exportador das MPEs, reduzindo o hiato entre as capacitações e recursos disponíveis às empresas e aqueles requeridos para uma participação regular no mercado internacional.

Os autores recomendam que a estratégia esteja focada nos seguintes alvos: *a*) pequeno número de empresas exportadoras, selecionadas por sua capacidade de resposta aos estímulos oferecidos: os alvos prioritários seriam empresas pequeno-médias e médias, exportadoras contínuas, assíduas ou iniciantes, preferencialmente de setores não tradicionais da indústria; *b*) em relação às empresas não-exportadoras, o foco da estratégia é constituído pelas poucas empresas que se encontram próximas de iniciar atividades exportadoras, em termos de motivação, e que tenham disponibilidade de recursos e capacitação; e *c*) tanto no caso das exportadoras quanto no das não-exportadoras, a estratégia de apoio às exportações deverá estar focada na solução dos problemas ligados à limitação da oferta

exportável e dos fatores que tornam a exportação mais custosa e menos rentável que as vendas no mercado doméstico, além daqueles que limitam a exposição internacional das empresas e seus produtos.

***Os efeitos da liberalização do balanço de pagamentos sobre emprego e salários no Brasil*, de Barros *et alii* (1999)**

Objetivo: Avaliar quantitativamente o impacto da abertura comercial sobre o desempenho do mercado de trabalho, com ênfase nas implicações em relação ao nível e estrutura do emprego e dos salários, destacando as diferenças salariais entre trabalhadores qualificados e não-qualificados. Especificamente, objetiva-se simular o desempenho do mercado de trabalho brasileiro, caso não tivesse ocorrido a abertura.

Justificativa: A redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias induziu, com a integração regional do Mercosul, melhorias organizacionais na economia e redistribuição de renda entre os fatores de produção. Os resultados a longo prazo seriam ganhos de produtividade, de renda e redução da desigualdade, que ocasionam diminuição no grau de pobreza. A curto prazo, no entanto, há importantes movimentos de realocação intersetorial de recursos que podem implicar custos elevados para a mão-de-obra.

Metodologia: Avaliação dos impactos diretos e indiretos da abertura e integração com base em simulações contrafactuais a partir de um modelo de equilíbrio geral computável (CGE) que trata a mão-de-obra como um fator heterogêneo (trabalhadores qualificados e não-qualificados). O modelo de equilíbrio geral é o desenvolvido por Cury (Dissertação de Doutorado na FGV), com uma alteração representada pela introdução de uma curva de salário, o que possibilita a determinação endógena da taxa de desemprego.

Foram realizadas cinco simulações. As diferenças entre elas estão nos parâmetros utilizados para representar a abertura e as formas de fechamento do modelo quanto à causalidade poupança-investimento. Os resultados são interpretados como o que teria ocorrido em 1995 caso os valores de alguns parâmetros fossem iguais aos do período de abertura.

A primeira simulação (a) iguala as alíquotas de importação de 1995 àquelas vigentes em 1987; a taxa de câmbio nominal é exógena, bem como o déficit em conta corrente. O investimento é dado pela poupança agregada. Na segunda simulação (b), os aumentos de alíquotas são combinados com restrições quantitativas às importações dos setores de bens de consumo. O fechamento macroeconômico é idêntico ao da simulação anterior. Na terceira simulação (c), juntam-se às restrições anteriores a de equilíbrio em conta corrente com os ingressos de capital necessários para tal. Na quarta (d), junta-se ao anterior o fechamento dado por um nível pré-selecionado de investimento, de modo que a poupança ajusta-se a esse nível. A quinta (e) é uma variante da terceira simulação, mas em que impõe-se uma desvalorização de 15% do câmbio nominal.

Resultados/conclusões: Os resultados são até certo ponto sensíveis às hipóteses das simulações, especialmente quando se comparam as duas primeiras com as restantes. Já a utilização de diferentes fechamentos para poupança e investimento não apresenta grandes diferenças. Na simulação (e) (modificação dos parâmetros externos acompanhada de desvalorização cambial), a direção das variações no nível de emprego é semelhante à das simulações (a) e (b): queda do nível, embora de pouquíssima expressão.

Finalmente: "No tocante à diferenciação entre trabalhadores qualificados e não-qualificados, os segundos tendem a ser os mais beneficiados de acordo com as simulações (c) e (d) — alteração do fluxo de capitais além das alterações mencionadas na simulação (b) — em relação a empregos e salários. Este resultado pode ser tido como positivo na medida em que tende a atenuar o problema estrutural de desigualdade de renda no Brasil" (p. 31).

Medidas antidumping*, anti-subsídios e de salvaguardas: experiência recente e perspectivas no Mercosul*, de Piani (1998)

Objetivo: Analisar a experiência do Brasil e da Argentina na administração dos regimes de *antidumping*, anti-subsídios e de salvaguardas.

Justificativa: "À medida que se aprofunda o processo de integração entre os países do Mercosul, o foco da política comercial tende a deslocar-se da consolidação de uma estrutura tarifária comum para o uso de medidas não-tarifárias, como os direitos *antidumping* (AD) e compensatórios de subsídios (DC) e as salvaguardas contra importações. Dos quatro países, o Brasil tem sido o maior usuário dos mecanismos *antidumping* e anti-subsídios desde o início da liberalização comercial."

Metodologia: Levantamento do número e natureza setorial dos processos mencionados em epígrafe.

Conclusões/resultados: "A liberalidade permitida na determinação do *dumping* assim como a relativa facilidade de constatação do dano à indústria doméstica são alguns dos aspectos que contribuíram para a popularização dos regimes *antidumping*. Uma petição bem formulada tem grandes possibilidades de resultar na imposição de uma medida compensatória."

Tanto o elevado número de casos de abertura de ações AD como o recurso intempestivo à adoção de salvaguardas evidenciam os riscos a que as administrações dos regimes de AD, de DC e de salvaguardas estão submetidas, especialmente em países cujas instituições são frágeis, tanto no sentido de permeabilidade a interferências políticas como no de falta de recursos para investimento em formação técnica e custeio de atividades rotineiras fundamentais, como as de auditagem, interna e externa.

A análise da experiência argentina com medidas AD e de DC revela uma forte utilização justamente no comércio com seu principal parceiro no bloco regional — o Brasil.

O relatório sugere moderação na futura adoção de regulamentos comuns para as iniciativas *antidumping*, bem como sua abolição e substituição por práticas de regulação da competição entre os países membros.

***As negociações do Brasil e o Mercosul com a União Européia*, de Rodrigues e Lopes (1999)**

Objetivo/conteúdo: Ao comentar a reunião dos presidentes e primeiros-ministros dos países da União Européia com os presidentes de países de origem ibérica da América, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1999, o artigo faz um histórico das negociações iniciadas em 1996, com a aprovação do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a União Européia (e seus Estados membros) e o Mercosul (e seus Estados membros). Os autores chamam a atenção para algumas características do Acordo-Quadro, notadamente as ambigüidades resultantes do fato de que, dentre os países que compõem a União Européia, há os que desejam aprofundar as relações entre a União Européia e o Mercosul, mas há também os que reservam a sua posição e adotam uma conduta de cautela quanto ao maior acesso aos mercados. O resultado é que, ao mesmo tempo que o acordo promete ampliar o acesso aos mercados da União Européia, restringe-o nos casos de produtos sensíveis.

O texto também contém uma descrição e análises dos artigos que representam um avanço nas relações comerciais entre os dois blocos como, por exemplo, o que trata das normas de conformidade nos setores agroalimentares e agroindustriais. Em seguida, lista os temas que mais afetam diretamente o Brasil e o Mercosul, e que se esperaria que fossem tratados na reunião de junho de 1999: a melhoria do acesso ao mercado; mudanças no regime (ao menos de administração) de cotas tarifárias; redução de subsídios à exportação; a questão da redução dos níveis tarifários na Rodada Uruguai; e a questão da mudança nas políticas domésticas da União Européia.

A questão da política agrícola comum da União Européia é tratada em separado pois, na Agenda 2000, a Europa já indicou que fará mudanças em termos de qualidade dos produtos e desvinculação dos pagamentos diretos a produtos específicos. O pagamento de subsídios crescerá nos próximos anos, mas será feito sob a forma de garantia mínima de renda, e não de subsídios específicos a produtos. Entretanto, existem pressões, principalmente dos produtores franceses, para excluir a agricultura da pauta de negociações União Européia-Mercosul, o que pode levar o segundo a impor a retirada de outros setores que interessam diretamente à Europa, se a exclusão ocorrer.

Outra questão importante diz respeito às mudanças nas tarifas proibitivas que existiam até recentemente para produtos agrícolas no mercado europeu. Essas

mudanças não foram suficientes, e o sistema de cotas tarifárias colocou níveis de proteção muito elevados para dois produtos de interesse do Brasil: o açúcar bruto, com 73% (para o refinado, a tarifa dobra) e a carne bovina, com 215%. Ainda existem barreiras tarifárias importantes para os principais produtos de exportação do Brasil como o café, suco de laranja, fumo, partes de bovino desossadas, extratos e essências de café, melaço de cana e *pellets* cítricos. O açúcar não aparece na pauta de exportação brasileira para a União Européia, a não ser em pequenas parcelas, de baixo valor vendido.

Conclusões/recomendações: *a*) o resultado da redução tarifária da Rodada Uruguai não beneficiou as exportações brasileiras de forma significativa, apesar de a União Européia ser um dos maiores mercados brasileiros de importação de produtos agroindustriais; *b*) a União Européia tem pouco interesse na abertura de mercados agrícolas e agroindustriais do Mercosul, dado o pequeno volume de suas exportações para esta área, em comparação ao volume de exportações industriais da União Européia para o Mercosul; *c*) os produtores brasileiros devem seguir o modelo de organização e preparação para a negociação das classes agroindustriais européia e norte-americana, organizando-se a partir das bases das indústrias agroexportadoras até as associações de classe, sempre da ótica das cadeias produtoras e, "a partir delas, harmonizar os interesses e cristalizá-los por meio de alianças táticas dentro do *agribusiness* nacional"; e *d*) além de unificadas, articulando as reivindicações do *agribusiness* como um todo, as negociações devem ser feitas em bloco de países, o que tem alcançado muito mais sucesso do que negociações individuais.

***Estrutura e operação dos sistemas financeiros no Mercosul: perspectivas a partir das reformas institucionais dos anos 90*, de Studart e Hermann (1999)**

Objetivo/conteúdo: Avaliar as condições existentes nos mercados financeiros dos quatro países da região no que se refere à estrutura de mercado, formas de atuação e as relações entre essas características locais e as tendências observadas internacionalmente.

Justificativa: No âmbito do Mercosul, ainda existe um conjunto importante de desafios associados ao estabelecimento de condições de compatibilidade entre as políticas cambiais, trabalhistas, de regulação da concorrência e outras. Nesse contexto, a definição de uma agenda negociadora relativa ao setor financeiro requer conhecimento e análise sistemática das condições vigentes no setor, nos quatro países envolvidos.

Conclusões: A partir da crise do sudeste asiático, o significativo grau de endividamento externo fez com que o pagamento de juros e outras remunerações do capital estrangeiro passassem a comprometer as necessidades de financiamento externo do Brasil. Além disso, há indicações de que, depois da crise, tem havido uma substancial redução dos fluxos voluntários de capital para as economias do Mercosul. Logo, passamos "de uma situação de excesso de oferta de financiamento externo para uma situação em que o crescimento econômico da

região dependerá, fundamentalmente, da mobilização eficiente de recursos *internos*" (p. 152).

No que toca aos sistemas financeiros, os desafios, são, portanto, enormes: em primeiro lugar, porque a liberalização financeira criou problemas de competição para as instituições locais, que não possuem escala nem tecnologia para fazer frente à concorrência das estrangeiras; em segundo lugar porque a abertura financeira aumentou a vulnerabilidade dos sistemas locais, devido ao aumento dos passivos em moeda estrangeira. As crises já ocorridas testemunham essas dificuldades. Além disso, é fato que os mercados secundários de capital aumentaram de importância, especialmente no Brasil. Mas isso não implicou expansão expressiva dos mercados primários, fonte de financiamento de médio e longo prazos.

Além disso, o processo de abertura dos sistemas financeiros da região acarretou uma expansão da integração com sistemas financeiros de países fora do bloco muito mais significativo do que o de integração financeira intrabloco. Com o aprofundamento da integração é de se esperar que a integração intrabloco venha a progredir mais.

Mas o estudo conclui, nesse contexto, que "o avanço da integração financeira intra-Mercosul, por si só, não será capaz de equacionar um problema fundamental (e peculiar) dos sistemas financeiros da região: o risco associado ao elevado grau de abertura e, à exceção do Brasil, de dolarização do sistema bancário"(p. 154). E "a minimização desse risco só será possível com o avanço da integração *extrabloco* — mais especificamente, com as economias desenvolvidas de moedas "fortes" (p. 154).

O trabalho termina com uma nota de cautela relacionada à redução do risco a que se expõem as economias da região: "É necessário que esse processo (de integração financeira), daqui em diante, se dê de forma *disciplinada e negociada*, de modo a evitar que movimentos intensos de capital e de decisão unilateral (basicamente a cargo do país exportador de capital) venham a instabilizar ainda mais essas economias, repetindo a experiência de meados dos anos 1990" (p. 155).

***Free trade arrangements in the Americas: quid for agriculture?*, de Mensbrugghe e Guerrero (1998)**

Objetivo/conteúdo: O estudo explora as conseqüências potenciais de duas possíveis zonas de livre comércio no hemisfério: Mercosul e resto da América do Sul e Central; e uma zona hemisférica mais ampla, em linha com o projeto do Presidente Clinton para a Alca. O foco do trabalho são os impactos que cada uma dessas hipotéticas zonas de livre comércio teria sobre a agricultura. Os autores discutem as principais tendências observadas quanto às barreiras ao comércio de produtos agrícolas, bem como quanto às políticas adotadas pelos principais mercados das Américas na última década. Em seguida, fazem uma apresentação

geral sobre as bases de dados utilizadas, descrevem a natureza dos choques de política e fornecem uma avaliação quantitativa dos dois cenários de comércio.

Justificativa: A agricultura fez parte dos temas negociados na Rodada Uruguai, mas foi muito difícil obter consenso entre os países, especialmente por causa das posições protecionistas dos Estados Unidos e da União Européia. O paralelismo entre negociações multilaterais e negociações para integração regional, que já acontece atualmente, deve continuar nos próximos anos. Tanto as negociações regionais quanto as multilaterais têm excluído alguns setores das regras gerais acordadas, e muitos desses setores estão relacionados à agricultura.

Metodologia: Para investigar os impactos de políticas comerciais nos países da América os autores construíram um modelo de equilíbrio geral aplicado chamado Framework for Integrated Economic Simulation of Trade in the Americas (Fiesta). O modelo é dinâmico, recursivo, utiliza como base o ano de 1995 e faz projeções até 2010. As simulações se baseiam em estimativas de crescimento da população, da mão-de-obra e da produtividade, e a acumulação de capital é endogenamente determinada pela poupança doméstica. As principais elasticidades-renda e de substituição são predefinidas. A maior parte dos parâmetros é mantida constante ao longo dos 15 anos de projeção, com exceção dos parâmetros de produção, que são calibrados para refletir mudanças na natureza do capital empregado, bem como dos parâmetros de consumo, que são calibrados ano a ano, para refletir a elasticidade-renda do ano base. Todas as distorções de preço permanecem constantes, de forma que as políticas no ano 2010 refletem o nível de impostos e subsídios prevalecente em 1995. A poupança externa também é considerada constante nos níveis de 1995. O modelo é utilizado para estimar os efeitos da liberalização comercial (redução linear de tarifas até sua eliminação, no ano 2010) nas duas zonas de livre comércio desenhadas: uma que inclui todos os países e blocos existentes na América do Sul e Central e outra que, além desses países, inclui México, Canadá e Estados Unidos.

Conclusões:[36] *a*) os impactos estruturais estão destinados a dominar os impactos agregados. Apesar das sucessivas rodadas de liberalização uni e multilateral, as tarifas permanecem altas, e com grande variância, em muitos setores. No agregado, tarifas industriais são mais elevadas no Sul do que no Norte, e são mais elevadas do que as tarifas agrícolas no Sul. Barreiras ao comércio na agricultura são em geral mais importantes do que as barreiras industriais no Norte; *b*) os impactos dos termos de troca são importantes. Capturar as mudanças nos termos de troca é uma das principais vantagens de explorar essas simulações de política através de um modelo global, em que o comércio entre todas as regiões esteja

[36] Os autores ressaltam que algumas das conclusões obtidas ainda são preliminares porque: a base de dados utilizada necessita de análises mais detalhadas; especialmente no caso da agricultura, as restrições de política comercial envolvem basicamente barreiras não-tarifárias, enquanto o modelo apenas estima resultados de reduções de barreiras tarifárias; ao simular exclusivamente a remoção de tarifas de importação, o modelo deixa de fora outras medidas protecionistas tais como subsídios à exportação e à produção, que deverão sofrer modificação no contexto de uma liberalização regional do comércio.

retratado de forma completa e consistente; e *c*) os analistas e os formuladores de política precisam compreender que todas as políticas afetam potencialmente as decisões de produção e consumo, e não apenas subsídios a exportações e tarifas. Se existem outras distorções importantes nos mercados de produtos e fatores, a eliminação de tarifas pode levar à redução de bem-estar, caso as distorções sejam exacerbadas pela eliminação da tarifa.

5 - RESENHAS DOS ESTUDOS EM ANDAMENTO

(Extraídas dos termos de referência ou de relatórios parciais)

Índices de competição e a origem por países dos ganhos e perdas de competitividade em terceiros mercados, de Batista (1999*b*)

Objetivo: Apresentar metodologia para o cálculo de um índice de competição em terceiros mercados e para o cálculo da distribuição por países dos ganhos e perdas de *market-share* de um país específico em um dado mercado.

Competindo em terceiros mercados: um sistema de ponderação para a taxa de câmbio efetiva do Brasil, de Batista (1999*c*)

Objetivo: Estimar o peso de cada país competidor do Brasil nos mercados da União Européia, Ásia e Américas. Esses coeficientes servirão de base para ponderar índices de preço ou custo relativo das exportações brasileiras para esses mercados.

A geografia do padrão de competição do Brasil e os efeitos de variações de preços relativos, de Batista (1999*d*)

Objetivo: Estimar os efeitos de variações de preços e de custos relativos, especialmente taxas de câmbio, sobre as participações das exportações brasileiras em diversos mercados e sobre o coeficiente de penetração das importações brasileiras.

Os benefícios da integração plena no Mercosul: uma avaliação econômica das restrições ao comércio interno e seus impactos regionais, de Berlinski *et alii* (1999)

Objetivo: Identificar as barreiras ao comércio intra-Mercosul ainda remanescentes e avaliar seus impactos regionais.

Justificativa: A integração econômica provoca mudanças no grau de especialização dos países, regiões e setores pela eliminação das fronteiras nacionais entre os parceiros. Desde o começo do Mercosul, observou-se maior integração física entre os países membros e maior mobilidade de bens, com impactos regionais dentro de cada país. Há consenso entre os economistas sobre os benefícios

provenientes desses acordos: a teoria destaca os ganhos líquidos de bem-estar que resultam da diferença entre a criação e o desvio de comércio. A esses ganhos adicionam-se aqueles devidos às economias de escala provenientes da ampliação dos mercados regionais, a redução de preços decorrente da maior competição e os ganhos de bem-estar relacionados à maior variedade de bens à disposição do consumidor. Mas nem todas as barreiras foram eliminadas no processo de integração até o presente. Existem ainda barreiras "invisíveis", que colocam obstáculos à integração plena e impedem a realização dos ganhos que adviriam do livre comércio na região.

Metodologia: Aplicação de questionários para identificar as barreiras em setores escolhidos (Argentina, Brasil e Uruguai), as quais serão divididas em três classes: procedimentos aduaneiros, requisitos técnicos (sanitários, qualidade etc.) e tratamento fiscal. Estimação do equivalente tarifário dessas barreiras e, com base em modelos de equilíbrio parcial, quantificação dos efeitos sobre o fluxo de comércio em cada região. (Término previsto para dezembro de 1999.)

***Foreign direct investment in Mercosur: factors of attraction, trade patterns and policy implications*, de Cadep, Cenit, DE/FCS e IE/Unicamp (1999)**

Objetivos/conteúdo: O objetivo geral é avaliar a contribuição que o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) tem tido para o desenvolvimento dos países do Mercosul e para a integração regional e sugerir políticas para garantir uma contribuição positiva do IDE ao desenvolvimento da região. Os objetivos específicos são: *a*) examinar os fatores de atração do IDE em cada país do Mercosul, levando em conta o histórico dos fluxos, países de origem, setores de concentração e a importância de aquisições de empresas. No caso da Argentina, Brasil e Uruguai serão analisadas as vantagens locacionais por trás dos fluxos recentes de IDE; *b*) estimar a participação das firmas transnacionais na produção de mercadorias importadas e exportadas em cada país e, se possível, o peso relativo do comércio intrafirma dentro dos fluxos regionais e internacionais de comércio; *c*) analisar as estruturas de incentivos preexistentes que contribuíram para atrair (ou desviar) o IDE e facilitaram (ou restringiram) o comércio regional das firmas estrangeiras; discutir o escopo para a harmonização dessas estruturas e sugerir medidas de política que possam levar o IDE a gerar mais externalidades positivas.

Justificativa: O retorno dos fluxos de IDE aos países latino-americanos nos anos 90 representou para os membros do Mercosul uma inserção crescente nos fluxos internacionais de IDE: de 1,4% no período 1984/89 para 2,6% em 1992/96. Uma análise detalhada sobre a natureza, a motivação e a composição setorial destes fluxos de IDE sugere um quadro complexo em relação aos impactos desses fluxos sobre os países do Mercosul.

Metodologia: O trabalho responderá às seguintes perguntas, para cada país: *a*) que atividades atraíram os fluxos recentes de IDE; qual o país de origem dos principais investimentos; qual a importância dos novos entrantes *vis-à-vis* firmas já estabelecidas; e qual a importância das aquisições se comparadas aos investimentos

greenfield? b) qual a importância das firmas estrangeiras na produção, emprego e comércio? *c*) quais os principais fatores que motivam o investimento? *d*) qual a principal motivação dos novos fluxos de IDE: ganhar o mercado interno ou produzir para exportar? *e*) qual é a importância do Mercosul como fator de atração de IDE? e *f*) quais os padrões de especialização emergentes das firmas estrangeiras no Mercosul?

Para tanto, a metodologia estimará coeficientes de exportação e de importação das principais firmas transnacionais em relação ao Mercosul e ao resto do mundo, especialmente as que têm registrado maiores fluxos de investimento nos anos recentes. É possível caracterizar os diferentes tipos de estratégias seguidas pelas firmas transnacionais, fazendo-se a comparação entre os coeficientes de importação do resto do mundo e do Mercosul, e inversamente, entre os coeficientes de exportação para o resto do mundo e para o Mercosul. Entrevistas com 10 transnacionais operando em pelo menos dois países, indagando sobre padrões de especialização e fatores de atratividade.

Resultados esperados: Recomendações de política para o Mercosul como um todo e para cada um dos países membros quanto à atração de IDE.

***Atuação dos bancos centrais nos processos de integração dos sistemas financeiros no Mercosul*, de Canuto (1999)**

Objetivo/conteúdo: Fazer uma análise comparativa das formas de atuação dos bancos centrais dos quatro países do Mercosul, no que se refere a: regulação e práticas de fiscalização; áreas de competência; grau de independência em relação a outras instâncias de governo; e capacidade de definir e fazer cumprir normas para a atuação do sistema financeiro.

Justificativa: A integração no Mercosul atingiu principalmente as transações comerciais e os fluxos de investimentos. Entre os desafios para o futuro imediato está a harmonização da política monetária e macroeconômica geral entre os países. Boa parte dos temas a serem negociados "está associada a áreas de atuação direta dos Bancos Centrais dos países envolvidos. Além dos exemplos mais comumente referidos (...) existe uma variada gama de tópicos afeitos à ação dos Bancos Centrais que são menos explorados nas análises de processos de integração, mas que são igualmente importantes para tornar viável a aproximação entre os sistemas econômicos envolvidos".

Aparentemente, os resultados esperados serão sugestões de política econômica visando harmonizar as políticas regionais para fortalecer o mercado comum.

***Perspectivas de um acordo Mercosul-União Européia para as exportações latino-americanas*, de Castilho (1999)**

Objetivo: Avaliar as perspectivas de crescimento das exportações do Mercosul para a União Européia, dadas as mudanças na estrutura de proteção européia. O

trabalho será desenvolvido em três etapas: *a*) hierarquização das preferências da União Européia mediante construção de indicadores de barreiras comerciais sobre o conjunto de parceiros comerciais; *b*) estimação de elasticidades de importação em nível desagregado; *c*) dados as elasticidades e os níveis tarifários, simular o potencial de exportações e os efeitos potenciais de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia.

Metodologia: Primeiro, serão calculados os indicadores de barreiras tarifárias e não-tarifárias segundo parceiros comerciais e categorias de produtos. Em seguida, as elasticidades de importação serão estimadas econometricamente usando-se um modelo gravitacional desagregado [ver também Piani (1999)].

Resultados esperados: Avaliação quantitativa do potencial de exportações e os efeitos potenciais de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia.

***Trade, the exchange rate regime and volatility: macroeconomic policy coordination in the Mercosur*, de CEDES, CINVE e IE/UFRJ (1999)**

Objetivos/conteúdo: Analisar o problema da coordenação da política macroeconômica no Mercosul, com ênfase nas análises: *a*) dos efeitos das mudanças na estrutura de comércio sobre a dinâmica macroeconômica dos países; *b*) das restrições institucionais que afetam a coordenação das políticas macroeconômicas e os regimes cambiais; e *c*) dos objetivos, instrumentos e instituições de coordenação de política macroeconômica na região.

Justificativa: A implementação de uma união monetária no Mercosul é um dos principais temas em discussão, como forma permanente capaz de solucionar as questões de integração com regimes cambiais distintos entre os países. A Argentina pressiona nessa direção, mas não existe muita reflexão sobre a exeqüibilidade, custos e benefícios de uma iniciativa deste tipo na região. Portanto, não existe ainda uma agenda que defina estágios e metas intermediárias do processo que poderá levar à união monetária. Os programas de estabilização bem-sucedidos no Brasil e na Argentina tornaram o debate sobre a coordenação macroeconômica muito mais crível. Mas, em especial, a estabilização coloca questões que ainda não foram tratadas: por exemplo, em que medida a inflação baixa nessas economias aumentou o espaço para avançar na integração regional sem união monetária.

Metodologia: Estão indicados no projeto os instrumentos analíticos a serem utilizados na análise de cada um dos grandes temas listados anteriormente: *a*) estrutura de comércio $\rightarrow$ metodologia tradicional baseada em índices de especialização intra e interindústrias. O estudo pretende responder a duas questões relevantes do ponto de vista das conseqüências macroeconômicas de mudanças na estrutura de comércio: em que medida o equilíbrio em transações correntes depende das exportações intrabloco; e qual o grau de simetria mostrado pelos países do Mercosul a choques externos. Os autores mostram que poderão utilizar

um modelo de auto-regressão vetorial (VAR) para analisar o processo estocástico que origina os choques que afetam os países da região; *b*) as questões relevantes variam de país para país, por isso a metodologia será escolhida pela equipe de cada país ao longo da elaboração do estudo. Entretanto, um roteiro mínimo para analisar as restrições sobre a coordenação regional, derivadas de fatores institucionais de cada país, será definido ao longo do primeiro estágio do projeto. Para avaliar a volatilidade da taxa de câmbio em cada uma das economias será usado um modelo GARCH ou modelos de volatilidade estocástica; *c*) a parte final do trabalho inclui a avaliação dos objetivos a curto e longo prazos da coordenação de política macroeconômica, a análise do regime ótimo de taxa de câmbio dados os objetivos de coordenação de políticas, e o estudo da estrutura institucional necessária para assumir a coordenação de política no âmbito do Mercosul. A experiência da União Européia será levada em conta na análise destas questões, especialmente no que diz respeito à construção de instituições visando à coordenação macroeconômica e ao processo de seqüência das reformas, desde a integração comercial até a união monetária.

Resultados esperados: Uma apreciação analítica dos temas mencionados em relação ao Brasil, Argentina e Uruguai.

Estudos setoriais para subsidiar as negociações comerciais de acesso a mercados (*Termos de Referência*), da CNI (1998*b*)

Objetivos: São de três tipos: 1) subsidiar as negociações sobre acesso a mercados, na OMC, na Alca e nas relações Mercosul-União Européia, levando em consideração os impactos previsíveis da liberalização futura sobre as exportações, as importações e os investimentos do setor; 2) elaborar diagnóstico da competitividade do setor e de sua capacidade para: *a*) absorver os impactos da liberalização do acesso ao mercado doméstico; e *b*) beneficiar-se desse processo pelo lado do incremento das exportações e da atração de novos investimentos; 3) elaborar uma agenda negociadora para o setor quanto ao acesso a mercados, definindo o alcance e os limites das possíveis posições negociadoras do Brasil.

Justificativa: As negociações em curso na Alca, o possível lançamento, no final de 1999, de uma nova Rodada Multilateral de negociações comerciais e as perspectivas de negociações do Mercosul com a União Européia mostram que o tema do acesso aos mercados de bens industrializados ganhará importância no futuro. As negociações recentes com a Comunidade Andina de Nações e a busca de entendimentos com o México têm deixado patente a complexidade da tarefa negociadora. Mas, além disso, revelam que os negociadores têm, em geral, informação insuficiente para negociar. Dada a magnitude dos parceiros envolvidos nas negociações e naquelas previstas para os próximos anos, é necessário aprofundar tecnicamente a preparação das posições negociadoras de acesso a mercado, baseando-as em estudos setoriais.

Metodologia: I. Quanto à competitividade internacional do setor, serão elaboradas informações que permitam um diagnóstico da competitividade internacional, tais

como: *a*) caracterização do setor no Brasil: estrutura e desempenho recente,[37] *b*) caracterização do setor no mundo;[38] *c*) pontos fortes e fracos do setor na competição internacional.[39]

II. Quanto ao tema do acesso a mercado pelo lado das exportações: identificar, para cada um dos três processos negociadores, os interesses do setor na negociação de acesso a mercado pela ótica das exportações. Além disso, será importante "mapear" as razões para as tendências observadas no desempenho exportador do setor nos diferentes mercados, distinguindo entre problemas de oferta das empresas exportadoras, dificuldades ligadas à competição no mercado ou regras e políticas que restrinjam o acesso ao mercado. Finalmente, será necessário avaliar em que medida a liberalização do acesso aos diferentes mercados poderá dinamizar as exportações brasileiras, o que só ocorrerá se as exportações do setor forem hoje discriminadas por barreiras comerciais ou discriminadas por outros acordos preferenciais hoje existentes. Nesse caso, caberá identificar que tipo de demanda negociadora traduziria melhor os interesses do setor.

III. Quanto aos impactos da liberalização do acesso ao mercado doméstico: avaliar, para cada um dos processos negociadores, os impactos da liberalização do acesso ao mercado doméstico decorrentes dos principais processos de negociação em que o país está ou estará envolvido nos próximos anos. Além de analisar o desempenho recente das importações do setor, serão identificados: o grau de competição que as importações geram para o setor no mercado interno e sua evolução recente; a origem regional das importações competitivas e suas tendências nos últimos anos; a importância dos insumos importados para o setor e sua origem; a origem dos investimentos externos no setor.

Conclusões: As conclusões serão agrupadas em três itens: *a*) diagnóstico dos pontos fracos e fortes da competitividade por setor; *b*) principais componentes da demanda negociadora, pelo lado das exportações, em cada processo negociador; e *c*) principais componentes da oferta de negociação, nos três processos negociadores, em função das perspectivas de liberalização do acesso ao mercado brasileiro.

[37] Tamanho: produção, emprego; concentração do setor, participação de empresas de capital estrangeiro e sua origem etc.; comércio exterior: exportação e importação de produtos/tipos de produtos, por blocos de origem e destino, por tamanho de empresa exportadora etc.; investimentos externos; tecnologia; níveis de custos de produção; regulação aplicável: tributação, tarifas de importação, política de exportação etc.

[38] Principais países produtores; caracterização do comércio exterior setorial; informações sobre custos, tecnologia e regulação aplicável ao setor.

[39] A partir da comparação dos elementos trazidos em (1) e (2), identificação dos principais fatores que têm impacto sobre a competitividade internacional do setor. Para tanto, deverão ser considerados separadamente fatores relacionados a: características empresariais do setor; características da estrutura setorial; e características regulatórias.

***Investigação e pesquisa sobre linhas estruturais da posição brasileira nos principais setores produtivos de interesse do Brasil no âmbito do exercício de conformação da Alca e no âmbito das negociações do Mercosul com a União Européia* (Instituto Brasileiro de Economia, Termos de Referência), da Fundação Getulio Vargas (1999*a*)**

Objetivos: Identificar efeitos de alternativas de liberalização comercial no exercício de conformação da Alca e nas negociações do Mercosul com a União Européia sobre os setores produtivos brasileiros. A construção de um quadro de referência para as linhas estruturais da posição brasileira parte de: *a*) identificação dos principais setores protegidos por tarifas e barreiras não-tarifárias, tanto no Brasil quanto nos mercados escolhidos nos exercícios de integração econômica; *b*) simulações (por meio do modelo GTAP, ver adiante) dos impactos econômicos da liberalização comercial sobre os setores produtivos brasileiros; e *c*) análise dos efeitos sobre o nível de emprego nos seguintes setores: metalurgia, alimentos, têxtil e vestuário e automotivo.

Justificativa: O grande destaque dos temas relacionados às negociações com o Mercosul, Alca, acordo Mercosul-União Européia e com a OMC na atual agenda de negociações internacionais do Brasil. O estudo aperfeiçoa análise de estudo anterior para o MDICT, em que a comparação dos ganhos entre a Alca e o acordo Mercosul-União Européia apontou resultados que despertaram interesse e levantaram questões.

Metodologia: Os exercícios neste TDR serão baseados em versão atualizada do GTAP, um modelo computacional de equilíbrio geral em cuja base de dados os produtos representam agregados da SITC. Dado que se tem uma compatibilização deste com o sistema harmonizado (SH) até o nível de seis dígitos, é possível obter uma aproximação razoável nos exercícios de simulação de liberalizações tarifárias.[40] As etapas do projeto são: *a*) identificação dos setores para o exercício de liberalização; *b*) levantamento da estrutura tarifária brasileira; *c*) compatibilização das classificações tarifárias obtidas com os agregados do modelo GTAP *d*) definição das simulações e aplicação no modelo GTAP;[41] e *e*) análise dos resultados.

[40] "Assim, por exemplo, nos exercícios anteriores com o modelo GTAP realizados pela FGV, calcularam-se antes as tarifas médias de cada um dos grupos selecionados a partir da agregação a seis dígitos do SH. Observa-se também que as propostas de liberalizações podem ser desenhadas de acordo com os interesses do estudo, variando os níveis de alíquotas de importação que são pretendidas" (p. 3).

[41] "Para tanto é necessário agregar os produtos (segundo segmentos industriais e agropecuários), as regiões ("Supondo a plena vigência da Tarifa Externa Comum do Mercosul: Brasil, Argentina, Uruguai, Nafta, Comunidade Andina; Chile; América Central e Caribe; resto da América do Sul; União Européia; e resto do mundo") (p. 4); e fazer simulações ou exercícios de liberalização, como os seguintes: '(i) liberalização plena no âmbito da Alca; (ii) liberalização parcial da Alca, considerando reduções tarifárias específicas para alguns setores; (iii) liberalização plena Mercosul-União Européia; e (iv) liberalização Mercosul-União Européia com exclusão dos produtos agrícolas (a motivação é verificar as possíveis perdas de um acordo dessa natureza)'" (p. 4).

Resultado esperado: Elaboração de um quadro de impactos setoriais sobre a produção, fluxos comerciais, termos de troca, e níveis de renda e de emprego, considerando diferentes exercícios quanto ao ritmo e propostas de liberalização tarifária.

***Efeitos da consolidação do Mercosul nos mecanismos de captação de poupança externa*, de Garcia (1999)**

Objetivos/conteúdo: Quantificar o impacto do Mercosul sobre os preços e as quantidades envolvidas na captação de poupança externa a partir da avaliação do impacto do acordo sobre os fluxos de capital externo para os países da região. O projeto tem duas partes: na primeira, são analisados o tamanho e a composição dos fluxos de capitais para os países do bloco; na segunda, são estudados os retornos dos investimentos estrangeiros.

Justificativa: Os até agora bem-sucedidos planos de estabilização na Argentina e no Brasil têm sido, entre outros aspectos, responsabilizados pelo retorno dos fluxos de capital estrangeiro para esses países. Por outro lado, a volatilidade desses fluxos tem influência sobre a estabilização. Se o exemplo da integração européia for válido para o Mercosul, é possível que esteja ocorrendo uma crescente equalização dos custos de captação dos diversos países à medida que o "risco-região" ganhar terreno na determinação do "risco-país". Isso implicaria também homogeneização dos instrumentos de captação de recursos externos entre os diversos países.

Metodologia: Na primeira parte, analisa-se a evolução do tamanho e da estrutura (composição) do balanço de capitais das economias do Mercosul.[42] Na segunda parte serão analisadas as evoluções dos retornos das diversas formas de captação de recursos estrangeiros, especificadas na primeira parte.[43] Com base nas quantidades e preços (retornos) especificados, serão quantificados os impactos da consolidação do Mercosul sobre os fluxos de captação de poupança externa.

Resultados esperados: Responder à questão central: existe um efeito significativo da consolidação do Mercosul sobre os mecanismos de captação de poupança externa? Além disso, espera-se destacar as implicações de política econômica para os países no sentido de aumentar o uso da poupança externa na promoção do crescimento.

[42] Serão caracterizadas as diversas formas de captação de recursos externos, quer sob a forma de investimentos diretos, quer sob a forma de investimentos de portfólio. Quanto aos investimentos de portfólio, serão estudados tanto os fluxos de capital atraídos por instrumentos de renda variável quanto os atraídos pelos mercados de renda fixa.

[43] A saber, por país: rendimentos dos principais índices de ações, rendimentos dos principais ADRs; taxas de captação de empréstimos privados, "*yelds*" de lançamento e do mercado secundário de eurobônus e *Bradies*.

Componente tecnológico comparativo das exportações ao Mercosul e ao resto do mundo (Termos de Referência), de Guimarães (1999)

Objetivos/conteúdo: Analisar por setor o comércio intra e extra-regional dos países do Mercosul, identificando diferenças na composição desse comércio para avaliar se essas diferenças têm efeitos (positivos ou negativos) para as economias dos países membros. Os efeitos positivos são os ganhos de economias de escala, de experiência no comércio exterior e possíveis estabelecimentos de associações entre firmas em setores que teriam num primeiro momento maiores entraves para entrar nos mercados dos países desenvolvidos. O desvio de comércio, numa perspectiva dinâmica, seria gerador de ganhos para os países membros, ao permitir o aprimoramento das indústrias intensivas em tecnologia.

Justificativa: O Mercosul se insere em um projeto de "regionalismo aberto" no qual a integração econômica é um veículo para que os países membros aumentem as participações no mercado mundial em seus segmentos de maior dinamismo e melhorem a competitividade. Isso requer a consideração dos impactos dinâmicos da integração.

Metodologia: Análise de dados da SITC, a quatro dígitos, para o período recente. A estrutura do comércio intra e extra-regional do Mercosul será estudada a partir de indicadores de comércio, de regressões propostas por Buitelaar e de modelos gravitacionais.[44] Esses resultados serão cruzados com indicadores de competitividade internacional da estrutura industrial dos países do Mercosul.

Evolução e fatores determinantes do comércio intra-indústria no Mercosul, de Kume e Anderson (1999)

Objetivo: Verificar se ocorreu um aumento do comércio intra-indústria entre os países que formam o Mercosul, depois do processo de formação do bloco e identificar os fatores responsáveis por esse tipo de comércio.

Justificativa: O aumento do fluxo de comércio entre o Brasil e demais parceiros do Mercosul tem sido expressivo, o que parece evidenciar o sucesso da integração. Por outro lado, há pouca informação, e muita controvérsia, sobre a importância do comércio intra-indústria[45] na estrutura de comércio do Mercosul. Estudos apontam uma relação direta entre o crescimento do comércio intra-indústria e a renda *per capita*, o nível de industrialização, o tamanho dos mercados, a similitude no grau

[44] Para uso da mesma metodologia, ver Piani (1999) e Castilho (1999).

[45] "Esse tipo de comércio se caracteriza pela troca de produtos diferenciados de uma mesma indústria, e representa uma evidência do grau de aproveitamento das economias de escala que os parceiros comerciais atingiram" (p. 2).

de desenvolvimento dos parceiros, a proximidade geográfica e a participação em esquemas de integração.[46]

Metodologia: Cálculo de indicadores de comércio intra-indústria para o comércio de cada país do Mercosul com os demais países do bloco e com o resto do mundo no período 1985/96. Em seguida, determinação dos fatores explicativos do comércio intra-indústria bilateral, com base nas características dos países envolvidos (prazo de término: dezembro de 1999).

***Desempenho exportador das 500 maiores empresas no Brasil*, de Miranda (1999)**

Objetivo/conteúdo: Analisar as exportações brasileiras a partir do potencial exportador das 500 maiores empresas industriais para estabelecer uma tipologia de comportamento ou desempenho exportador que sirva de base para a tomada de decisão visando aumentar e diversificar a inserção brasileira no comércio internacional.

Justificativa: O perfil de inserção do Brasil no comércio mundial, após a abertura comercial e a estabilização de preços, sugere a necessidade de um estudo deste tipo.

Metodologia: Contempla as seguintes etapas: *a*) construção de um banco de dados sobre exportações, por empresa e (se possível) por produto, para os anos de 1985, 1990, 1993, 1995 e 1998 (dados da Cecex); *b*) montagem de tipologia que abranja as principais estratégias produtivas e exportadoras das 500 empresas que mais exportam no Brasil, avaliando se o desempenho das exportações depende do conteúdo importado, do envolvimento das empresas nas atividades de comércio exterior ou, ainda, de fatores determinantes da eficiência das firmas; *c*) avaliar a inserção competitiva das empresas nacionais ou internacionais instaladas no Brasil através do programa Competitive Analysis of Nations (CANplus) desenvolvido pela Cepal; e *d*) após identificar a inserção das empresas brasileiras pelo CANplus, as pesquisas sobre estratégias empresarias no Brasil permitirão detectar potencialidades ou estrangulamentos no perfil exportador das empresas. Essas informações servirão de base para entrevistas com empresas selecionadas visando aprofundar a discussão.

Resultado esperado: Propostas de política econômica para dinamizar as exportações (prazo de término: janeiro de 2000).

[46] Quanto a esse último aspecto, a relevância deve-se a diversos motivos: *a*) a expectativa é que esse tipo de comércio se intensifique, uma vez que a ampliação do mercado abre espaço para economias de escala e de escopo; *b*) sua presença minimiza os custos sociais do ajustamento, que estão presentes nos processos de integração. O pressuposto é que o deslocamento ou a especialização dentro de uma mesma indústria constituem um processo menos oneroso que o deslocamento entre indústrias diferenciadas; e *c*) o comércio intra-indústria pode constituir um indicador de maior estabilidade nos fluxos comerciais entre parceiros.

Cenários de evolução das negociações e dos acordos comerciais e seus impactos sobre o Brasil, (Termos de Referência), de Motta Veiga (1999)

Objetivo: Elaborar cenários para a evolução das negociações nas quais o Brasil esteja envolvido atualmente, como instrumento de apoio para a tomada de decisão.

Justificativa: O Brasil encontra-se diretamente envolvido em vários processos de negociação comercial, em diversos níveis e foros (negociações multilaterais na OMC, negociações internas e externas do Mercosul — Pacto Andino, União Européia — e na Alca). Apesar dos estágios diferentes em que se encontram, há uma certa convergência em relação aos temas negociados: são negociações com agendas amplas, que incluem acesso a mercado de bens e serviços, regras para políticas que afetam os fluxos de comércio e mecanismos institucionais de gerenciamento de acordos e controvérsias. Isso tende a colocar questões complexas de estratégia negociadora — mesmo porque o peso do Brasil não é idêntico em todos os processos em curso.

Metodologia: Elaboração de exercícios quantitativos de simulação e cenários qualitativos da evolução das negociações e acordos comerciais em que o Brasil esteja envolvido.

Resultado esperado: Cenários para subsidiar a tomada de decisão nas negociações em curso e futuras.

Comércio no Mercosul: uma aplicação do modelo gravitacional, de Piani (1999)

Objetivo: Avaliar a evolução dos fluxos de comércio no Mercosul no período 1985/97 como parte dos fluxos internacionais, levando em consideração a importância de outros blocos regionais com base na estimativa de equações *cross-section* de um modelo gravitacional.

Justificativa: "Uma das abordagens que têm sido utilizadas para a avaliação dos custos e benefícios dos acordos regionais de comércio, associados às questões de criação e desvio de comércio, baseia-se na elaboração de indicadores para testar se a expansão do comércio devido à liberalização comercial regional estaria ocorrendo em detrimento de fontes mais eficientes excluídas do acordo e, portanto, provocando desvio de comércio, ou não.[47] Um enfoque alternativo consiste na análise dos fluxos bilaterais de comércio através de uma 'equação de gravidade', que permite comparar o peso da importância de preferências comerciais com o de outros determinantes do comércio, como a proximidade

[47] Nessa linha, por exemplo, Alexander J. Yeats, do Banco Mundial, publicou no final de 1996 um texto polêmico, que em sua versão preliminar intitulava-se Does Mercosur's Trade Performance Justify Concerns about the Effects of Regional Trade Arrangements? YES. Em sua versão final, o enfático "sim" desaparece do título, provavelmente em virtude da comoção política provocada e não por uma autocrítica a respeito das limitações da metodologia de análise adotada.

geográfica dos países, seus níveis de renda absoluta e *per capita*, entre outros. Esses modelos 'gravitacionais' têm gerado bons resultados empíricos, os quais têm sido apoiados por desenvolvimentos teóricos recentes rigorosos e abrangentes" (p. 1).

Metodologia: O modelo a ser estimado é uma "equação de gravidade", obtida por *cross-section*, que explica a intensidade de comércio bilateral como função de variáveis como a distância e a renda dos países. É freqüente também incluir outras variáveis explicativas, como renda *per capita*, adjacência e língua comum, além de variáveis *dummies* que testam a importância das preferências tarifárias concedidas por acordos comerciais.

Resultados esperados: *a*) a distância atua como fator de resistência ao comércio; *b*) os PIBs total e *per capita* têm efeito positivo sobre o comércio, da mesma forma que os blocos econômicos, na medida em que países grandes tendem a ter menores coeficientes de abertura, ao passo que fronteiras e línguas comuns tendem a estimular o comércio (prazo de término: setembro de 1999).

***The profile of export manufacturing firms after trade liberalization in Brazil*, de Pinheiro e Moreira (1999)**

Resumo: Analisam-se as características que diferenciam as firmas industriais que exportam das que não o fazem. É dada ênfase à questão da propriedade do capital (nacional *versus* estrangeiro) e a variáveis como tamanho, intensidade de capital, qualificação da mão-de-obra, estrutura industrial e uso de recursos naturais. São analisadas separadamente as exportações para grandes blocos de países (Estados Unidos-Canadá, América Latina, outros países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento).

Metodologia: A análise estatística é feita usando modelos *probit* e mínimos quadrados ordinários (MQO). Apresenta-se e estima-se um modelo que explica os determinantes da decisão de uma firma em exportar bens manufaturados e, ao se tornar exportadora, o quanto exportar.

Resultados esperados: Contribuir para o entendimento dos determinantes das exportações em nível microeconômico, analisando as principais variáveis explicativas da decisão de exportar manufaturados e a decisão do exportador de participar de vários mercados externos. O documento contém também uma revisão de questões recentes, tendências de exportação e estatísticas descritivas sobre as exportações e os exportadores brasileiros de manufaturas.

***Análise do potencial de relações econômicas entre o Mercosul e o Grupo Andino*, de Valls Pereira (1999)**

Objetivos/conteúdo: Construção de um quadro referencial básico para a análise do acordo Mercosul-Comunidade Andina (CAN). Isso será feito pela avaliação da evolução do comércio entre os países do Mercosul e o Grupo Andino. No

mapeamento do atual estado do comércio serão indicadas as principais barreiras existentes ao comércio inter-regional. Além disso, pretende-se também identificar os mercados em expansão e em declínio nos fluxos comerciais do Brasil para a CAN e avaliar possíveis efeitos de uma liberalização comercial.

Justificativa: A perspectiva de realização de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a CAN destaca a importância de um estudo para analisar as relações comerciais entre as duas regiões.

Metodologia: Elaboração de indicadores de participação e de crescimento dos produtos nas pautas de comércio, indicadores do comércio intra-indústria, levantamento da estrutura tarifária e identificação das barreiras não-tarifárias com base em informes da OMC e da Unctad (base de dados do Trains). Para a identificação de mercados em declínio e em expansão será utilizada metodologia similar à do modelo CAN da Cepal, com ênfase no caso do Brasil. Para os efeitos da liberalização comercial, serão feitas estimativas da criação e desvio de comércio entre o Mercosul e o Grupo Andino, além de exercício de simulação da liberalização utilizando um modelo de equilíbrio geral computacional, o GTAP [ver FGV (1999)].

6 - OUTROS RESUMOS

Trade, transparency and competition: FTAA and CER, de Araujo Jr. (1998)

O trabalho argumenta que informação assimétrica, barreiras à entrada e poder de mercado são as fontes básicas do comportamento anticompetitivo. Mostra também que em economias pequenas a liberalização comercial é uma condição necessária, mas não suficiente, para estimular a competição no mercado doméstico. Essa afirmativa implica um desafio para a formação da Alca porque 22 países do hemisfério ocidental não têm instituições encarregadas de implementar políticas de competição.

Após destacar aspectos da experiência antitruste dos Estados Unidos ao longo dos últimos 25 anos e mostram que o comportamento anticompetitivo não está relacionado ao tamanho do mercado, o texto resenha os processos de reforma econômica na Austrália e na Nova Zelândia para mostrar que o Closer Economic Relations Agreement (CER) entre esses países fornece úteis lições para enfrentar o desafio da Alca.

Openness and efficiency in Brazilian banking, de Bevilaqua e Loyo (1998)

O texto argumenta que o Brasil fez grandes progressos na abertura do mercado bancário doméstico à participação estrangeira, “ao contrário do que seria de esperar diante de sua posição em negociações regionais e multilaterais sobre comércio de serviços financeiros”. Além disso, examina “os possíveis benefícios que o país poderá obter de tal liberalização unilateral, e apresenta estimativas de

um determinado tipo de benefício que parece ser o mais promissor: ganhos de eficiência de custos na produção de serviços bancários". Os resultados indicam que "esses ganhos de fato ocorreram, embora não com a mesma intensidade, em todos os segmentos do mercado bancário".

É interessante notar que esses ganhos, se existem (ou existiram), ainda não se traduziram seja em redução dos custos dos serviços, seja em termos das taxas de juros de empréstimo dos bancos estrangeiros. De fato, não parece haver diferença significativa nestes aspectos entre bancos estrangeiros ou nacionais (públicos ou privados).

Estratégias empresariais no Mercosul (um estudo dos processos de fusões e aquisições, joint ventures *e privatizações no Cone Sul)*, de Bonelli (1999*a*)

Há indicações de que os processos de abertura, integração e estabilização na América Latina estiveram entrelaçados com movimentos de fusões e aquisições de empresas, os quais têm ocorrido em escala apreciável. No entanto, existe pouca evidência e análise empíricas em relação à magnitude, distribuição setorial e direção desses movimentos em âmbito regional. Neste sentido, o objetivo aqui é analisar as formas de ajuste do capital de empresas na área do Mercosul (inclusive dos países membros associados, Chile e Bolívia) através da análise de casos de fusões e aquisições, formação de *joint ventures* e outras formas de participação acionária (como as privatizações), sobre a estrutura patrimonial dos setores econômicos. O foco de análise é o estudo dessas operações tendo como objeto de mudança de propriedade, ou empresa adquirida, as firmas já localizadas no âmbito do Mercosul.

O trabalho destaca o papel do investimento estrangeiro como componente fundamental das fusões e aquisições, e analisa os fluxos de investimento direto do exterior e as fusões e aquisições no âmbito do Mercosul. Destaca-se nestas um ator fundamental para esses processos em escala regional: as chamadas empresas (ou grupos) multilatinas (os), e especula-se sobre os impactos em relação ao futuro do Mercosul — e, por extensão, sobre o investimento direto, os movimentos de capital e as transações de fusões e aquisições — da mudança no regime cambial brasileiro no começo do ano em curso. As conclusões enfatizam aspectos setoriais das fusões e aquisições, tais como vantagens relativas do Brasil, Argentina e Chile em distintos setores.

A note on foreign direct investment and industrial competitiveness in Brazil, de Bonelli (1999*b*)

O trabalho investiga as relações entre influxos de capital via IDE e a evolução da competitividade industrial no Brasil. Destaca a existência de uma relação teórica entre IDE e competitividade, bem como a evidência empírica dessa relação a partir da experiência brasileira nesta década. Do ponto de vista empírico, mostra-se que, embora a indústria venha perdendo participação relativa nos crescentes fluxos totais de IDE para o Brasil nos anos 90, os valores absolutos têm

aumentado. Ao mesmo tempo, a produtividade industrial tem apresentado taxas inéditas de crescimento em praticamente todos os subsetores industriais. Neste sentido, especula-se sobre a relação entre esses fenômenos. O exame dos dados setoriais relativos aos ganhos de competitividade e fluxos de IDE, no entanto, não permite conclusões muito evidentes, na medida em que as hipóteses teóricas são confirmadas apenas para um subconjunto de indústrias. Uma implicação disso é que os ganhos de produtividade são o resultado de um conjunto de fatores e processos, além do IDE. Destaca-se, entre estes últimos, o papel da liberalização comercial.

***O impacto do Mercosul sobre a dinâmica dos setores: automotivo, lácteo, máquinas-ferramenta e petroquímico*, de Chudnovsky e Tigre (1998)**

O texto contém quatro trabalhos:

1 — *Technological change and modernization in the Mercosur automotive industry*, de Paulo Bastos Tigre, Mariano Laplane, Gustavo Lugones e Fernando Porta.

O artigo analisa o impacto do Mercosul sobre o desenvolvimento, o desempenho e os desafios do setor automotivo regional. Entre os temas discutidos destacam-se: *a*) as oportunidades para harmonizar as distorções regulatórias existentes nos incentivos e subsídios nos quatro países do acordo; *b*) a sustentabilidade das políticas setoriais no contexto de um déficit comercial crescente; *c*) a relação entre as políticas setoriais e o meio macroeconômico em cada um dos países; *d*) o papel do Mercosul na divisão internacional do trabalho como resultado das estratégias adotadas pelas empresas multinacionais, a mudança tecnológica e a reorganização da cadeia produtiva global.

2 — *Mercosur's impact on the development of the machine tools sector*, de Daniel Chudnovsky e Fabio S. Erber.

O estudo analisa o desenvolvimento da indústria de máquinas-ferramenta no Mercosul antes e após a liberalização comercial e estabilização nos países da região. A integração, no que toca à indústria, esteve limitada à esfera comercial, destacando-se os importantes aspectos relacionados ao comércio intra-indústria entre Brasil e Argentina. Ao mesmo tempo, a única política em relação à qual existe acordo (a TEC) tem tido seus benefícios prejudicados pelas diversas concessões tarifárias às importações de terceiros países.

3 — *Production and trade in dairy products in Mercosur*, de María Beatriz Nofal e John Wilkinson.

O estudo analisa o desenvolvimento e o perfil do setor de laticínios nos países do Mercosul antes e após a entrada em vigor do acordo de integração, enfatizando as mudanças em termos da produção e comércio desde o estabelecimento do mercado comum. Examina ainda a política comercial em nível internacional e no

Mercosul, o marco regulatório setorial nos anos 90, a reestruturação empresarial, a entrada de novos atores, o grau de concentração e a evolução de variáveis correlatas.

4 — *The impact of mercosur on growth in the petrochemical sector*, de Lia Hasenclever, Andrés López e José Clemente de Oliveira.

O texto analisa duas questões centrais relacionadas ao impacto do Mercosul sobre a indústria petroquímica nos anos 90: *a*) mudanças no comércio setorial intra e extra regional; *b*) influências da integração sobre a redefinição das estratégias empresariais e sobre o processo de reestruturação setorial. As conclusões ressaltam que as exportações do Brasil e da Argentina foram reorientadas para o Mercosul no contexto de aumento do comércio intra-regional, embora não haja evidência de desvio de comércio. Além disso, o estabelecimento do Mercosul implicou mudanças nas estratégias das empresas no sentido de decisões de investir nos países vizinhos e da adoção de estratégias de complementaridade pelas subsidiárias de empresas transnacionais, o que aumentou os investimentos dessas empresas na Argentina. Finalmente, as melhorias organizacionais, de qualidade e de processo alcançadas não podem ser atribuídas unicamente ao Mercosul, mas também à abertura comercial e à desregulação tanto no Brasil quanto na Argentina.

***As relações externas entre EUA e Brasil: obstáculo para a integração hemisférica?*, de Guilhon Albuquerque (1998)**

O autor examina as principais metas da política externa dos Estados Unidos para a América Latina, focalizando o que, na sua opinião, é um importante obstáculo para alcançar essas metas: as relações Estados Unidos-Brasil. Ao final, apresenta argumentos para demonstrar que existem sólidos obstáculos à adoção da Alca como simples extensão do modelo do Nafta.

Conclusões/recomendações: Desde a "Iniciativa para as Américas" o Brasil se viu obrigado a definir e adotar diferentes objetivos políticos na região e a buscar um papel de liderança na América Latina, como forma de barrar o avanço dos Estados Unidos sobre o resto do continente. O autor considera que existem duas razões críticas para as relações Brasil-Estados Unidos e para o futuro do hemisfério: *a*) ambos não estariam preparados para definir claramente seus papéis na região e no novo mundo despolarizado: e *b*) ambos teriam uma distinta maneira de expressar esse despreparo: "os funcionários dos Estados Unidos ignoram que o Brasil é um problema para a política hemisférica dos Estados Unidos, e o Brasil não esquece isso".

No momento em que o artigo foi escrito (1998), o governo brasileiro enfrentava pesados déficits na balança comercial e, segundo o autor, estava "com medo de efeitos impopulares inesperados, que poderiam ocorrer no curto prazo como conseqüência de medidas visando o longo prazo". A atitude defensiva do Brasil com relação ao avanço das negociações para a criação da Alca frustrou os

negociadores americanos que "pareciam acreditar que a Alca seria um prolongamento — mais fácil — das conversações sobre o Nafta". O autor relaciona aquilo que considera obstáculos importantes para, simplesmente, generalizar o Nafta para o Hemisfério: *a*) o primeiro diz respeito aos "*side agreements*" que tratam, por exemplo, de regulação trabalhista e proteção ambiental. Ainda que o México tenha aceitado essas regras para aderir ao Nafta, não se deve esperar o mesmo de outros países latino-americanos; *b*) existem, no âmbito do Nafta, acordos institucionais extremamente complexos (como a "lista de observação" e o painel de mecanismos) e difíceis de serem estendidos para mais 30 países, no caso da Alca. Dentre os acordos "Gatt-Plus" que existem no Nafta, os referentes a serviços financeiros e compras governamentais também estariam destinados a sofrer oposição.

O diagnóstico do autor é que existe uma certa "má vontade" de parte a parte, e quanto mais os Estados Unidos criticam o Mercosul por sua irrelevância, ou porque este promove o desvio de comércio, mais se reforça o antagonismo contra a Alca. Nas palavras do autor, "Os diplomatas brasileiros são obcecados pelos EUA e pelo aparente compromisso do Executivo americano em antecipar a Alca. Os temores são partilhados por uma clara maioria da opinião pública brasileira, tanto entre a população quanto entre as elites".

A recomendação é que se faça um trabalho de construção de confiança entre as elites dos vários países, e que encontros freqüentes de representantes do empresariado deveriam "fornecer as melhores perspectivas para um relacionamento novo e aberto entre os dois países".

***Percepção das elites do Cone Sul sobre as relações internacionais do Brasil*, de Guilhon Albuquerque *et alii* (1998)**

Objetivos/conteúdo: Identificar a percepção e avaliar a imagem externa do Brasil por membros das elites de parceiros do Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) por intermédio de questionário formulado para investigar atitudes e informações sobre: a política externa brasileira e seus principais formuladores e beneficiários; a atuação do Brasil nas relações internacionais (tanto do ponto de vista político como econômico); os processos de integração regional em que o Brasil está inserido. Também foram feitas perguntas sobre a competitividade da economia brasileira, de seus produtores, empresários e empresas. Objetivou-se também fazer uma avaliação global do Brasil e dos países dos entrevistados, envolvendo conhecimento e avaliação de aspectos da cultura e da sociedade.

Metodologia: Questionários em entrevistas individuais, com perguntas e respostas estruturadas e fechadas, aplicados a uma amostra de 200 membros de diversos setores das elites dos quatro países, escolhidos intencionalmente por sua capacidade de atuação e liderança.

Principais conclusões: A partir das respostas dadas pelos entrevistados na Argentina, Paraguai e Uruguai (o Chile foi tratado em separado pois a amostra não

era comparável à dos outros três países), destacam-se as seguintes conclusões: *a*) a percepção do Brasil por nossos parceiros no Mercosul é muito favorável, tanto no que diz respeito à visão geral do país e à simpatia com que é encarado como no que diz respeito às expectativas de crescimento e competitividade de sua economia, e quanto à sua capacidade de influência, sobretudo regional; *b*) apesar do peso desproporcional de sua economia e população, de seu desejo de liderança na região, da expectativa de que seja o maior beneficiário do processo de integração, e até de um certo temor (provavelmente relacionado ao passado expansionista), é nítida a percepção de uma liderança benigna, que não tende a suscitar ressentimento. Em contraste, a antipatia em relação aos Estados Unidos chega, inclusive, a ofuscar a percepção de seu verdadeiro peso econômico na região; *c*) a imagem do Brasil é bastante homogênea entre os entrevistados, sendo exceção os casos em que as atitudes e avaliações variam de forma significativa entre os diversos setores das elites. As diferenças mais acentuadas entre setores das elites são as que distinguem os setores governamentais — geralmente mais otimistas e inclinados a uma visão benigna do Brasil — dos setores empresariais da sociedade civil — basicamente intelectuais e lideranças sindicais — com uma visão simultaneamente mais pessimista e menos benigna do Brasil em um conjunto limitado de aspectos; *d*) as diferenças mais freqüentes entre países são as que algumas vezes separam os argentinos — menos otimistas e simpáticos ao Brasil — dos demais. Questões que permitem comparar as visões dos entrevistados sobre seu próprio país e os demais, inclusive o Brasil, sugerem que os três países tendem a compartilhar uma visão de dois padrões distintos compreendendo Brasil-Argentina e Paraguai-Uruguai; *e*) apesar dessas diferenças entre países, há uma convergência significativa em torno da imagem de uma liderança efetiva e benéfica para a região, cuja aspiração a um assento permanente no Conselho de Segurança da Nações Unidas é legítima e seria útil (aspiração em relação à qual não se justifica a oposição do governo argentino, rejeitada inclusive por metade da própria elite daquele país); *f*) a percepção do Brasil tende a ser matizada e, por vezes, discrepante em questões relevantes da política externa, da competitividade da economia e da atuação regional: na atuação externa, destaca-se um descompasso entre um potencial considerável de influência internacional e sua pouca efetividade; na competitividade da economia, uma pujança econômica baseada mais em mão-de-obra abundante e atração de capitais estrangeiros do que em mão-de-obra de qualidade, tecnologia e infra-estrutura, e uma competitividade mais baseada em preços do que em qualidade e confiabilidade dos produtos; na atuação regional, uma liderança que reverte em benefício da região, mas dedica ao Mercosul e à Alca prioridade menor do que os demais parceiros; *g*) a percepção das prioridades da atuação externa do Brasil como voltadas para objetivos domésticos ou de poder internacional, para a avaliação sobre suas supostas pretensões hegemônicas ou expansionistas ou, ao contrário, das inclinações brasileiras para a cooperação econômica e política influenciam significativamente a percepção do desempenho e da competitividade da economia brasileira; *h*) esses fatores de hegemonia e cooperação, por sua vez, dependem de uma série de fatores em que se alternam percepções e avaliações do desempenho da economia e dos objetivos políticos do país, que incluem a cooperação para a convivência pacífica, a crescente abertura da economia, a competitividade em âmbito global, o

lugar do Brasil entre as maiores economias do mundo e sua capacidade de investir em terceiros países.

Impactos para o Brasil de um acordo de livre comércio com a Venezuela, de Guimarães e Alves Jr. (1997)

O estudo pesquisou as relações comerciais entre Brasil e Venezuela no período recente. O objetivo foi avaliar os ganhos de um possível acordo de livre comércio (ALC) entre eles, motivado pelas declarações dos presidentes dos dois países em março de 1996, constantes da Ata de Trujillo.

Os mercados importadores venezuelanos foram classificados em expansivos, decadentes e constantes (segundo suas taxas de crescimento), e cruzados com a mensuração das tendências dos fluxos de comércio internacional do Brasil e dos principais competidores externos.

"Os resultados mostraram que as assimetrias existentes entre os dois países poderiam ser atenuadas com a efetivação das recomendações contempladas na agenda de compromisso por eles firmada, o que resultaria em sinergias atraentes a um ALC. A existência de ganhos mútuos com o acordo, no entanto, só será reforçada com a expansão da renda e a diversificação produtiva desses países, para transformar as vantagens comparativas estáticas em vantagens comparativas dinâmicas, em concordância ao avanço das negociações no Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e no GRAN (Colômbia, Bolívia, Peru, Equador e Venezuela)."

O futuro da Alca: a indecisão americana, de Lavagna (1998)

Objetivo/conteúdo: O autor analisa quatro posições conflitantes, freqüentemente encontradas nos Estados Unidos, com relação à Alca. Apresenta os argumentos dos "multilateralistas" (de que os acordos regionais, por serem basicamente discriminatórios, são um risco para o sistema de livre comércio); dos "atlantistas" (que defendem que a atenção do governo deveria estar voltada para um acordo comercial Estados Unidos-União Européia, em vez de sobre a Alca); dos "protecionistas" (que defendem a imposição de barreiras, como normas trabalhistas similares às dos Estados Unidos, ou exigências ambientalistas semelhantes às daquele país) e dos "isolacionistas" (que não aceitam delegar qualquer poder de decisão fora dos Estados Unidos, nem a primazia de normas multilaterais ou regionais sobre as normas próprias do país).

Segundo o autor, esse conjunto de fatores de pressão fez com que o presidente americano chegasse à "Cúpula" de Santiago do Chile sem autorização para implementar procedimentos do tipo do *fast track*. Em outras palavras, os Estados Unidos, o maior impulsionador da implantação da Alca, estariam em pleno "processo de deliberação aberta sobre sua estratégia comercial", e isso vale não apenas para o caso da Alca mas, também para a New Transatlantic Market (versão

reduzida da Zona Transatlântica Estados Unidos-União Européia), para a APEC e para a própria Rodada do Milênio.

O autor apresenta sua visão sobre o que ele chama de "a dúvida Mercosul", a saber: se existe "compatibilidade entre o acordo sub-regional (por ora a quatro) e um acordo regional em escala continental (incluindo 34 partes contratantes)". O autor considera que, na Alca, uma vez que abrange uma área geográfica muito ampla, os compromissos serão basicamente de redução de barreiras alfandegárias e não-alfandegárias ao comércio e de promoção de investimentos.

Conclusões: *a*) A Alca será um acordo regional de caráter amplo mas relativamente superficial, o que não reduz seu interesse, particularmente na exportação de bens industriais para os Estados Unidos. Enquanto isso, o Mercosul é um projeto mais amplo, com uma dinâmica de permanente aprofundamento de compromissos, coordenação, cooperação e políticas conjuntas ao estilo do que foi a construção da União Européia; note que não se leva em consideração, em nenhum momento, a questão da variabilidade cambial entre os países do Mercosul — tema que tem ocupado crescentemente a atenção dos analistas; *b*) os principais empecilhos para o avanço da Alca estão dentro dos Estados Unidos e, quando forem vencidos, a melhor opção é torná-la compatível com o Mercosul — embora não se diga como; e *c*) finalmente, o autor recomenda que se avance de forma permanente na construção do Mercosul para que não haja enfrentamento entre os dois projetos.

***Indústrias de plásticos: desenvolvimento do potencial exportador das empresas de terceira geração*, de Machado e Ferraz Filho (1999)**

Estudo realizado como parte de um conjunto de iniciativas comuns envolvendo os produtores de segunda e terceira geração da indústria de plásticos, que visa estabelecer novas formas de cooperação capazes de aumentar o grau de articulação empresarial ao longo da cadeia de produção. Foram aplicados questionários junto a 14 empresas de terceira geração, divididas em dois grupos — exportadoras e não-exportadoras — e, para cada caso, foram aplicados questionários específicos. Uma síntese dos principais elementos e constatações levantadas a partir da realização das entrevistas serviu de base para a elaboração de um diagnóstico sobre a inserção da empresa de terceira geração na atividade exportadora. Finalmente, o estudo discute as bases de um programa de longo prazo, voltado para o desenvolvimento do potencial exportador de terceira geração.

Resultados: Os autores apresentam três grupos de resultados: um diagnóstico sobre a inserção exportadora do setor, a partir da consulta e aplicação de questionário junto às empresas de terceira geração; um diagnóstico sobre os principais obstáculos à exportação, também a partir da consulta e aplicação de questionário junto às empresas; e as bases de um programa de longo prazo para o desenvolvimento do potencial exportador dessas empresas.

Diagnóstico sobre a inserção exportadora: *a*) não existem barreiras motivacionais à exportação, dado que as empresas exportadoras consideram "a atividade estratégica do ponto de vista do desenvolvimento de longo prazo da empresa" (atualização tecnológica, conhecimento do mercado, qualidade do produto, capacidade de ocupar nichos de mercados etc.); *b*) as empresas não-exportadoras não estão envolvidas na atividade em função de fatores circunstanciais, ou seja, muitas delas manifestaram interesse em efetivar exportações em curto espaço de tempo; *c*) a forma de inserção é diferenciada, existindo a exportação direta, o estabelecimento de escritórios de representação ou pontos comerciais, exportações intrafirmas, exportações complementares a investimentos externos; *d*) existe um risco associado às importações de produtos acabados, cujo principal fator competitivo é o preço (produtores coreanos já estão colocando produtos no mercado brasileiro); *e*) as receitas de exportação ainda representam parcela pequena do faturamento total das empresas; e *f*) a América Latina é o mercado preferencial para as exportações.

Principais obstáculos à exportação apontados pelas empresas: *a*) fatores internos às firmas: capacidade instalada insuficiente para atender ao mercado doméstico e às exportações; deficiência de capacitação ou falta de estrutura gerencial dedicada à exportação; *b*) fatores associados à cadeia produtiva: acesso à matéria-prima a custos compatíveis com o exercício permanente da atividade exportadora; pouca capacidade de introduzir inovações de produto; baixa qualidade dos moldes; desatualização tecnológica e custos elevados dos bens de capital de produção nacional; custos crescentes de internação de bens de capital resultante da extinção do mecanismo de "ex-tarifário"; e *c*) fatores sistêmicos: "custo Brasil" (especialmente impostos), custos de transporte e de operação portuária, taxa de juros e dificuldades de acesso aos mecanismos de financiamento às exportações.

Índices de preço e quantum *das importações brasileiras*, de Markwald *et alii* (1998*a*)

O texto "apresenta a metodologia e divulga os resultados de projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito da Funcex (em convênio com o IPEA) com o objetivo de calcular séries de índices de preço e de *quantum* das importações brasileiras para o período 1974/96, bem como de implementar rotina de cálculo dos referidos índices tendo em vista sua divulgação mensal. Essas séries contemplam diferentes níveis de agregação, compreendendo: *a*) o total das importações brasileiras; *b*) categorias de usos dos bens importados, distinguindo entre bens de capital, intermediários, de consumo durável, de consumo não-durável e combustíveis; e *c*) setores responsáveis pela produção (ou seja, setores de origem) dos bens importados, adotando-se nesse caso a classificação proposta pela matriz de insumo-produto de 1985, calculada pelo IBGE. As séries relativas ao total das importações e categorias de uso foram calculadas para valores anuais e mensais; as séries referentes aos setores de atividade contêm valores anuais e trimestrais.

Índices de preço e quantum *do comércio exterior,* de Markwald *et alii* (1998*b*)

O documento informa sobre as modificações introduzidas na elaboração dos índices de preço e *quantum* da exportação e importação brasileiras, elaborados pela Funcex em convênio com o IPEA, a partir da substituição, em janeiro de 1997, da NBM-Sistema Harmonizado, pela Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), para a classificação de importações e exportações brasileiras, efetuada pela Secex, do Ministério da Industria e Comércio. Para permitir a comparação do ano de 1996, classificado conforme a NBM-SH, com o de 1997, classificado conforme a NCM, a Secex-MICT construiu uma tabela de conversão (tradutor) de NBM-SH para NCM, tornando possível a reclassificação de toda a pauta de 1996 para a nova nomenclatura.

O impacto da abertura comercial sobre o emprego: 1990/97, de Moreira e Najberg (1998)

O texto discute "a teoria e as evidências relativas às relações entre regime de comércio e emprego e, com base nessa discussão, investiga o impacto da abertura comercial sobre a estrutura e o nível de emprego no Brasil no período 1990/97. Os resultados vão na direção de corroborar o argumento de que a abertura comercial tem um "custo emprego" a curto prazo — que no caso brasileiro tem sido relativamente pequeno —, mas que esse custo tende a ser compensado (a mais longo prazo) por um *mix* de produção mais trabalho intensivo e por melhores perspectivas de crescimento, principalmente em função de um maior crescimento da produtividade".

Estrangeiros em uma economia aberta: impactos recentes sobre produtividade, concentração e comércio exterior, de Moreira (1999*a*)

Resumo: "O recente *boom* de investimento direto trouxe de volta para o centro do debate um tema bastante discutido durante as décadas de 60 e 70: o papel das empresas estrangeiras na economia. Este trabalho procura revisitá-lo à luz das transformações no regime de comércio e na regulação do capital estrangeiro pelos quais passou a economia brasileira na década de 90. O principal argumento é que, em virtude dessas transformações, o presente ciclo de investimentos diretos na indústria tende a ser radicalmente distinto daqueles que ocorreram ao longo da história da industrialização brasileira, tendo, por conseguinte, o potencial de gerar uma relação custo-benefício mais vantajosa para o país. Para testar esse argumento, analisam-se dados de uma amostra de cerca de 20 mil firmas relativos à produtividade, à concentração e ao comércio exterior no período 1995/97. Os resultados vão na direção de corroborar o argumento defendido."

A indústria brasileira nos anos 90: o que já se pode dizer?, de Moreira (1999*b*)

"O objetivo deste artigo é revisitar o tema dos impactos da liberalização comercial sobre a indústria brasileira, estendendo para o período 1989/98 uma série de indicadores relativos a mudanças estruturais e ganhos de eficiência técnica e

alocativa, calculados originalmente por M. M. Moreira e P. G. Correia para o período 1989/95. Os resultados obtidos foram na direção de confirmar as conclusões do estudo anterior, corroborando a avaliação de que os impactos da abertura foram, de uma maneira geral, na direção esperada e desejada, apesar do ambiente macroeconômico desfavorável que prevaleceu na maior parte do período. A atualização revela que na segunda metade da década se aprofundou, em um ritmo mais lento, o movimento em direção a uma maior especialização do parque produtivo, em linha com a disponibilidade de recursos no país. Como no período anterior, esse movimento teve todos os matizes de uma especialização intra-indústria."

***Diretrizes de promoção comercial para as exportações do Rio Grande do Sul*, de Motta Veiga, Machado e Carvalho Jr. (1999)**

Os principais objetivos do relatório são: "*a*) analisar o desempenho e avaliar o potencial exportador dos setores de alimentos, autopeças, máquinas agrícolas e plásticos do Rio Grande de Sul, com base em dados estatísticos oficiais, e na realização de pesquisa de campo junto a cerca de 150 empresas do estado, 97 das quais exportadoras. Essa análise visa orientar o estabelecimento de diretrizes de desenvolvimento do potencial exportador destes setores; *b*) descrever e avaliar sinteticamente as atividades de promoção comercial desenvolvidas por diferentes instituições públicas e privadas no Rio Grande do Sul, de forma a subsidiar as propostas de organização institucional desse tipo de atividades no estado".

O relatório contém as principais conclusões e recomendações baseadas na análise do desempenho exportador do estado, na década de 90, extraídas de documento anterior elaborado no âmbito da pesquisa. Apresenta também "um estudo do desempenho e do potencial exportador dos quatro setores industriais selecionados, a partir da análise de dados estatísticos, mas principalmente dos resultados da pesquisa de campo realizada junto a empresas exportadoras e não-exportadoras daqueles setores". Na seqüência são descritos os resultados das entrevistas realizadas junto a instituições que desenvolvem atividades de promoção de exportações no estado. O documento termina com "a apresentação das principais conclusões e recomendações do trabalho, relativas ao desenvolvimento do potencial exportador do estado (e, em particular, dos quatro setores industriais selecionados), aos objetivos e instrumentos de uma estratégia de desenvolvimento das exportações, e à estrutura institucional requerida para dar suporte às recomendações de política apresentadas".

***Competitividade e crescimento das exportações brasileiras*, de Nonnenberg (1998)**

O objetivo da pesquisa é examinar o comportamento recente das exportações brasileiras, desagregando-as em componentes e comparando-as com o desempenho dos principais países concorrentes. A hipótese que norteia o trabalho é que, em alguns casos, a perda de dinamismo das exportações está relacionada com a queda ou desaceleração da demanda nos países de destino e, em outros,

com o aumento da competitividade dos maiores concorrentes. A metodologia utilizada é a de *constant market share*. A base de dados é a do projeto Chelem e o período estudado é 1980/95.

Conclusões: Em relação às exportações brasileiras para a América Latina, o trabalho conclui que: *a*) o Brasil vem obtendo ganhos de participação de mercado mesmo no período recente, apesar da redução do ritmo de crescimento; *b*) algumas modificações estruturais importantes, como a constatada na indústria automobilística, parecem resultar de alterações de estratégia das empresas multinacionais que controlam a produção, especialmente no Brasil e na Argentina; *c*) ao contrário do que se poderia esperar em virtude dos acordos de integração regional, o grande concorrente do Brasil é o Nafta, e não os demais países da América Latina, enquanto a Comunidade Econômica Européia (CEE) vem perdendo espaço neste mercado.

Em relação às exportações para o Nafta: *a*) as exportações brasileiras vêm enfrentando, especialmente nos últimos anos, uma concorrência cada vez mais forte do comércio intrabloco, razão da criação da zona de livre comércio e da imposição, sobre os produtos brasileiros, de direitos compensatórios; *b*) praticamente todas as outras regiões têm desempenho medíocre no mercado norte-americano. O autor considera que o potencial de ganhos nesse mercado, mesmo após a eventual criação da Alca, parece bastante limitado.

Em relação às exportações para a CEE: *a*) as exportações vêm enfrentando concorrência cada vez mais acirrada dos próprios países europeus, da CEE e da Europa Oriental, ao mesmo tempo em que a demanda continua a crescer para a maior parte dos produtos.

Em relação às exportações para o Japão: *a*) as exportações brasileiras foram afetadas principalmente pela queda da demanda dos principais produtos de exportação para esse mercado, apesar de ganhos de participação em alguns produtos importantes; *b*) verifica-se também queda das exportações norte-americanas para o Japão, apesar da desvalorização do dólar ante o iene no período considerado; e *c*) as exportações dos demais países asiáticos e da Oceania vêm ganhando participação no mercado japonês.

O autor destaca que existe uma relativa diversidade nos fatores que afetam as exportações brasileiras no período considerado, mas que "sobressai o grande peso dos diversos processos de integração regional provocado por alterações recentes na estrutura tarifária, como no Nafta, ou pela evolução natural do comércio intrabloco, possivelmente facilitado por processos de especialização regional da produção em busca de maiores e crescentes ganhos de escala industrial".

A conclusão principal é que "a continuidade do crescimento das exportações brasileiras dependerá da capacidade de concorrer em mercados nos quais a existência de blocos regionais e a proximidade geográfica, juntamente com a busca de maiores economias de escala, tendem a desempenhar um papel cada vez

mais preponderante, especialmente nos principais mercados das exportações brasileiras, ou seja, América Latina, América do Norte e Europa".

Criação e desvio de comércio no Mercosul: o caso dos produtos agrícolas, de Nonnenberg e Cardoso de Mendonça (1999)

O trabalho estima quais foram os efeitos de criação e desvio de comércio para os principais produtos agrícolas importados pelo Brasil (trigo, algodão, arroz, carne de bovino, leite e milho), a partir da liberalização comercial brasileira e da criação do Mercosul. Para tanto, utiliza um modelo simples de demanda de importações para cada um dos produtos, a fim de estimar as elasticidades-renda e as elasticidades-preço com relação ao produto doméstico e ao produto importado. Os autores utilizam a metodologia do Banco Mundial/Unctad contida no Software for Market Analysis and Restrictions on Trade (Smart) para calcular os efeitos de criação e desvio de comércio, incorporando suas estimativas de elasticidades-preço de importação e trabalhando com três hipóteses diferentes para as elasticidades de substituição. Os cálculos se referem à comparação entre três períodos: 1988/90, 1991/93 e 1994/96.

As principais conclusões são que, para os seis produtos analisados, a criação de comércio superou amplamente o desvio de comércio, tanto individualmente como para o conjunto dos produtos. Além disso, a criação de comércio provocada pelo processo global de liberalização comercial é substancialmente inferior à gerada pelo Mercosul. Esta última é uma importante conclusão, já observada em outros trabalhos aqui resenhados, e que pode subsidiar a argumentação dos negociadores brasileiros, em fóruns como a OMC e o Banco Mundial, na defesa da posição de uma área de livre comércio como o Mercosul.

Evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial, de Rossi Jr. e Ferreira (1999)

O trabalho analisa a produtividade industrial brasileira utilizando um painel de 16 setores da indústria de transformação no período 1985/97 e o papel da abertura econômica nesse processo. Os resultados mostram que "a produtividade da indústria brasileira, seja ela medida pelo conceito de produtividade total dos fatores (PTF) ou de produtividade do trabalho, passou por duas fases distintas: de 1985 a 1990, há um processo de estagnação; de 1990 a 1997, a indústria apresentou significativas taxas de crescimento. A abertura comercial, caracterizada por menores tarifas nominais e menores taxas de proteção efetiva, exerceu um efeito positivo sobre o aumento da produtividade. Em todas as regressões do modelo — em que se utilizam técnicas de estimação em painéis — não se pode rejeitar a hipótese de que aumentos nas barreiras comerciais implicam menores taxas de crescimento da produtividade do trabalho e da PTF. Esse resultado confirma a evidência internacional de que países mais abertos crescem mais rápido e desestimularia a adoção de políticas de restrição comercial como estratégia de desenvolvimento e de proteção à indústria nacional".

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. de P. *O Brasil e a Alca: interesses e alternativas*. Texto apresentado na Project Link World Conference, organizada pelo IPEA. Rio de Janeiro, 14-18 de setembro de 1998.

ARAUJO Jr., J. T. de. *Trade, transparency and competition: FTAA and CER*. Resumo de texto apresentado no seminário Alca e Mercosul sobre A Economia Brasileira e os Processos de Integração Sub-Regional e Hemisférica, organizado pelo IPEA e patrocinado pelo BID. Rio de Janeiro, 5-6 de outubro de 1998.

BARROS, R. P. de, CORSEUIL, C. H., CURY, S., FOGUEL, M., HENRIQUES, R., SOUZA, C. F. D. *Os efeitos da liberalização do balanço de pagamentos sobre emprego e salários no Brasil*. Relatório de Pesquisa em fase final de preparação/revisão. IPEA, fev. 1999.

BATISTA, J. C. *Relações comerciais entre o Brasil e o México*. Convênio Cepal/IPEA, jan. 1999*a* (a ser publicado como Texto para Discussão — em preparação).

————. *Índices de competição e a origem por países dos ganhos e perdas de competitividade em terceiros mercados*. 1999*b* (em andamento).

————. *Competindo em terceiros mercados: um sistema de ponderação para a taxa de câmbio efetiva do Brasil*, 1999*c* (em andamento).

————. *A geografia do padrão de competição do Brasil e os efeitos de variações de preços relativos*, 1999*d* (em andamento).

BERLINSKI, J., VAILLANT, M., KUME, H., PIANI, G. *Os benefícios da integração plena no Mercosul: uma avaliação econômica das restrições ao comércio interno e seus impactos regionais*. Rede Mercosul, 1999 (em andamento).

BEVILAQUA, A. S., LOYO, E. *Openness and efficiency in Brazilian banking*. Resumo do texto apresentado no seminário Alca e Mercosul sobre a Economia Brasileira e os Processos de Integração Sub-Regional e Hemisférica, organizado pelo IPEA e patrocinado pelo BID. Rio de Janeiro, 5-6 de outubro de 1998.

BEVILAQUA, A. S., TALVI, E., BLANCO, F. *Brazil dependence in Mercosur: is it real?* Texto preparado para o encontro anual da ANPEC, 1999, mimeo.

BONELLI, R. *Estratégias empresariais no Mercosul (um estudo dos processos de fusões e aquisições*, joint ventures *e privatizações no Cone Sul)*. Convênio Cepal/IPEA, 1999*a* (a ser publicado como Texto para Discussão).

————. A note on foreign direct investment and industrial competitiveness in Brazil. *Oxford Development Studies*, v. 27, n. 3 (no prelo). Versão preliminar, Rio de Janeiro: IPEA, ago. 1999*b* (Texto para Discussão, 584).

BONELLI, R., FONSECA, R. *Evolução da competitividade da produção manufatureira no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 1998 (Texto para Discussão, 574). Versão

resumida: *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 55, Rio de Janeiro: Funcex, abr./jun. 1998 (com revisão em curso).

CADEP, CENIT, DE/FCS, IE/UNICAMP. *Foreign direct investment in Mercosur: factors of attraction, trade patterns and policy implications.* Mercosur: Economic Research and Integration, financiado pelo IDRC, Rede Mercosul (em andamento). Pesquisadores Responsáveis: Mais, F. (Cadep), Chudnovsky, D. (Cenit), Trajtenberg, R., Vaillant, M. (DE/FCS), Laplane, M. (IE/Unicamp), 1999.

CANUTO, O. *Atuação dos bancos centrais nos processos de integração dos sistemas financeiros no Mercosul*. Termos de Referência. Convênio Cepal/IPEA, 1999 (em andamento).

CARVALHO, A., PARENTE, A. *Impactos comerciais da área de livre comércio das Américas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão, 635). Também apresentado no seminário Alca e Mercosul: A Economia Brasileira e os Processos de Integração Sub-Regional e Hemisférica, organizado pelo IPEA e patrocinado pelo BID. Rio de Janeiro, 5-6 de outubro de 1998.

CARVALHO JR., M. C., LIMA, M. F., MARKWALD, R. *Pequenos lotes na exportação: estrutura de custos e estratégias de distribuição física internacional*. Brasília: Funcex, nov. 1998 (Texto para Discussão, 139).

CASTILHO, M. R. *Perspectivas de um acordo Mercosul-União Européia para as exportações latino-americanas.* Termos de Referência, 1999 (em andamento).

CEDES, CINVE, IE/UFRJ. Trade, the exchange rate regime and volatility: macroeconomic policy coordination in the Mercosur. In: *Mercosur: Economic Research and Integration*, financiado pelo IDRC (REDE Mercosul — em andamento). Pesquisadores responsáveis: Fanelli, J. M. (Cedes), Noya, N., Lorenzo, F. (Cinve), Castro, A. B., Pires de Souza, F. E. (IE/UFRJ), 1999.

CHUDNOVSKY, D., TIGRE, P. B. *O impacto do Mercosul sobre a dinâmica dos setores: automotivo, lácteo, máquinas-ferramenta e petroquímico*. Texto apresentado no seminário Alca e Mercosul sobre A Economia Brasileira e os Processos de Integração Sub-Regional e Hemisférica, organizado pelo IPEA e patrocinado pelo BID. Rio de Janeiro, 5-6 de outubro de 1998 (as ementas contêm os textos sobre os setores mencionados — resumos).

CNI — CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Custo Brasil: o que foi feito, o que ainda precisa ser feito.* Brasília, 1998*a*.

————. *Estudos setoriais para subsidiar as negociações comerciais de acesso a mercados*. Termos de Referência, 1998*b* (em andamento).

DEVLIN, R., ESTEVADEORDAL, A., GARAY, L. J. *Some economic and strategic issues in the face of the emerging FTAA* (a versão consultada traz a nota: "First draft, do not quote or circulate without permission of the authors"). Texto apresentado no seminário Alca e Mercosul sobre a Economia Brasileira e os Processos de Integração Sub-Regional e Hemisférica, organizado pelo IPEA e patrocinado pelo BID. Rio de Janeiro, 5-6 de outubro de 1998.

EICHENGREEN, B. *Does Mercosur need a single currency?* Texto apresentado no seminário Alca e Mercosul sobre a Economia Brasileira e os Processos de Integração Sub-Regional e Hemisférica, organizado pelo IPEA e patrocinado pelo BID**.** Rio de Janeiro, 5-6 de outubro de 1998.

EMBAIXADA DO BRASIL. *Estudo sobre barreiras ao acesso de produtos e serviços brasileiros no mercado norte-americano.* Washington, Set. 1998.

FERNANDES, J. A. C., RIOS, S. M. P. Alca e UE: elementos para a formação de uma estratégia negociadora. *Política Externa*, v. 8, n. 1. São Paulo: USP, Paz e Terra, jun./ago. 1999.

FERRAZ FILHO, G. T. *O comércio internacional de serviços: conceitos, barreiras e acordos*. Brasília: CNI, fev. 1998, mimeo.

————————. *Barreiras externas às exportações de serviços: definições e conceitos, modalidades de classificação, críticas dos registros estatísticos e resultados de entrevistas a setores selecionados*. Versão preliminar, MDIC-Funcex, maio 1999 (Contrato Administrativo, 23/98).

FERRAZ FILHO, G. T., FRICK, S., DUARTE, V., ROSELINO, J. E., MATUSITA, A. P., ALMEIDA, N. de., ALVES, L. D., MITTERMAYER, V. *A experiência exportadora do setor de* software *brasileiro: o caso da Softex.* Funcex, jun. 1998 (Texto para Discussão, 137).

FLÔRES, R. G. *Telecommunications systems, the FTAA and the Mercosur: issues and questions*. Texto apresentado no seminário Alca e Mercosul sobre a Economia Brasileira e os Processos de Integração Sub-regional e Hemisférica, organizado pelo IPEA e patrocinado pelo BID. Rio de Janeiro, 5-6 de outubro de 1998. (Circulou com a nota: "Draft: this document is not to be quoted without the authors' permission").

FONSECA, R., CARVALHO JR., M. C., POURCHET, H. A orientação externa da indústria de transformação brasileira após a liberalização comercial. *Revista de Economia Política* (no prelo). Versão preliminar, Funcex, abr. 1998 (Texto para Discussão, 135 — trabalho em revisão).

FONSECA, R., CARVALHO JR., M. C., FERRAZ Fº, G. T., POURCHET, H., MARKWALD, R., SILVA, F. C. da. *Barreiras externas às exportações brasileiras*. Versão preliminar, MDIC-Funcex, jul. 1999 (Contrato Administrativo, 23/98).

FONSECA, R., VELLOSO, E. *Desempenho exportador da indústria brasileira: elementos para a formação de estratégia exportadora.* Brasília: CNI, 1998.

FRISCHTAK, C. R., PESSOA, C. M. S. Política industrial e expansão das exportações: uma proposta de ação. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 60, Funcex, jul./set. 1999.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Análise comparativa dos ganhos de integração: Alca e União Européia*. Relatório de pesquisa desenvolvido no âmbito do Contrato

de Prestação de Serviços da FGV para o MICT, relacionado ao Processo de Construção da Alca (Contrato Administrativo, 48/96). Equipe: Antônio P. Salazar Pessoa Brandão, Lia Valls Pereira, Mauro de Resende Lopes, André Luiz Silva de Souza, Simone Pereira Ribeiro. Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Agrícolas, Centro de Estudos de Economia e Governo, jun. 1997.

————————. *Investigação e pesquisa sobre linhas estruturais da posição brasileira nos principais setores produtivos de interesse do Brasil no âmbito do exercício de conformação da Alca e no âmbito das negociações do Mercosul com a União Européia*. Instituto Brasileiro de Economia, Termos de Referência, 1999*a* (em andamento).

————————. *Estudo sobre linhas estruturais da posição brasileira nos principais setores produtivos de interesse do Brasil, no âmbito das negociações do Mercosul com a União Européia (Estudo A).* Instituto Brasileiro de Economia, Segundo Relatório para o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 1999*b*.

GARAY, L. J., QUINTERO, L. F. *Caracterización, estructura y racionalidad de las normas de origen del G-3 y de la Aladi*. Su relevancia en el caso de Colombia (versão preliminar). Texto apresentado no seminário Alca e Mercosul: A Economia Brasileira e os Processos de Integração Sub-Regional e Hemisférica, organizado pelo IPEA e patrocinado pelo BID. Rio de Janeiro, 5-6 de outubro de 1998.

GARCIA, M. G. P. *Efeitos da consolidação do Mercosul nos mecanismos de captação de poupança externa*. Termos de Referência, Convênio Cepal/IPEA, 1999 (em andamento).

GRAÇA LIMA, J. A. O processo de associação Mercosul-União Européia. *Política Externa*, v. 8, n. 1. São Paulo: USP, Ed. Paz e Terra, jun./ago. 1999.

GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. As relações externas entre EUA e Brasil: obstáculo para a integração hemisférica? *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, n. 56, jul./set. 1998 (resumo).

GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. *et alii. Percepção das elites do Cone Sul sobre as relações internacionais do Brasil.* Convênio Cepal/IPEA, 1998 (a ser publicado como texto para discussão — resumo).

GUIMARÃES, E. P. *Componente tecnológico comparativo das exportações ao Mercosul e ao resto do mundo.* Termos de Referência, Convênio Cepal/IPEA, 1999 (em andamento).

GUIMARÃES, E. P., ALVES Jr., A. J. *Impactos para o Brasil de um acordo de livre comércio com a Venezuela*. Convênio Cepal/IPEA. Brasília, out. 1997 (Texto para Discussão, 521).

HINOJOSA-OJEDA, R. A., ROBINSON, S. *Brazil and the United States at the gateway of the FTAA: a CGE modeling approach to challenges and options.* Texto apresentado no Seminário Alca e Mercosul sobre a Economia Brasileira e os Processos de Integração Sub-Regional e Hemisférica, organizado pelo IPEA e patrocinado pelo BID. Rio de Janeiro, 5-6 de outubro de 1998 (draft).

KUME, H., ANDERSON, P. *Evolução e fatores determinantes do comércio intra-indústria no Mercosul*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (em andamento).

KUME, H., PIANI, G. Efeitos regionais do Mercosul: uma análise diferencial-estrutural para o período 1990/95. *Economia Aplicada*, v. 3, n. 1. São Paulo: Depto. de Economia FEA-USP/Fipe, jan./mar. 1999*a*.

————. *Barreiras às importações nos EUA, Japão e União Européia: estimativas do impacto sobre as exportações brasileiras*. MDIC-Funcex, maio 1999*b* (Contrato Administrativo, 23/98).

LAVAGNA, R. O futuro da Alca: a indecisão americana. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, n. 56, jul./set. 1998 (resumo).

MACHADO, J. B., FERRAZ FILHO, G. T. *Indústrias de plásticos: desenvolvimento do potencial exportador das empresas de terceira geração.* Funcex, jul. 1999 (Texto para Discussão, 144).

MARKWALD, R., MACHADO, J. B. *Especificidades do padrão de comércio Brasil-União Européia e Brasil-Estados Unidos.* Funcex, nov. 1998*a* (Texto para Discussão, 138).

————. *Padrões de comércio intra e extra-Mercosul: alvos para uma política industrial do Mercosul.* Funcex, nov. 1998*b* (Texto para Discussão, 141).

MARKWALD, R., PINHEIRO, A. C., FALCÃO, C., POURCHET, H. *Índices de preço e* quantum *das importações brasileiras.* Funcex, mar. 1998*a* (Texto para Discussão, 133).

————. *Índices de preço e* quantum *do comércio exterior*. Funcex, mar. 1998*b* (Texto para Discussão, 134).

MENSBRUGGHE, D., GUERRERO, R. van der. *Free trade arrangements in the Americas: quid for agriculture?* Versão de 29 de setembro de 1998. Circulou com a nota: "Draft: this document is no to be quoted without the authors' permission. Comments and suggestions would be warmly welcomed. Texto apresentado no Seminário Alca e Mercosul sobre a Economia Brasileira e os Processos de Integração Sub-Regional e Hemisférica, organizado pelo IPEA e patrocinado pelo BID. Rio de Janeiro: 5-6 de outubro de 1998.

MIRANDA, J. C. *Desempenho exportador das 500 maiores empresas no Brasil*. Termos de Referência, Convênio Cepal/IPEA, 1999 (em andamento).

MOREIRA. M. M. *Estrangeiros em uma economia aberta: impactos recentes sobre produtividade, concentração e comércio exterior.* BNDES/Depec, 1999*a* (Texto para Discussão, 67).

————. *A indústria brasileira nos anos 90: o que já se pode dizer?* BNDES/Depec, jul., 1999*b*, mimeo (resumo).

MOREIRA, M. M., NAJBERG, S. *O impacto da abertura comercial sobre o emprego: 1990/97.* BNDES, 1998, mimeo (resumo).

MOTTA VEIGA, P. *Uma nota sobre a solução de controvérsias na Alca.* CNI, 1998*a*, mimeo.

————————. *O Brasil e os investimentos na agenda de negociações internacionais*. CNI, Convênio CNI/Funcex, mar. 1998*b*, mimeo.

————————. *Cenários de evolução das negociações e dos acordos comerciais e seus impactos sobre o Brasil*. Termos de Referência, Convênio Cepal/IPEA, 1999 (em andamento).

MOTTA VEIGA, P., MACHADO, J. B. M., CARVALHO JR., M. C. *Desempenho e potencial exportador das micro e pequenas empresas paulistas.* Funcex, nov. 1998*a* (Texto para Discussão, 140).

————————. *Diretrizes para o desenvolvimento do potencial exportador das micro e pequenas empresas paulistas*. Funcex, nov. 1998*b* (Texto para Discussão, 142).

————————. *Diretrizes de promoção comercial para as exportações do Rio Grande do Sul*. Relatório final da pesquisa elaborada para a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), 1999 (versão preliminar, ainda não aprovada pelos contratantes — resumo).

MOTTA VEIGA, P., MARKWALD, R. *Micro, pequenas e médias empresas na exportação: desempenho no Brasil e lições da experiência internacional.* Funcex, jun. 1998 (Texto para Discussão, 136).

NONNENBERG, M. J. *Competitividade e crescimento das exportações brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 1998 (Texto para Discussão, 578).

NONNENBERG, M. J., CARDOSO DE MENDONÇA, M. J. *Criação e desvio de comércio no Mercosul: o caso dos produtos agrícolas*. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 1999 (Texto para Discussão, 631).

PIANI, G. *Medidas* antidumping*, anti-subsídios e de salvaguardas: experiência recente e perspectivas no Mercosul*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998 (Texto para Discussão, 541).

————————. *Comércio no Mercosul: uma aplicação do modelo gravitacional*. 1999 (em andamento).

PINHEIRO, A. C., MOREIRA, M. M. *The profile of export manufacturing firms after trade liberalization in Brazil*, 1999 (em elaboração — resumo).

RODRIGUES, R., LOPES, M. de R. As negociações do Brasil e o Mercosul com a União Européia. *Política Externa* v. 7, n. 4. São Paulo: USP, Paz e Terra, 1999.

ROSSI JR., J. L., FERREIRA, P. C. *Evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial.* Rio de Janeiro: IPEA, jun. 1999 (Texto para Discussão, 651).

STUDART, R., HERMANN, J. *Estrutura e operação dos sistemas financeiros no Mercosul: perspectivas a partir das reformas institucionais dos anos 90.* Convênio Cepal/IPEA, Relatório Final, 1999.

VALLS PEREIRA, L. *Análise do potencial de relações econômicas entre o Mercosul e o Grupo Andino*. Termos de Referência, Convênio Cepal/IPEA, 1999 (em andamento).